



# Kófa ag JykRE

Aprendendo  
com os Anciões











# **Kófa og JykRE**

**Aprendendo  
com os Anciões**



Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da  
Universidade Federal de Santa Catarina

K78 Kófa ag Jykre [recurso eletrônico] = Aprendendo com os anciões /  
organizadores Maria Dorothea Post Darella [et al.]. – Dados eletrônicos. –  
Florianópolis : [s.n.], 2018.  
153 p.: il., mapas.

Textos em kaingang e português  
Programa Ação Saberes Indígenas na Escola (SECADI/MEC)  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-45535-10-2  
E-book (PDF)

1. Índios - Educação. 2. Professores indígenas - Formação. 3. Educação  
permanente. 4. Índios Kaingang. 5. Índios Guarani. I. Darella, Maria  
Dorothea Post. II. Título: Aprendendo com os anciões.

CDU: 37(=82:816.4)





# Kófa ag JykRE

## Aprendendo com os Anciões

### **Organizadores**

Maria Dorothea Post Darella  
Juliana Akemi Andrade Okawati  
Luciana Fernandes da Silva  
Luana Máyra Silva  
Carlos Maroto Guerola  
Ana Claudia Colombera

**Florianópolis 2018**



**Coordenadora da ASIE** Maria Dorothea Post Darella

**Coordenador SED SC** Ramiro Marinho Costa

**Núcleo SC**

**Supervisores**

Ana Claudia Colombera  
Carlos Maroto Guerola

**Formadores**

Guilherme Babo Sedlacek  
Juliana Akemi Andrade Okawati  
Luana Máyra da Silva  
Luciana Fernandes da Silva

**Fotos de Capa/  
Contra Capa**

Ivan O. Pigozzo

**Projeto Gráfico e  
Diagramação**

Tainá Dietrich Santiago da Fontoura

**Expediente**

Este livro é resultado do trabalho coletivo dos participantes das equipes Kaingang (1ª e 2ª edições) da Ação Saberes Indígenas na Escola em Santa Catarina e é, portanto, da autoria coletiva de professores Kaingang e Guarani do Oeste do Estado, cujo nomes elencamos a seguir:

**Orientadores de estudo**

Adroaldo Antonio Fidélis  
Ana Paula Narsizo  
Ari Neris  
Arnaldo Alves de Assis  
Cleia Salvador  
Creide Alípio  
Eva Feliciano  
Getúlio Narsizo  
Ivanir de Oliveira  
Janete de Paulo

Joaquina Jymi Fej da Silva  
Jorge Nascimento  
Josiana Gonçalves  
Levi Feliciano  
Luciano Fernandes  
Sirlei Alves de Assis  
Solange Refe Loureiro Valdemir  
Pinheiro  
Valmor Venhrá Mendes de Paula  
Vanda de Oliveira

**Professores cursistas**

Adair Correia da Silva  
Adair Pacífico  
Ademir Garcia  
Adilson Barbosa  
Adilson Floriano  
Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi\*  
Adriana Ferreira da Cruz da Silva Miliorsana  
Adriana Loureiro Rodrigues  
Adriane de Veiga  
Alcides Jacinto\*  
Alcione Belino de Almeida  
Aldacir Valendorf de Almeida  
Aldecir Alípio dos Santos  
Alécio de Paula  
Alexandra Vãn Fej Paliano  
Alexandre da Veiga  
Altair Alves de Oliveira  
Altemiro Alves de Oliveira  
Ana Márcia Gonçalves  
Anderleia Aparecida Kegir Jacinto  
Anderson Vieira  
Andreia Francisco  
Angélica Nascimento Fernandes  
Anisia Fátima Magistralli Belino  
Antonio de Oliveira  
Arilson de Oliveira Belém\*  
Armando Pinto  
Belarmino da Silva

Bernardo Rodrigues  
Bruna Laís Turra  
Carina Inácio\*  
Catarina Roque  
Cátia Moreira\*  
Celestiel Kri da Silva  
César dos Santos  
Charlene Lopes  
Charles Marcos Luiz  
Clair Roque  
Clarice Paliano  
Claudemir Pinheiro  
Cléverson Mendes  
Cristiane Noeli Pinheiro Lemes  
Cristiane Norberto  
Cristina de Fátima Silva Daiane  
Ribeiro Lemos  
Dalgir Pacífico\*  
Daniel Cadete  
Daniel Scheren da Cruz Ederson  
Kofej Nascimento Edilvania de  
Paula dos Santos Edimara Alves  
Edite Mendes\*  
Eliane Gaspar Alípio  
Eliel Inácio  
Elielson Belino  
Elinei Pedroso

Elisandra Pedroso  
Elisane Ungrej Ferreira Doble  
Elizangela dos Santos  
Elizete Neris  
Elizete Pedroso  
Eloir Gonçalves  
Ercílio Gaspar  
Ezequiel da Silva  
Ezoneide Alípio  
Fabrizia Krig Paliano  
Fátima Copatti Belino\*  
Felipe dos Santos\*  
Felipe Luiz Montemezzo  
Geomir Fortes  
Geovani Pinheiro  
Géssica P. da Silva\*  
Geziane dos Santos  
Gilmar Mendes dos Santos  
Giova Inácio  
Graciele Belino  
Iara Campolim  
Indiamara de Oliveira  
Irene Antunes de Oliveira  
Ivania Mendes  
Izoleide Alípio  
Jairo Narcizo  
Jaison Ferreira  
Janete da Veiga  
Janete Ferreira  
Janice Domingos  
Jeciane Alves de Oliveira  
Jeferson Mytanh Nascimento  
Jéssica Aparecida Rodrigues  
João Batista Antunes  
João Carlos dos Santos  
João Maria Pinheiro  
Jocemar Kovenh Garcia  
Joel de Oliveira\*  
Joice Paliano  
Jonatas de Oliveira  
Jubis Nascimento Fernandes  
Juciane Pinheiro  
Jucimara Gonçalves  
Juliana Teresinha de Oliveira  
Jurema de Fátima de Oliveira  
Jussara de Oliveira Belém  
Jussara Lopes  
Juvenal Norigga Mendes  
Laudineia Tanh Kanhero dos Santos  
Leci Pinheiro  
Lenir Pinheiro  
Librantina Belino  
Lirio Cassol  
Lirio Costa dos Santos

Loreni Nojrig Paulo  
Lucas Antônio Junior Antunes de Lima  
Lucas Garcia\*  
Luiz de Paulo  
Márcia Campos Novos Rodrigues  
Márcio Pinheiro  
Marcos Roberto Fernandes  
Maria Santina de Oliveira  
Maria Santina de Paulo  
Mariane de Almeida Paulino  
Marilde Luiz  
Mário Antunes  
Marizete Antunes  
Marizete da Veiga  
Maura Fumagalli  
Michele de Carvalho dos Santos Borba  
Mirian Antunes  
Moacir Francisco  
Nilson Belino  
Nilton Belino  
Odair Victor dos Santos  
Paulo Márcio Pinheiro  
Pedro Alves de Assis  
Pedro de Oliveira  
Priscila Neris  
Quezia Ferreira dos Santos\*  
Raquel Roque  
Rodrigo S. da Rocha\*  
Ronelsson Luiz  
Rosane da Silva  
Roseni dos Santos  
Rosilei Barbosa  
Rute Barbosa de Paula  
Sanara Mefej Salvador  
Sandra de Oliveira  
Sandra de Paula  
Sandro Alves da Silva  
Santa Maria Antunes  
Silmara dos Santos  
Silvones Karai Martins  
Simone Tomas  
Simoni Fernandes  
Sirlene Jagneri Neris  
Sonia da Luz Oliveira Borges  
Sonia Mara Luiz  
Suzana Neres  
Terezinha Guerreiro Ercigo  
Valdecir Aires Paulo  
Valdelir Pinheiro  
Valdir Belino  
Valéria Feliciano da Silva  
Vanisse Domingos  
Volmir Palhano  
**Obs. (\*) Cursistas Voluntários**

# SUMÁRIO

## **11**      **Introdução**

15      Mapa das Terras Indígenas no Oeste do Estado de Santa Catarina

## **17**      **HISTÓRICOS DAS TERRAS E ESCOLAS INDÍGENAS DO OESTE CATARINENSE**

### **18**      **Terra Indígena Xapecó**

22      Escola Indígena Cacique Vanhkrê

24      Pré-Escolar Pequeno Príncipe

25      Escola São Pedro

26      Escola Baixo Samburá

27      Escola São José

28      Escola Linha Matão

29      Escola Limeira

30      Escola Guarani

**31**      Aldeia Pinhalzinho

33      Escola Indígena Pinhalzinho

**35**      Aldeia Paiol de Barro

40      Escola Paiol de Barro

### **41**      **Terra Indígena Toldo Imbu**

44      Escola Indígena Cacique Karenh

### **45**      **Terra Indígena Toldo Pinhal**

54      Escola Indígena de Ensino Fundamental Cacique Pirã

### **56**      **Terra Indígena Toldo Chimbanguê**

60      Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen Nó

### **62**      **Terra Indígena Aldeia Kondá**

65      Escola Indígena de Ensino Fundamental Sape Ty Kó



## 69 ANCIÕES & ANCIÃS, SÁBIAS E SÁBIOS INDÍGENAS DO OESTE CATARINENSE

- 70 Matilde Koito
- 72 José Kamrég Inácio
- 73 Laudir Belino
- 74 Maria Oralina Pinheiro
- 75 Cesário Pacífico
- 76 Maria da Luz Mendes
- 78 João da Silva Pereira
- 79 Maria da Luz de Oliveira
- 80 José Domingos Kápóni Palhano
- 81 Loreni Nokrig Paulo
- 82 Deolinda Ginso de Assis
- 83 Pedro Kresó Alves de Assis
- 85 Maria Librantina Campos
- 86 Bepino Ercigo
- 87 Josué Paulino
- 88 Belmira dos Santos Viri
- 90 Nelson Benites
- 92 Lurdes Martins
- 93 Lidaci Belino
- 94 Maria Virgínia Migkj Mendes
- 95 Carlos Alberto Jacinto
- 96 Marines Mendes Soares
- 97 Maurícia da Silva Pinheiro
- 98 Cirino Pinheiro
- 99 Emiliana Pinheiro
- 100 Irani Guedes
- 102 Dirlei Benedito
- 104 Carolina Aires
- 105 Valdevino de Oliveira Belém
- 108 Evanilde Strummer
- 109 Valmor Venhrá Mendes de Paula
- 111 Afonso dos Santos
- 112 Nercinda dos Santos

- 113 Aldir Alves  
114 Doraci Loureiro  
115 Vilson de Paula  
116 Maria Gerci Alves de Oliveira  
118 Pedro Padilha Dias  
120 Macimino Mariano de Moraes  
122 Maria Cecília Barbosa Kerexu  
126 Rosa de Paula  
127 Maria Celestrina Rodrigues  
128 Juvenal Antunes  
129 Paulina Antunes  
130 Ana da Luz Fortes do Nascimento  
131 Sebastião da Veiga  
132 Laudelina da Veiga  
134 Augusto Rodrigues  
135 Marilene Feliciano  
137 Pedro Gará Salvador  
139 João Luis Vêngre da Silva  
140 Maria Sales

**142 REFLEXÕES**





A palavra **KAINGANG**  
pode ser traduzida como  
“povo do mato” ou da mata.



# Introdução

O Núcleo Santa Catarina da Ação Saberes Indígenas na Escola, doravante ASIE SC, integra a Rede Sul-Sudeste (MG, ES, RJ, SP, PR, SC e RS) e efetiva trabalho de formação continuada com professores indígenas das três etnias presentes no estado, Guarani, Kaingang e Laklãnõ--Xokleng, de Terras Indígenas situadas em variados municípios e cujas escolas estão vinculadas à Secretaria de Estado da Educação (SED SC). Trata-se de programa de alçada federal instituído pela Portaria nº 1.061, de 30.10.2013 e regulamentado pela Portaria nº 98, de 06.12.2013, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação.

Este livro é resultado da decisão de professores Kaingang e Guarani integrantes da ASIE SC no Oeste Catarinense de publicar informações referentes às terras e escolas indígenas situadas nessa região, a partir de dados conhecidos, coletados e/ou veiculados nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, com destaque ofertado às anciãs e aos anciãos — os *kófa*, em Kaingang, e *xeramõi* e *xejaryi*, em Guarani —, mulheres e homens com mais idade e/ou sabedoria e experiência que atuaram com zelo, esperança e perseverança junto às escolas ou cujas trajetórias foram lembradas com proeminência nas duas edições da Ação Saberes Indígenas na Escola, de 2015 a 2017.

Sua autoria nas línguas portuguesa e Kaingang é coletiva e, por ser coletiva, essa autoria guarda redações distintas, respeitados estilos e formas de expressão escrita, bem como grafias Kaingang. Nela se inseriram orientadores de estudo e cursistas Kaingang, cursistas Guarani e não indígenas, todos professores das escolas situadas nas Terras Indígenas (TIs) Xapecó, Kondá, Toldo Chimbanguê I e II, Toldo Imbu e Toldo Pinhal, situadas no *Mapa das Terras Indígenas Kaingang e Guarani do Oeste de Santa Catarina*, localizado na página 15, e assinaladas no quadro exposto na sequência. Duas são as TIs nas quais se verifica ocupação Guarani: a TI Xapecó, com a aldeia Linha Limeira, e a TI Toldo Chimbanguê II, onde vivem as famílias oriundas da TI Araçaí, primeira TI Guarani no oeste de Santa Catarina.



TERRAS INDÍGENAS	MUNICÍPIOS	DIMENSÕES	SITUAÇÃO JURÍDICA
Xaçecó	Iguaçu, Entre Rios	15. 623 ha	Homologada
Xaçecó – Glebas A e B / Pinhalzinho e Canhadão	Abelardo Luz, Iguaçu	582 + 78 ha	Declarada
Toldo Chimbangue I	Chapecó	988 ha	Homologada
Toldo Chimbangue II	Chapecó	954 ha	Homologada
Aldeia Kondá	Chapecó	2.300 ha	Homologada
Toldo Pinhal I	Seara	880 ha	Registrada SPU/CRI
Toldo Pinhal II	Arvoredo, Paial e Seara	3.966 ha	Declarada
Toldo Imbu	Abelardo Luz	1.965 ha	Declarada
Araçaí	Cunha Porã, Saudades	2.721 ha	Declarada

Fontes: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>; <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>; <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/08/terras-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>.

Os Kaingang estão entre os cinco mais numerosos povos indígenas existentes no Brasil, vivendo, sobretudo, na região oeste dos estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Falam uma língua pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê que apresenta diferenças e especificidades de estado a estado. De acordo com critérios geográficos, socioculturais e linguísticos, os Kaingang pertencem ao grupo Jê Meridional. Os Guarani, população ainda mais numerosa no sul da América do Sul, vivem majoritariamente nas regiões sul e sudeste, além do Paraguai e Argentina. Sua língua, que integra o tronco linguístico Tupi, encerra diversidade quanto a pronúncias, vocábulos e escrita.

O livro quer engrandecer e homenagear histórias de vida, saberes e experiências de cinquenta e duas mulheres e homens que nortearam as reflexões, atividades e pesquisas de professores, alunos e comunidades escolares dentro e fora das salas de aula no transcurso da Ação Saberes Indígenas na Escola\*, programa embasado na temática *Territórios de Ocupação Tradicional em Santa Catarina: Passado e Presente*. São essas mulheres e homens os notórios protagonistas deste trabalho espreado pelas cinco TIs kaingang, que aconteceu nos espaços escolares, nos seus pátios e casas, na mata, à beira de nascentes de água e rios, debaixo de árvores. Trabalho que instou memórias e histórias, que aqueceu corações e mentes de professores e alunos do ensino fundamental e médio, que deu ainda mais sentido aos processos de ensino-aprendizagem. A participação deu-se também nos grandes encontros\*\*, nas oficinas, nos acompanhamentos, nos planejamentos, fortalecendo o interesse e o crédito no refletir e fazer conjuntamente.



Alguns mais velhos aqui incluídos já não vivem mais, todavia são compreendidos como exemplares e seguem orientando à vida pre-sente por suas dedicadas atuações que marcam a luta pelo direito a terra, pelo direito de poder existir vigorosamente como Kaingang e como Guarani.

As vozes dos mais velhos repercutem vivamente neste livro. São vozes que acentuam a importância e a riqueza das matas e das ervas medicinais, dos rios, nascentes e águas, da fauna. São vozes que chamam a atenção para a vida com relação à plantação, à pesca, à caça, à coleta, ao artesanato e suas matérias primas. Chamam a atenção para os tempos passados e a abundância das araucárias então existentes, bem como sua gradativa – e inaceitável – devastação. Tempos de mais saúde e de rios sem contaminação. Falam das lembranças sobre as escolas em décadas passadas: diminutas, precárias, longínquas, de difícil acesso, sem materiais escolares, de frequência limitada por conta de ocupações e trabalho, vedadas pelos pais pela desconfiança em relação aos seus objetivos, inclusive no que se refere à proibição do uso da língua materna/paterna. São vozes que chamam a atenção para a centralidade dos nomes na própria língua (Kaingang e Guarani). Vozes que se fizeram ouvir em encontros e oficinas efetivadas nas escolas/comunidades, programações da Ação Saberes Indígenas na Escola – Núcleo Santa Catarina.

Aqui está ressaltada a relevância do local de nascimento, a itinerância empreendida, a ocupação de áreas efetivada, as causas de desocupações ocorridas, a luta contínua e persistente pelos territórios de ocupação Kaingang e Guarani, a efetiva preocupação com a condição ambiental das Terras Indígenas quando dos processos demarcatórios. Está acentuada a comparação entre os tempos de outrora, ouvidos via narrativa dos antecedentes e/ou vividos. Tempos difíceis, de sofrimento, mas igualmente de mais saúde e de certa liberdade. Perceptível e igualmente compreensível o sentimento de saudades da época

\* Os discursos de alguns deles resultaram fundamentais para que Guerola (2017) refletisse a respeito do ensino-aprendizagem escolar de línguas indígenas em sua tese de doutorado em Linguística Aplicada na UFSC, no âmbito da ASIE SC. Saiba mais em: GUEROLA, Carlos Maroto. *‘Se nós não fosse guerreiro nós não existia mais aqui’: ensino-aprendizagem de línguas para fortalecimento da luta Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng*. 2017. Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PLLG0674-T.pdf>>.

\*\* No total de cinco, o primeiro e o quarto **Grande Encontro** foram realizados na Escola Cacique Vanhkre (TI Xapecó), de 10 a 12 de setembro de 2015 e de 29 a 31 de outubro de 2016. O segundo ocorreu na TI Toldo Pinhal, de 29 a 31 de outubro de 2015, enquanto o terceiro deu-se na TI Toldo Chimbanguê, de 10 a 12 de março de 2016. De 15 a 16 de maio de 2017, a TI Aldeia Kondá recebeu o V Grande Encontro.

de antigamente. Significativa igualmente a aguda constatação quanto à atualidade: as transformações dos contextos sociais, culturais, políticos, econômicos, ambientais.

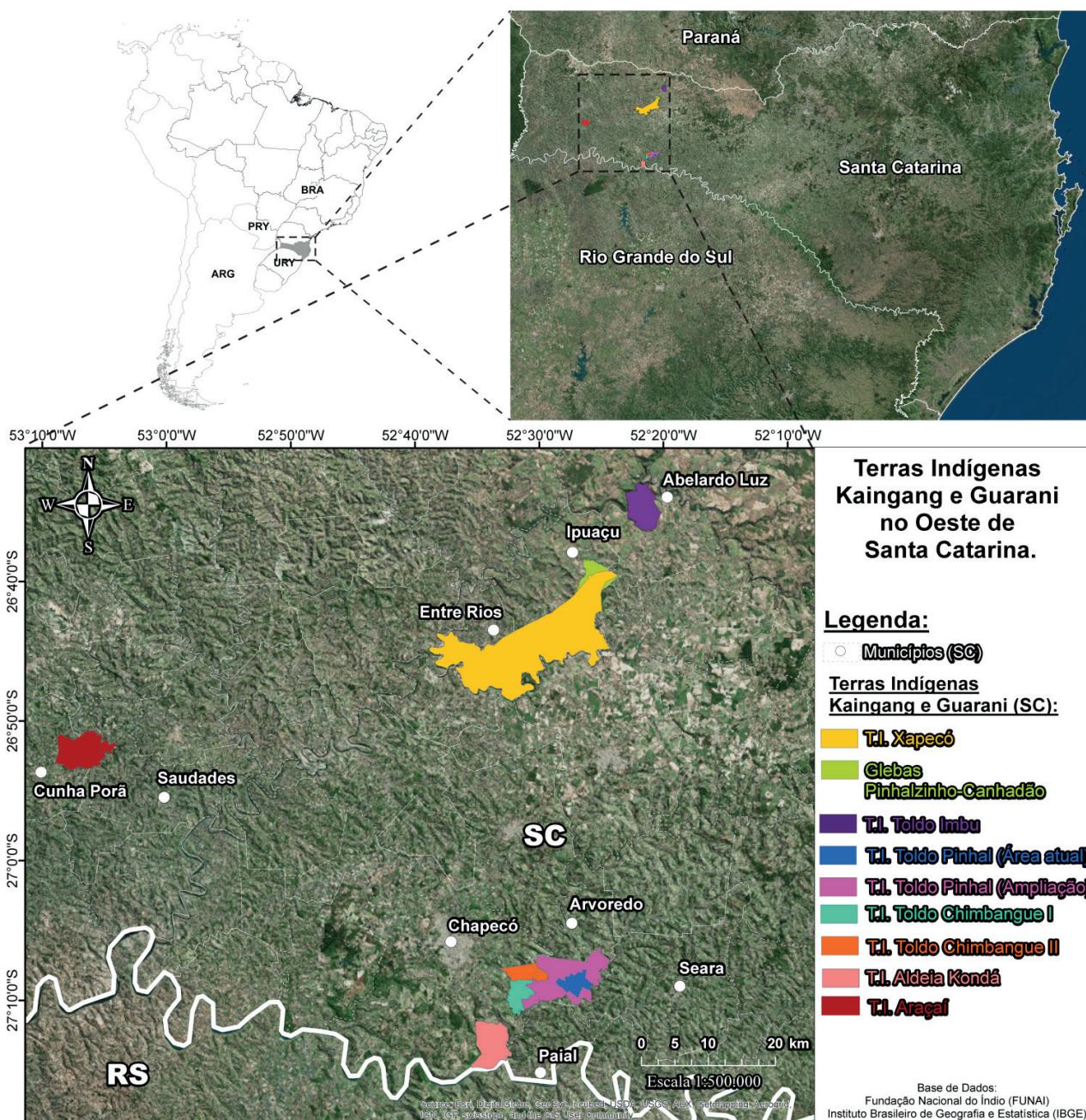
Outros materiais se somam a este livro, como o caderno de planejamento de aulas, guias didáticos, DVDs etc., elaborados por e para professores e alunos em suas escolas e variados outros lócus – redutos do pensar e fazer coletivo, do aprender e se fortalecer em conjunto, do lembrar e compartilhar História.

A Ação Saberes Indígenas na Escola significou alimento, possibilidade, horizonte, perspectiva nas escolas, no fazer da comunidade escolar. E nesse processo, os mais velhos recebem o reconhecimento do valor de sua participação. O livro quer simbolizar a profunda homenagem a esses que compõem, com sua existência, seus conhecimentos e experiências, os povos Kaingang e Guarani.

Equipe Ação Saberes Indígenas na Escola - Núcleo SC



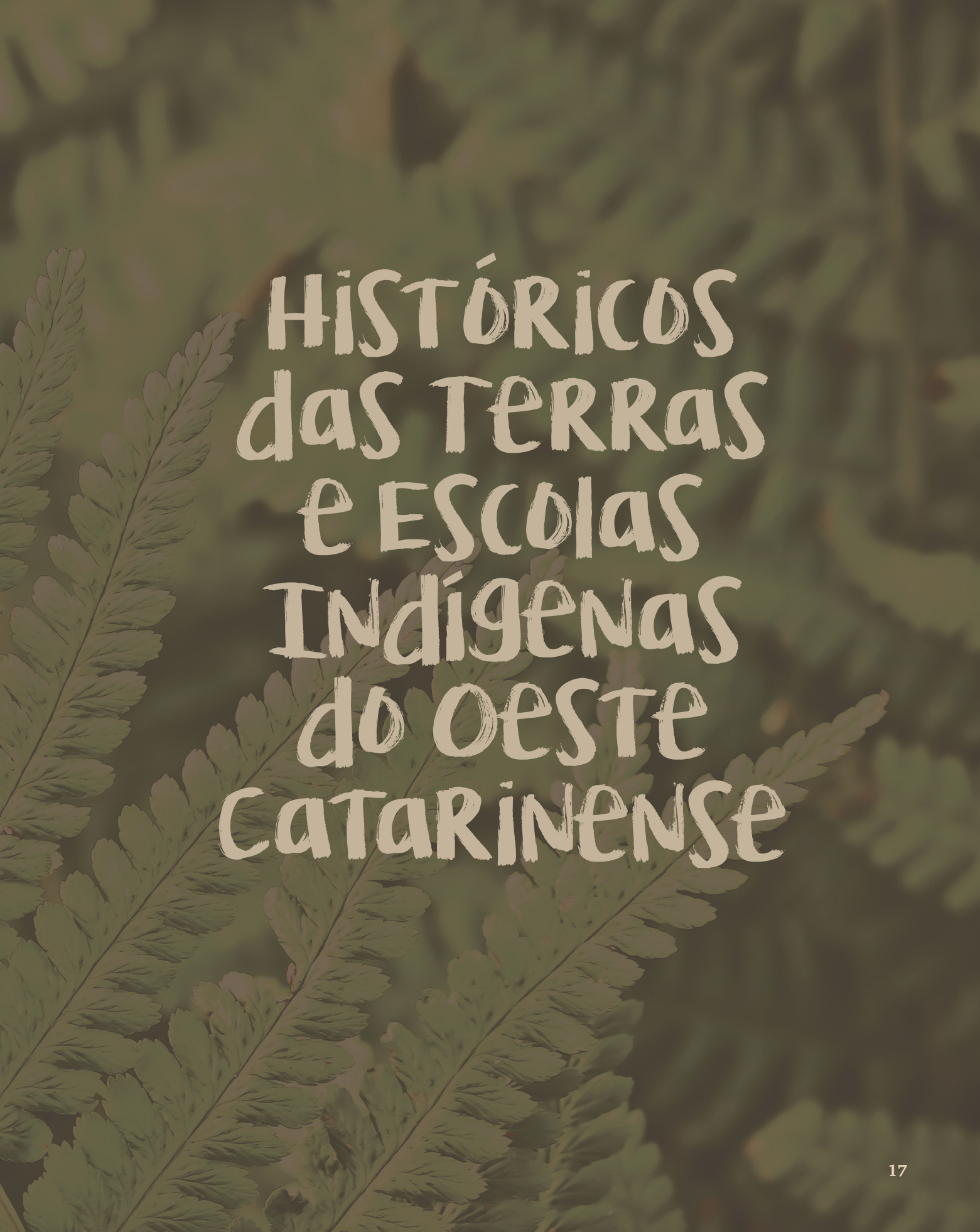
# Mapa das Terras Indígenas no Oeste do Estado de Santa Catarina



Mapa elaborado por Inaie Miranda, 2017







# HISTÓRICOS das TERRAS e ESCOLAS INDÍGENAS do OESTE CATARINENSE



# Terra Indígena Xapecó

O Decreto nº 7, de 18 de junho de 1902, do governo do Paraná, reservou aos índios uma terra de aproximadamente 76.623 hectares, sendo seu limite norte definido pelo rio Chapecó, o sul pelo rio Chapecozinho e o oeste pela linha telegráfica que ligava a cidade de Xanxerê à cidade de Palmas (o traçado dessa linha telegráfica corresponde ao traçado da atual estrada que liga esses municípios). Conforme texto do próprio decreto, ficou reservada

Este relato foi adaptado do **Projeto Político-Pedagógico (PPP)** da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhre, 2015.

*“para o estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do Cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendidas nos limites seguintes: A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul até o passo do rio Chapecózinho, e por estes dois rios até onde eles fazem barra”.*

É importante registrar que o texto desse decreto reserva terras para o estabelecimento de índios ao mando do Cacique Vanhkrê, o que demonstra que o poder das lideranças Kaingang era reconhecido pelas autoridades provinciais. Porém, esse poder foi sendo reduzido em muitos casos. Entre os Kaingang de Palmas, por exemplo, a presença do Diretor de Índios, a partir de 1881, substituiu muitas funções anteriormente atribuídas aos líderes nativos. Na Terra Indígena Xapecó, não havia um Diretor de Índios, mas um *Encarregado*, subordinado ao Diretor de Palmas. Destituídos das atribuições de mediadores da política externa junto às autoridades dos brancos, os líderes Kaingang não conseguiram defender suas terras dos processos de invasão que se intensificaram, especialmente, a partir da década de 1920.

Em 1934, devido a uma pressão realizada por madeireiros de Passo Fundo, uma nova medição suprimiu parte das terras, particularmente aquelas conhecidas como Canhadão e Pinhalzinho, atualmente em processo de recuperação.

Em 1941, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) criou o Posto Indígena Xapecó. Com a presença de autoridade institucional no interior da Terra Indígena, houve profundas mudanças, tanto na organização social do grupo, quanto na sua inserção no contexto regional, assim como nas características de seu habitat.

No seu trabalho *Indigenismo e expansão capitalista: faces da agonia Kaingang*, de 1979, o antropólogo Silvio Coelho dos Santos assim descreve o período que se seguiu à instalação do Posto Indígena:

*“alguns anos depois da instalação, o Posto Indígena já caminhava para uma organização de empresa, explorando os ervais da reserva e realizando anualmente uma roça. [...] O posto estava engajado numa economia de mercado, especialmente o cultivo de trigo e de milho [...] O benefício que os índios recebiam, entretanto, era mínimo e na maioria das ocasiões não era por eles solicitado ou aproveitado, pois eles praticavam uma escassa atividade agrícola própria [...] Desde 1948 começaram a se localizar na reserva vários colonos, especialmente italianos [...] Os indígenas cediam aos colonos locais as terras que tradicionalmente ocupavam [...] A presença dos colonos arrendatários na área criou novas oportunidades de aproveitamento da mão-de-obra indígena [...] Ainda na sua ‘situação de empresa’, o Posto Indígena dedicou-se à exploração dos recursos florestais da área indígena, particularmente os pinheiros. O Posto chegou a instalar uma serraria própria [...] A devastação que ocorreu nas reservas florestais da área indígena foi praticamente total. As empresas madeireiras da região, que há muito vinham se ressentindo do escassamento da matéria-prima, passaram a trabalhar 24 horas por dia. Sessenta mil pinheiros, aproximadamente, foram derrubados na reserva indígena.*

**Aldeia Sede do Posto Indígena Xapecó  
fotografada em 1947 por Heinz Forthmann**



### Caminhão carregado de trigo das lavouras do Posto Indígena Xaçecó



Essas transformações estão ainda presentes na memória dos mais velhos moradores da Terra Indígena Xaçecó. Às transformações em suas terras, à imposição de limites ao exercício de sua autoridade política e à exploração de suas reservas florestais, se somou a proibição, em 1951, de realizar seu principal ritual: o ritual dos mortos, o *Kiki*.

Em 1965, os limites da Terra Indígena Xaçecó foram especificados pelo SPI. Através dessa demarcação, a superfície total da área indígena ficou definida finalmente: 15.623 hectares. A opinião que os mais velhos dão sobre esse processo de demarcação é clara: “Onde tinha pinhal, eles mandavam medir. Onde tinha madeira, os madeireiros pegavam. Onde não tinha madeira, ficava pros índios”. Os índios que acompanharam as medições de sua terra, iniciadas em 1964, relatam que reclamaram junto ao então chefe do posto porque o tamanho da terra estava sendo reduzido e que o chefe do posto disse que não queria saber sobre a medição. Houve um conflito entre o chefe do posto e os índios, que culminou com o afastamento do chefe. A demarcação das terras, no entanto, não respeitou os limites reconhecidos pela comunidade. Ainda hoje os Kaingang da Terra Indígena Xaçecó estão pleiteando a recuperação de uma grande porção de terra suprimida naquele processo.



Em 1978, os Kaingang da Terra Indígena Xapecó enfrentaram os colonos invasores de suas terras e forçaram sua retirada. Nesse processo, índios vindos de outras Terras Indígenas (especialmente Nonoai/RS e Mangueirinha/PR) auxiliaram nessa verdadeira ação militar empreendida pelos Kaingang. Segundo afirmam aqueles que participaram desse processo, havia 700 arrendatários na TI Xapecó. Muitos deles eram efetivamente colonos invasores, porém com títulos de propriedade emitidos pelo Estado. Situação semelhante fora enfrentada em Nonoai e Mangueirinha. Em Nonoai, foram 1400 colonos expulsos da Terra Indígena. Seus títulos de propriedade haviam sido conferidos pelo governo daquele Estado em 1962.

Atualmente, a Terra Indígena Xapecó possui a mesma área de 15.623 hectares demarcada em 1965, com uma população de aproximadamente 6.500 índios. A maioria deles é Kaingang, e um pequeno número de índios é Guarani. Nela existem 16 aldeias, com os seguintes nomes: Sede, Olaria, Pinhalzinho, Água Branca, Serrano, Baixo Samburá, Cerro Doce, Matão, Paiol de Barro, Fazenda São José, Limeira, Barro Preto, João Veloso, Campos Oliveira, Linha Guarani e Manduri.

**TI Xapecó em fotografia de arquivo da EIEB Cacique Vanhkrê.**



---

## Escola Indígena Cacique Vanhkrê



Em meados de 1960, foi criada a primeira escola da aldeia Água Branca, que foi chamada Escola Estadual São Pedro. Em 1975, ela foi transferida para a sede da Terra Indígena Xaçecó, passando a ser denominada Escola Isolada Federal Posto Indígena Xaçecó.

Em 1988, pela Portaria nº 488/88, de 30/12/1988, Parecer nº 609, a escola passou a se chamar Escola Isolada Federal Vitorino Kondá. No ano de 1998, pela Portaria nº 014/98, de 27 de janeiro, a Secretaria de Educação e Desporto, através do Parecer nº 352/97 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, aprovou o Ensino Médio nessa Unidade Escolar. A escola passou a ser denominada Colégio Estadual Vitorino Kondá, e foi a primeira escola indígena a ter ensino médio no Brasil.

Estudos e relatos sobre a vida do Índio Vitorino Kondá revelaram que ele foi contratado por grandes fazendeiros para facilitar a entrada dos não índios para ocuparem as Terras Indígenas, expandindo assim as fazendas e diminuindo o espaço ocupado pelos índios. Surgiu então o nome do Cacique Vanhkrê, primeiro responsável pela demarcação da terra. Isso ocorreu no ano 1999 e a partir dessa realidade decidiu-se mudar o nome da escola. No ano 2000, através da Portaria E/040/SED, de 07/06/2000, ela passou a ser chamada Escola Indígena de Educação Básica (EIEB) Cacique Vanhkrê.

### **A EIEB Cacique Vanhkrê oferece as seguintes modalidades de ensino:**

- Ensino Fundamental anos iniciais
- Ensino Fundamental anos finais
- Educação Especial: Turma de Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEDE) misto
- Ensino Médio

No ano de 2017, a escola conta com 952 alunos distribuídos em um total de 39 turmas. A escola trabalha também com projetos especiais para fortalecer a cultura Kaingang, tanto na cultura material (artesanato, instrumentos musicais e afins) como na cultura imaterial (músicas, danças, língua Kaingang). Semanalmente atende também professores e pessoas da comunidade que desejam aprender a Língua Kaingang.

O quadro docente é composto por 47 professores, sendo que dois são não indígenas, porém casados com índios e residentes na TI Xaçecó. Todos os professores estão comprometidos na luta pelo fortalecimento da cultura do povo Kaingang. Para isso buscam formação superior e específica, bem como formação continuada. No quadro docente atual, por exemplo, três professores são habilitados em Magistério Bilíngue e cursam graduação; quase todos os outros professores já estão habilitados na disciplina que lecionam e quatro deles já possuem especialização, outros estão cursando especialização em diversas áreas de conhecimento.

A EIEB Cacique Vanhkrê em fotos do próprio arquivo da escola.





## Pré-Escolar Pequeno Príncipe



Há um bom tempo a comunidade Kaingang vem solicitando junto à Secretaria de Estado da Educação a transferência da educação infantil, que atualmente está sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ipuçu, para o atendimento dessa demanda na esfera estadual.

Em 2001, por solicitação da comunidade indígena devido ao grande número de crianças na idade de 4 a 6 anos, teve início a educação infantil com ensino bilíngue. A contratação do professor ficou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ipuçu.

Em 2004, a Educação Infantil Pré-Escolar Pequeno Príncipe parou de funcionar na escola por falta de espaço. No ano de 2011, a Prefeitura reformou a antiga escola Vitorino Kondá, e é lá que hoje funciona o Centro de Educação Infantil Pré-Escolar Pequeno Príncipe.

**O Centro de Educação Infantil Pré-Escolar Pequeno Príncipe, retratado por Juliana Okawati.**





## Escola São Pedro

EIEF São Pedro situa-se na aldeia Água Branca, que surgiu na década de 1950 e está localizada na Terra Indígena Xaçecó. Contam que o nome da aldeia foi escolhido por ter sido encontrada uma fonte de água branca que devia sua cor à grande quantidade de cristais e pedras na sanga da água.

A Escola São Pedro foi criada através do Decreto nº 0377 de 28 de junho de 1963, ano em que iniciou suas atividades. O nome São Pedro vem homenagear o Santo. A escola foi emprestada a pastores para realizar cultos evangélicos da Igreja Batista Independente, dirigida por João Alberto, professor e pastor na época. Nessa época não eram ministradas aulas de língua Kaingang porque os professores eram pessoas brancas. Mais tarde houve o desligamento entre escola e igreja.

O Decreto nº 058, de 26 de fevereiro de 1999, em seu artigo 1º, decreta que as escolas indígenas passam a pertencer à rede estadual de ensino. O referido decreto foi assinado pelo então governador, Esperidião Amin Helou Filho.

A Escola atende turmas multisseriadas oferecendo Ensino Fundamental (1º a 5º ano) bilíngue.

A escola São Pedro em fotografia de Juliana Okawati.





---

## Escola Baixo Samburá



O nome Baixo Samburá teve origem no termo *symmerra*, porque tinha um rio com pequenas quedas e se dizia “pule lá embaixo para pescar”. A escola está localizada na aldeia Baixo Samburá, na Terra Indígena Xaçepó.

Desde o início da aldeia se pratica a agricultura com o cultivo de produtos como feijão, milho e outros. Toda aldeia tem um capitão, que é uma pessoa da confiança do cacique e está sempre atenta aos problemas da comunidade.

A Escola Federal Baixo Samburá foi criada pelo Decreto nº 1825 de 24 de agosto de 1964. De acordo com o Decreto nº 042/98, foi nomeada como Escola Isolada Baixo Samburá. Já o Decreto nº 058 de 26 de fevereiro de 1999, em seu artigo 1º, decreta que as Escolas Indígenas passem a pertencer à rede estadual de ensino. Com o cumprimento do decreto, o nome da escola passou a ser Escola Indígena de Ensino Fundamental Baixo Samburá.

A Escola atende turmas multisseriadas oferecendo Ensino Fundamental (1º a 5º ano) bilíngue.

Escola Baixo Samburá em fotografia de Juliana Okawati.







## Escola São José

A Escola Indígena de Ensino Fundamental São José está localizada na Terra Indígena Xapecó. No início da década de 1960, a aldeia era denominada São José do Matão, sendo povoada por índios Kaingang. Mais tarde, por volta de 1963, foi criada a Escola Federal São José, em homenagem ao padre José.

A partir de 1980, a Aldeia São José foi dividida e então surgiu a Aldeia Matão. Com a criação da nova aldeia também foi construída a escola da Linha Matão. O Decreto nº 058, de 26 de fevereiro de 1999, deu o atual nome à escola.

A escola atende turmas multisseriadas oferecendo Ensino Fundamental (1º a 5º ano) bilíngue.

**Escola São José, por Juliana Okawati.**



# Escola Linha Matão



Com a divisão da Aldeia São José do Matão, a partir de 1980, surgiu a Aldeia Matão. Com a criação da nova aldeia também foi construída a escola da Linha Matão. Pelo Decreto nº 058, de 26 de fevereiro de 1999, em seu artigo 1º, a escola passou a chamar-se Escola Indígena Fundamental Linha Matão.

A Escola atende turmas multisseriadas oferecendo Ensino Fundamental (1º a 5º ano) bilíngue.

EIEF Linha Matão, em fotografia de Juliana Okawati.





## Escola Limeira

A Escola Indígena de Ensino Fundamental Mbyá Limeira localiza-se no município de Entre Rios, na Terra Indígena Xapecó. A aldeia Limeira iniciou com o Sr. Raimundo Benites, indígena Guarani, que residia naquele local. Ali havia muitos pés de lima, fato que deu origem ao nome da aldeia em 1968.

Naquela época, tinha ali um salão de baile, que foi construído antes da escola. Segundo pesquisas realizadas em colaboração com o Sr. Adão Antunes, a primeira escola iniciou em 1970 e o primeiro professor foi o Sr. Silvio, que era funcionário da FUNAI, depois atuando o professor Sebastião Paty Vericio. As crianças estudavam, mas não tinham um prédio escolar ainda. A primeira escola só foi construída em 1997.

O primeiro Cacique foi o Sr. João da Silva e o primeiro diretor da escola foi o Sr. João Antunes. A Aldeia Limeira era formada por índios Guarani e permanece assim até hoje. Através do Decreto nº 058, de 26 de fevereiro de 1999, houve a estadualização da escola, assim como das demais escolas indígenas.

A escola atende turmas multisseriadas oferecendo o 1º segmento do Ensino Fundamental (1º a 5º ano) regular bilíngue, o 2º segmento do Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

**Escola Limeira, em fotografia de Juliana Okawati.**





---

## Escola Guarani



Na década de 1920, índios Guarani se instalaram no local onde está hoje localizada a Escola Indígena de Ensino Fundamental Guarani, por isso até o nome da aldeia é Linha Guarani. A aldeia está dentro da Terra Indígena Xapecó.

Por muito tempo a aldeia permaneceu sem escola. Em 1973, ocorreram fortes chuvas que destruíram a ponte do rio que separava a comunidade indígena da não indígena e, por força da necessidade, construíram, na área indígena, uma escola chamada Escola Federal Guarani.

Em 1988 a escola de madeira foi substituída por uma de alvenaria. O nome da escola passa então para Escola Isolada Estadual Guarani. Em 1999, a comunidade recebeu energia elétrica. Através do Decreto nº 058, de 26 de fevereiro de 1999, o nome da escola passa a ser Escola Indígena de Ensino Fundamental Guarani.

A Escola atende turmas multisseriadas oferecendo Ensino Fundamental (1º a 5º ano) bilíngue.

**Escola Guarani em fotografia do seu próprio arquivo.**

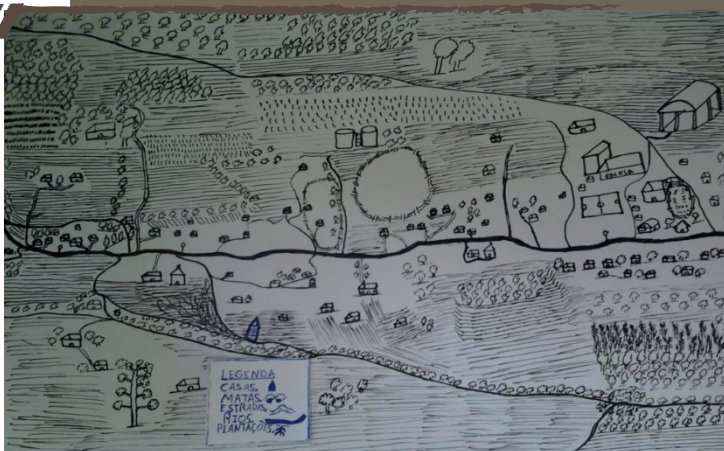


## Aldeia Pinhalzinho

Este relato foi adaptado do **Projeto Político-Pedagógico (PPP)** da Escola Indígena de Educação Básica Pinhalzinho, 2015.

A aldeia Pinhalzinho está localizada na Terra Indígena Xapecó, que atualmente se situa entre os municípios de Bom Jesus, Ipuauçu (município ao qual pertence a aldeia) e Entre Rios, entre os rios Chapecó e Chapecózinho, em Santa Catarina. Possui área de 15.623 hectares, com uma população majoritariamente Kaingang e algumas famílias de índios Guarani. Hoje a comunidade do Pinhalzinho é uma das maiores da área indígena, pelo menos em população, com aproximadamente 1300 pessoas. Segundo mapas e dados da TI Xapecó, a aldeia Pinhalzinho é a maior em número de famílias, com aproximadamente 360.

Aldeia Pinhalzinho Fág Sî em desenho de Charles Marcos Luiz, incluído no seu trabalho de TCC\*.



\* O Trabalho de TCC na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica de Charles Marcos Luz, Brinquedos e Brincadeiras Kaingang, defendido em Florianópolis em 2015, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, encontra-se disponível em: <<http://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/04/Charles-Marcos-Luiz.pdf>>.

Possui uma escola indígena de ensino fundamental, um posto de saúde, várias associações de igrejas e de esportes, etc. A aldeia foi fundada por volta dos anos 1940, segundo o Senhor Salvador Capanema, de 67 anos, morador da aldeia.

As primeiras famílias que se instalaram na comunidade foram os Jacinto e os Fernandes, que ainda moram nela. Por volta de 1946, o governo ordenou a expulsão dos índios Kaingang da aldeia do Toldo Imbu, no município de Abelardo Luz, vindo todos eles a se alojarem na aldeia Pinhalzinho.

Segundo alguns velhos da comunidade, a mesma também foi chamada de aldeia Cachoeirinha. Segundo o Senhor Salvador, o primeiro capitão da aldeia foi Aleixo Alves, um índio Kaingang. Nesse período não existia

tia cacique: as comunidades eram gerenciadas pelos seus capitães, que eram indicados pela FUNAI. Havia apenas um chefe de posto, que na época era o senhor João Mader. Foi Aleixo Alves quem teve a ideia de mudar o nome da aldeia de Cachoeirinha para Pinhalzinho, devido à maior parte da terra ser coberta por vegetação de araucária.

A aldeia é cortada por dois rios, o rio Lajeado (rio Pinhalzinho) e o rio Oliveira, os quais têm uma grande importância para a comunidade, pois são esses rios que grande parte dos moradores usam para tomar banho e lavar roupas e também para lazer, tanto das crianças como dos mais velhos.

A aldeia Pinhalzinho é cortada também pela rodovia SC 480, que liga os municípios de Ipuacu e Bom Jesus. A economia da comunidade está voltada para a agricultura, a pecuária, o serviço público e o trabalho em frigoríficos nos municípios da região.

Na questão da vegetação, existem muitas espécies de árvores na aldeia, tais como imbu, vassoura ou eucalipto, além de outras que os moradores plantam ao redor de suas casas para terem sombra para sentarem embaixo, tais como angico, timbó, maria-preta, ipê, canela, açoita-cavalo e araucárias. Essas vegetações estão, na maioria, concentradas nas beiras das nascentes dos rios que cortam a aldeia. O posto de saúde conta com horta de ervas medicinais, que toda a comunidade pode usar quando necessário.



Juiz Selistre de Campos com grupo de Kaingang na Aldeia Pinhalzinho, na década de 1950, em fotografia do arquivo pessoal de Rildo Mendes.



Rezadores retornando do Ritual do *Kiki* na Aldeia Pinhalzinho em abril de 1976, em fotografia do arquivo pessoal de Rildo Mendes.



Estrada na aldeia Pinhalzinho, entre 1981 e 1982, recém asfaltada, com galpão do antigo clube ao fundo, em fotografia do arquivo pessoal de Rildo Mendes.





## Escola Indígena Pinhalzinho

### ISKÓRA TỸ FÁG SĨ TỸ KANHRÃN KÃME

(Tradução para língua Kaingang: Creide Alípio)

ISKÓRA TỸ FÁG SĨ, VỸ TỸ COMUNIDADE PINHALZINHO JAMÃ NĨ, GA TAG VỸ XAPECÓ TỸ MUNICIPIO TỸ IPUAÇÚ NĨ SC KM TỸ 05 NĨ. KỸ GA TAG VỸ GOJ AG KÃKI KI NĨ NĨ, GOJ TỸ: CHAPECÓ MÁG KAR TỸ CHAPECÓZINHO NĨ. GA TAG VỸ TỸ 15. 623 HECTARES NĨ, KỸ GA TAG ËG KAINGANG AG TAKI NỸTĨ NĨ, KỸ GUARNĨ PIPIR AG VỸ KI NỸTĨ NĨ GÉ. KỸ ËG COMUNIDADE TAG TỸ, PINHALZINHO VỸ TỸ MÁG NĨ, ËG KANHGÁG KAR JAMÃ TAG VỸ 763 VỸ KI NỸTĨ SER. KỸ ËG COMUNIDADE TAG, ALEIXO ALVES VỸ JYJY TAG KÓNİM MŨ, FUNAI MRÉ AG TỸ PROJETO HAN MŨ JA NĨ. MỸR VÃSỸ JAMÃ TAG VỸ GOJ SĨ KAR FÁG PĒN AG VỸ E TĪGTĨ GÉ. KỸ Ũ TỸ LIDACI VỸ: KE TĨ: ËG TỸ POSTO RA TĨ KỸ ËMĨN KI, ËG FÁG GÉNH TĨ, MỸR FÁG PĒN VỸ ËMĨN KRI NỸTĨG TĨ. KỸ KĚJĒN PROFESSOR Ũ VỸ ËG KI JUN MŨ, TI JYJY VỸ, SAMUEL BRASIL KE TĨ SER, ÃMÃ TỸ XAXIM TÁ KÓTĨ KỸ, KỸ JAMÃ TAG VỸ 40 KM, KI JÁ NĨ SER, KỸ ARŪNŪ AG VỸ 16 JA NĨ, KỸ ARŪNŪ TĚGTŪ AG PI KANHGÁG JA NỸTĨ, KỸ ËG ISKÓRA TỸ ĨN VỸ KA TỸ TÓNH TỸ KE VĚ GA KRI KE VĚ. HÃRA KEJĒN FUNAI VỸ ISKÓRA U MUR MŨ GÉ, KỸ PRỸG TỸ 1970 KI. KỸ ISKÓRA TAG VỸ JYJY TỸ ISKÓRA ISOLADA PINHALZINHO KE MŨ SER, KỸ PRỸG TỸ 1972 KANHGÁG Ũ TỸ KAINGANG, VỸ KÃRÃ MŨ GÉ, FI JYJY VỸ MARIA VERGINIA KE TĨ SER. KỸ PORTARIA TỸ 421 PRỸG TỸ 1993 VỸ VEN MŨ NÚMERO TỸ 464 PRỸG TỸ 1993, ISKÓRA ISOLADA TAG VỸ Ũ MUR MŨ GÉ, KỸ AG VỸ ISKÓRA ESTADUAL KE MŨ SER 1º A 4º VE KI KÃRÃ MU SER, KỸ FI JYJY VỸ ISKÓRA ESTADUAL ËG VỸ KE MŨ SER. PORTARIA TO 06 KYSÃ TỸ MARÇO PRỸG TỸ 1997 VỸ MUR MŨ GÉ Nº TỸ 7034 PRỸ TỸ 1997 PUBLICADO KI D.O. Nº 15.786 KYSÃ TỸ OUTUBRO PRỸG TỸ 1997 KỸ ISKÓRA TỸ KAINGANG TAG VỸ TỸ, ISKÓRA ESTADUAL PINHALZINHO KE MŨ SER. KAR ISKÓRA TAG VỸ TỸ ISKÓRA MUNICIPAL VỸ KE MŨ GÉ. KỸ FI JYJY VỸ KE MŨ: ISKÓRA REUNIDA PINHALZINHO KE MŨ SER, DECRETO TỸ 056 KYSÃ TỸ FEVEREIRO PRỸG TỸ 1999 Nº TỸ D.O. 14.114 PRỸG TY 1999, KỸ PRỸG TAG, ISKÓRA TAG VỸ ISKÓRA ESTADUAL TỸ KANHRÃN TỸ FUNDAMENTAL VE KE MŨ SER.

Como comentado anteriormente, a aldeia Pinhalzinho recebeu esse nome por sugestão do Senhor Aleixo Alves, quem, ao fazer uma reflexão a respeito do projeto que seria feito pela FUNAI, propôs que o nome fizesse referência não à pequena cachoeira que lhe deu o seu primeiro nome, Cachoeirinha, e sim ao fato de existirem muitos pinheiros na comunidade.

Em 1940, veio da cidade de Xaxim/SC o primeiro professor da comunidade, o senhor Samuel Brasil, que reuniu uma turma de 16 alunos, sendo três deles não índios. A primeira escola era de madeira lascada e chão batido, e foi denominada Escola Pinhal.

Em 1970, a Fundação Nacional do Índio cria a Escola Isolada Pinhalzinho, e em 1972 inicia-se o ensino bilíngue na escola com a professora Maria Virgínia Mendes.

Pela Portaria 421/93, fica criada a Escola Isolada Estadual Pinhalzinho e, pelo Parecer nº 464/93, a Escola Isolada Pinhalzinho foi transformada em Escola Indígena Estadual Pinhalzinho, para funcionamento da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental.

Pela Portaria 060/97 de 23 de março de 1997 e pelo Parecer nº 7034/97, a Escola Indígena Estadual Pinhalzinho foi transformada em Grupo Escolar Pinhalzinho. Pela Portaria 2894/SED e pelo Decreto nº 2.324 de 21 de outubro de 1997, o Grupo Escolar Pinhalzinho foi transferido da rede estadual para a rede municipal de ensino, com o nome de Escola Reunida Pinhalzinho.

Pelo Decreto 056, de 26 de fevereiro de 1999, referente à estadualização, a escola passa novamente a pertencer à rede estadual de ensino, denominando-se Escola Indígena de Ensino Fundamental Pinhalzinho.

Em 2002, houve um concurso específico para os professores indígenas, sendo que em nossa escola efetivou-se a professora Marilde Luiz e o professor Ronelsson Luiz, ambos nos anos iniciais.

Pela Portaria E/47 de 25 de novembro de 2009, ficou autorizado o funcionamento das séries finais do Ensino Fundamental, a partir de 2010, através do Parecer nº 990, da Secretaria do Estado da Educação, aprovado em 18 de novembro de 2009.



Até o ano de 2010, a unidade escolar do Pinhalzinho oferecia somente os anos iniciais do Ensino Fundamental. Em 2010, passou a ministrar o 6º ano e, de forma gradual, foram inseridos os anos posteriores, sendo que somente em 2013 a escola passou a oferecer ensino fundamental completo. A primeira turma de 9º ano concluiu no ano de 2015.

A escolha dos professores para atuarem nessa unidade escolar até o ano de 2014 era por indicação das lideranças indígenas. No ano de 2015, a escolha foi feita de forma diferente, sendo que todos os professores fizeram inscrição em processo seletivo. No ano de 2016, houve também processo seletivo, inclusive com prova escrita, sendo que os professores aprovados puderam escolher suas aulas de acordo com sua classificação, e com aprovação da Comissão criada para esse fim.

No ano de 2016, conseguimos a implantação do Programa de Novas Oportunidades de Aprendizagem (PNOA), para os anos iniciais.

**Escola Indígena Pinhalzinho em fotografia do arquivo da escola.**





---

## Aldeia Paiol de Barro



Para construir e entender melhor a história da comunidade, contamos com a ajuda dos moradores mais antigos, que colaboraram com o que eles sabiam e o que tinham também escutado de seus parentes. Os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) também pesquisaram e ajudaram a produzir este texto. Colaborou na construção deste histórico o Sr. Valdevino de Oliveira Belém, que é atualmente Técnico de Enfermagem da Unidade de Saúde e atua há 23 anos como auxiliar de enfermagem na região. Ele foi o responsável pelo levantamento das crianças em idade escolar para que fosse criada a primeira escola na comunidade, tendo sido também integrante da primeira diretoria da escola.

Segundo as suas informações, os antigos contavam que há muito tempo a comunidade era coberta por um pinhal e os primeiros habitantes foram os índios Guarani, que foram para morar nesse local. Abriram picadas no mato e chegaram a esse lugar, construíram seus ranchos com pau, taquara, folhas e barro formando uma pequena comunidade chamada Toldo dos Guaranis. Mais tarde, vieram a se estabelecer também uns Kaingang que andavam caçando e acabaram percebendo que ali era um lugar muito bom para se morar. Então os Guarani, como não gostavam de se misturar com os índios das outras tribos, se retiraram para outro lugar, onde vivem até o dia de hoje, a aldeia Limeira.

Na época, existiam muitas caças, peixes, frutas e mel. Era disso que os índios sobreviviam. Os Kaingang começaram a roçar o mato para o cultivo de feijão, mandioca e batata. Faziam pequenas plantações de milho para fazer canjica. Em caso de problemas de saúde usavam remédios de ervas medicinais encontradas no mato e de benzimentos de sua cultura. De herança do povo Guarani ficou uma casa de reza que os Kaingang chamaram de Paiol de Barro e esse nome ficou até hoje. Depois de muito tempo fizeram a estrada ligando Xaxim a São Domingos, mas até então os índios caminhavam por picadas e navegavam de canoa pelos rios.

O artesanato era feito para consumo próprio: eram produzidos cestos, cargueiros para transportar os alimentos da colheita e peneiras finas e grossas para o pilão. O pinhão era colhido seco, colocado em bolsas e guardado numa prateleira de taquara. Havia ali bastante erva-mate que era colhida e socada no pilão para consumo, assim como mostarda, almeirão e *kumi*, utilizados como alimentos.

Atualmente, o artesanato é feito por algumas famílias e tem uma importância fundamental como complemento de renda. É confeccionado com matéria prima extraída na própria aldeia, como o taquaruçu, cipós, madeiras e taquara mansa. Uma série de artefatos são vendidos ou trocados nos centros maiores. Esse artesanato é um fator de identidade do grupo, pois é bastante diferenciado do tipo de artesanato produzido por outras etnias. Os primeiros moradores foram as famílias Inácio, Tomás e Pinheiro, sendo que o primeiro capitão foi o Sr. Antônio Pinheiro, por volta de 1970, na época em que era cacique o Sr. José Domingos. O segundo capitão foi o senhor Valdevino de Oliveira Belém, por volta de 1985. O terceiro capitão foi o Sr. Irani Guedes e o quarto, o Sr. Adelar Veloso. Em 2007, foi empossado novamente o Sr. Irani Guedes para liderar a Aldeia Paiol de Barro. Hoje tudo está mudado: há nesta comunidade escola, posto de saúde e horto medicinal, no qual Dona Vani (Evanilde Strummer) é responsável pelos cuidados das plantas.

**Posto de Saúde da Aldeia e Horto Medicinal**  
fotografados por Juliana Okawati



A própria forma de educar as novas gerações mudou, o conhecimento não é mais repassado oralmente em casa ao pé do fogo de chão e sim na escola. O atendimento à saúde é feito por profissionais como um médico que atende a comunidade três vezes por semana, além de dois técnicos de enfermagem, agentes de saúde indígena e dentista. O atendimento

hospitalar é feito na cidade de Xanxerê e não somente pelo pajé. Pessoas como o Sr. João Major (falecido em 2011, com idade aproximada de 106 anos) muito auxiliaram a aldeia. Grande parte da terra agricultável é utilizada com plantações de soja e milho na forma de parcerias. Não se vive mais de caça e pesca e nem da extração de alimentos da mata, porque eles não existem mais em grandes proporções. Assim fala Seu Irani:

*“Na nossa comunidade existiam índios Kaingang e também Guarani. A maioria desses indígenas eram Guarani e foram eles que construíram uma casa de barro. Essa casa era grande e lá eles faziam seus artesanatos, mas com a chegada das pessoas de fora que começaram a frequentar esse local, os Guarani se afastaram e criaram outra comunidade para morarem. Ficaram só os Kaingang morando nessa comunidade e foi por existir essa casa de barro que foi dado o nome Paiol de Barro à comunidade.”*

Hoje a casa de barro não existe mais a não ser no nome da aldeia e da escola. Atualmente a comunidade tem cerca de 180 famílias, sendo que cada família tem mais ou menos três ou quatro pessoas.

## ĨN Tÿ ÓRÉ KĀME

(Tradução para língua Kaingang: Lucas Garcia)

INHKÓRA ĩN Tÿ ÓRÉ Vÿ 1985 KĀ MŪR MŪ. KURĀ ěG KŌ PĪ VER DIRETOR NĪG VÉ VER, KANHRĀN FĀ RÉGRE AG Tÿ VIN VE MARIA TEREZINHA DOS SANTOS FI, KAR RAQUEL OUTEIRO, INHKÓRA Tÿ VINH NĪ, BANHEIRO KAR VĚJĒN HAN FĀ PIR ARUNO Tÿ VIN AG Vÿ KI ISTUDA KE TI VÉ. PRÿG KĀ ARUNO E AG Vÿ KĀMŪ TI KAR, KANHRĀN FĀ MRÉ FÓG AG. PRÿG Tÿ 2005 KĀ DIRETOR Tÿ JUN MŪ VALDECIR DE PAULA, TI Vÿ Tÿ KANHRĀN FĀ PIR Tÿ KANHGÁG PE NĪ, PRÿG Tÿ 2015 KĀ 98% KANHRĀN FĀ PE AG Vÿ JUN JUN MŪ INHKÓRA KE. ěG Tÿ ěG JAMĀ TI HISTÓRIA KANHRĀN HÁ HAN JÉ ěG Tÿ Ũ KÓFA AG VI MÉJ MŪ KAR AG JAGMRÉ AG KE GÉ. ARUNO Tÿ EJA AG Vÿ PESQUISA KE KA AG Tÿ TEXTO HAN MŪ SR. VALDEVINO DE OLIVEIRA BELÉM, Tÿ AG MRÉ HAN MŪ GÉ, TI Vÿ Tÿ TÉCNICO DE ENFERMAGEM NĪ UNIDADE DE SAÚDE Tÿ, TI Vÿ 23 PRÿG NĪ TI AUXILIAR KE RĀNHRĀJ TĪ, KAR Tÿ LEVANTAMENTO HAN MŪ GĪR KÉSĪR AG Mÿ INHKÓRA HAN JÉ. KÓFA AG Vÿ TÓ TĪ, ěG JAMĀ KI FÁG Vÿ KRI RUN Kÿ NĪ VE, Ũ Tÿ KI JUN JUN VÉN MŪ Vÿ Tÿ GUARANI AG NĪ, LUGAR Ũ Tÿ AG Tÿ KĀMU TĀ KI JAMĀG JÉ, ěMĪM HAN AG TÓ NÉN KĀMĪ KA AG Tÿ TĀKI JUN JUN MŪ, AG ĩN HAN AG TÓ KA Tÿ KAR KAFÉJ KAR ÓRÉ AG JAMĀ SĪ HAN AG TÓ TOLDO DOS GUARANI, KURĀ Ũ Mÿ KANHGÁG AG Vÿ KAÇA



KEMŪ Kŷ AG Mŷ JAMĂ Tŷ SĪNVĪ NĪ AG Tŷ JAMĂG JÉ, Kŷ Tŷ GUARANI AG Mŷ HÁ  
TUNH Kŷ GUARANI AG Tŷ JAMĂ Ū JĂVĂNH MŪ URI AG Tŷ VER TAKI NŷTĪ ALDEIA  
LIMEIRA Tŷ. KURĂ ÉNH KĂ Tŷ VĕJĕN E Tŷ VĪ NĪG VÉ KRĕGŪFĂR, KAKANĕ, MŷG  
MOGMOG MŪ, KANHGĂG AG Vŷ ĕPŷ MŪ AG Tŷ RÉGRO KRĂN JÉ KAR NIGNIG, KAR  
AG Tŷ ĕPŷ SĪ HAN MŪ GÉ AG Tŷ GĂR KRĂN GÉ Tŷ KAJIKA MRÉ. KEJĕN AG KĂ Ū Tŷ  
KAGA Kŷ AG Tŷ NĕN KĂMĪ VĕNHKAGTA KAR BENZIMENTO HAN TĪ AG KURTURA  
KI, GUARANI AG MŪ KAR Tŷ AG Tŷ ĪN Tŷ ÓRÉ TOVĂNH JĂ NĪG Kŷ KANHGĂG AG  
TĂ REZA KE MŪ, URI VER ĪN Tŷ ÓRÉ JYJY Vŷ VER KĂ NĪ. PRŷG Ū Mŷ AG XAXIM KAR  
SĂO DOMINGOS RĂ ĕMĪN HAN MŪ HĂRĂ KANHGĂG AG Vŷ VER NĕN KĂMĪ ĕMĪN  
JAGMĂ MŪ TĪ VER KAR KĂNVA MRÉ GOJ JĂGMĂ. AG VĂGFY Vŷ Tŷ AG Mŷ KE NĪ,  
CESTO HAN AG TO AG Tŷ FĂG GĕNH JÉ, FĂG Tŷ AG Tŷ MORSA KĂKĪ AG Tŷ VIN HAN  
TĪ, KAR Tŷ KÓGŪNH NĪ AG Tŷ KRON KRON JÉ. URI KANHGĂG Ū AG Tŷ VER VĂGFY  
HAN TI AG Tŷ FÓG AG Mŷ VENE KE JÉ AG JAMĂ KI AG Tŷ NĕN KĂMĪ VĂGVĂ KAR  
MRUR KAR Kŷ TI KAR VĂGVĂ SĂ NUG MŪ. VĂGFY HAN AG Tŷ TĪ AG JAMĂ MÁG  
Tŷ VENE KE JÉ KAR AG Tŷ GĪR KĕSIR AG Mŷ GÉ KE TĪ, Ū Tŷ JAMĂ KI NŷTĪ E MŪ Vŷ  
Tŷ FAMĪLIA INACIO, TOMAS E PINHEIRO AG NĪ Tŷ CAPITĂO NĪ VĕN MŪ Vŷ Tŷ SR.  
ANTONIO PINHEIRO TI NĪ PRŷG Tŷ 1970 KĂ CACIQUE VTŷ JU SR. JOSÉ DOMINGOS  
TI MRÉ KE GÉ CAPITĂO RÉGRE Vŷ Tŷ SR. VALDEVINO DE OLIVEIRA BELÉM, PRŷG  
Tŷ 1985 KĂ CAPITĂO TÉGTŪ Vŷ Tŷ SR. IRANI GUEDES KAR CAPITĂO VĕNHKEGRA  
Vŷ Tŷ SR. ADELIR VELOSO NĪ. PRŷG Tŷ 2007 KĂ AG KE JÉ SR. IRANI GUEDES Tŷ  
LIDERANÇA HAN MŪ TI Tŷ ĪN Tŷ ÓRÉ KE JÉ. URI Tŷ VĕNH Mŷ KAR TIG, URI Tŷ  
INHKÓRA NĪ POSTO DE SAÚDE NĪG, HORTO MEDICINAL, URI AG Tŷ GĪR KĂMŪ AG  
Mŷ GE KI TI Tŷ VĕNH Mŷ TĪG, AG PI VER PI RĂ NĪ Kŷ AG KRÉ Mŷ GÉ KE Tŷ INHKÓRA  
Tŷ NĪ URI, Ū Tŷ KAGA Kŷ AG Tŷ PROFİSSIONAL DE ENFERMAGEM RÉGRE Tŷ NĪ AG  
JĂ TKAGA AG Tŷ DENTISTA Mŷ NĕN MŪ TĪ, AG KAGA Tŷ KÓRĕG Tŷ VIN Kŷ AG Tŷ  
XANXERĕ RĂ MŪ TI HOSPITAL TĂ, AG PI KUJĂ Mŷ VEN MŪNH TĪ, PERSONAGEM  
Tŷ NĪGÉ SR. MAJOR TER Mŷ TI PRŷG Tŷ 2011 KĂ, 106 PRŷG Tŷ NĪG Vĕ, AG Tŷ GĂR  
KAR SOJA KRĂN JÉ, URI AG PI KAÇA KE MĂN TI, KAR AG PI NĕN KĂMĪ VĕJĕN GĕNH  
MĂN TĪ. COMUNIDADE KE PI Tŷ KANHGĂG KAR GUARANI, AG Tŷ E NŷTĪ VÉ AG Ā  
Tŷ ĪN Tŷ ÓRÉ HAN MŪ, ĪN Tŷ MÁG NĪ AG TĂ REZA KE JÉ KAR AG Tŷ VĂGFY HAN  
JÉ, KANHGĂG AG JUN JUN Kŷ GUARANI AG Tŷ MŪ MĂ, KĂ KANHGĂG AG Tŷ KI  
JAMĂG MŪ ĪN Tŷ ÓRÉ PAIOL DE BARRO. URI PI ĪN Tŷ ÓRÉ TI JYJY TVIN, URI Tŷ 180  
FAMĪLIAS TŷVĪ NĪG, URI ĕG Tŷ VÉ ISTUDA KE NŷTĪ ĕGKURTURA KĂJĂTŪN TUG JÉ  
KAR ĕG KRÉ Mŷ GE KI JÉ AG MOG Kŷ VI HÁ NŷTĪ JÉ.

## Escola Paiol de Barro



A Escola Paiol de Barro foi fundada por volta do ano de 1985. Nesse período não havia diretor e havia somente duas professoras não indígenas, Maria Teresinha dos Santos e Raquel Outeiro. A escola era de alvenaria e possuía uma sala, um banheiro e uma cozinha. O número de alunos na época era de aproximadamente 20.

Nos anos seguintes aumentou o número de alunos e também de professores, com professores não indígenas e indígenas. Em 2005, a escola teve seu primeiro diretor, Valdecir de Paula, escolhido por ser o único professor indígena concursado na época. Foi somente a partir do ano de 2015 que a grande maioria de professores da escola passou a ser de indígenas formados. Atualmente a escola conta com 234 alunos divididos em 11 turmas nos níveis anos iniciais, finais e ensino médio.

**Antiga Escola Paiol de Barro em fotografia do acervo da escola.**



**Nova estrutura da Escola Paiol de Barro em fotografia do acervo da escola.**



**Interior da escola em fotografia do acervo da escola.**



# Terra Indígena Toldo Imbu

TI Toldo Imbu fotografada por Juliana Okawati.



As terras do Toldo Imbu localizam-se no município de Abelardo Luz. Até 1917, a região oeste catarinense pertencia ao Estado do Paraná e, assim, foi o governador desse Estado que assinou o decreto de 1902 (Decreto n° 7, de 18 de junho) que reconheceu parte das terras tradicionais Kaingang como território indígena. Essa ação deve ser compreendida como resultado da política indigenista de confinamento de grupos indígenas, empreendida pelo Estado brasileiro a partir do final do século XIX e início do século XX. Entretanto, as terras ocupadas pelos grupos Kaingang que não se submeteram a esse confinamento não tiveram o domínio indígena reconhecido e foram consideradas como terras públicas.

Essas terras, parte do território tradicional Kaingang, passaram a ser apropriadas privadamente, muitas vezes com o consentimento das autoridades governamentais locais, do judiciário e do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Como resultado desse quadro, os Kaingang que residiam no Toldo Imbu sofreram a grilagem de suas terras. O esbulho desse território indígena começou em 1911, quando foi vendida a fazenda vizinha, denominada São Pedro. Nessa ocasião, o novo proprietário abarcou as terras ocupadas pelos Kaingang. Segundo informações de índios da aldeia, eles viviam muito felizes até a chegada de coloni-



zadores nessa terra. O nome Toldo Imbu foi dado porque os índios costumavam se reunir em torno de uma árvore chamada imbu e por haver muitas dessas árvores nas terras da aldeia. Depois disso, a disputa entre indígenas e colonizadores tornou-se comum. Ainda por cima, como ali tinha muita madeira, também madeireiros se instalaram no lugar e, por volta do ano de 1950, não fazendo ideia da desgraça que os rodearia, os índios assinaram um documento que dava direito aos colonizadores sobre a posse da terra.

Apoiados pelo governo do Estado do Paraná, madeireiros e colonizadores, já com a posse da terra, despejaram os índios. Entre eles se encontrava o líder Otavio Belino, quem, não querendo sair de seu lugar de origem, foi amarrado e forçado a também desocupar o lugar.

Com o passar dos anos, algumas famílias, seguindo informações de seus antepassados, líderes mais velhos, ficaram sabendo da história da desapropriação das terras e resolveram se instalar ali novamente para a sua retomada.

Aconteceram muitas lutas e conflitos entre índios e colonos e os indígenas conseguiram garantir que a terra fosse reconhecida como Terra Indígena em estudos antropológicos. Apesar dessa conquista, porém, por questões políticas, a terra não foi homologada ainda.

Os Kaingang do Toldo Imbu permaneceram nas suas terras, embora cada vez mais espremidos pela ação dos sucessivos proprietários, interessados na exploração das madeiras e na realização de loteamentos. Em 1949, os índios foram removidos à força para o Posto Indígena situado na Terra Indígena Xapecó. Muitos índios originários do Toldo Imbu não aceitaram permanecer no Posto e se espalharam por outras terras ocupadas pelos Kaingang, as quais já possuíam alta densidade demográfica, enquanto outros foram para áreas urbanas dos municípios de Abelardo Luz, Clevelândia, Xanxerê e Florianópolis.

Após a expulsão de 1949, os índios se mobilizaram para retomar suas terras originárias, mas o processo de regularização da terra sofreu oposição dos produtores rurais e seus aliados políticos. Os processos de identificação e delimitação da Terra Indígena Toldo Imbu foram iniciados pela FUNAI em 1986. Contudo, as disputas judiciais paralisaram por um longo tempo os procedimentos administrativos subsequentes.

Como parte dos trabalhos realizados no processo de regularização da terra, o Grupo de Trabalho da FUNAI iniciou o levantamento demo-

gráfico dos descendentes da área do Toldo Imbu. Foram inventariadas 974 pessoas, mas, provavelmente, a população ultrapassava as 1.500 pessoas. O recenseamento completo, porém, se tornou difícil por causa da dispersão desses índios.

Ao longo desses processos, os conflitos se acirraram entre produtores rurais e índios. Muitas batalhas judiciais foram travadas, além de idas ao Ministério da Justiça, reuniões e diversos protestos. Esse conflito culminou com o assassinato do presidente do Sindicato dos Empregadores Rurais de Abelardo Luz e com a prisão de cinco índios Kaingang. Depois de muita luta, a Terra Indígena Toldo Imbu foi declarada pelo Ministério da Justiça em 2007, mas ainda falta que ela seja homologada pela Presidência da República e registrada na Secretaria de Patrimônio da União e no cartório do município, para a finalização do processo demarcatório.

Os índios passam por muitas dificuldades. Não há terra suficiente para realizarem suas atividades tradicionais, as condições de atendimento à saúde são péssimas, há denúncias de trabalho análogo à escravidão, prisões de lideranças Kaingang e moradias em condições precárias.

**Fotografia do acervo da Escola Cacique Karenh com antigos moradores do Toldo Imbu, em 1935, frente à árvore que deu nome à aldeia.**



## Escola Indígena Cacique Karenh



A Escola Indígena de Ensino Fundamental Cacique Karenh, na Terra Indígena Toldo Imbu, no município de Abelardo Luz, foi criada no ano de 2000. No início era uma escola pequena com uma sala, cozinha e banheiros, com turmas multisseriadas. Mas a comunidade, junto com seus líderes, percebendo a demanda e a necessidade de melhorias, lutou embasada em legislações que dão apoio à educação escolar indígena e conseguiu avançar em suas conquistas.

Este relato foi adaptado do **Projeto Político-Pedagógico (PPP)** da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Karenh, 2015.

No ano de 2010 foi inaugurada a nova escola, considerada melhor em todos os aspectos. A escola possui hoje duas salas, um pequeno laboratório de informática, uma cozinha com despensa, banheiros, área coberta e uma pequena secretaria.

A escola é uma instituição com características próprias, que abre espaço à comunidade para que possa se identificar e se espelhar nas experiências escolares voltadas à realidade da vida e de situações dessa e de outras comunidades.

A escola sempre trabalha com conteúdos diferenciados levando em conta os princípios de interesse da comunidade. Atende alunos de 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Em parceria com a prefeitura atende alunos da educação infantil nível IV e V e também trabalha com alunos da Educação de Jovens e Adultos.

A escola possui um currículo diferenciado, partindo do conhecimento cultural trazido das famílias, chegando-se ao conhecimento sistematizado, objetivando a abertura de janelas numa visão crítica do mundo para fora do espaço da escola indígena, fazendo do aluno um pesquisador de sua própria cultura. Dentro dessa perspectiva, a escola possui professores que atuam ministrando aulas de língua e cultura indígena.

**Alunos da Escola Indígena Cacique Karenh fotografados por Juliana Okawati.**





# Terra Indígena Toldo Pinhal

TI Toldo Pinhal fotografada por Ivan Pigozzo.



A TI Toldo Pinhal está localizada no município de Seara. Por volta do início do século XX, alguns estados brasileiros passaram por *planos de colonização* e, assim, terras foram doadas para empresas colonizadoras que tinham como principal objetivo povoar o território brasileiro. No oeste do estado de Santa Catarina, as empresas colonizadoras Rio Branco e Luce&Rosa agiram nos municípios de Arvoredo, Seara e Paial, vendendo terras para colonos, sendo que essas terras compreendiam as terras do Toldo Pinhal.

O território tradicional Kaingang, que abrange a Terra Indígena Toldo Pinhal, não se difere de outros territórios indígenas dos quais, por vias de força, índios foram expulsos ou eliminados pelas companhias colonizadoras. Promovendo uma campanha de limpeza étnica, as companhias grilavam as terras, as dividiam e as comercializavam para os colonos.

Dentre tantos que tiveram seus direitos usurpados, conta-se o teimoso João Maria Rodrigues ou João Maria Bugre, filho do cacique Gregório, índio guerreiro que, segundo os relatos, juntou-se à natureza e depois de uma longa luta corporal com um tigre foi morto!

As companhias colonizadoras, com aval do governo, fizeram a retirada da madeira do território Kaingang e iniciaram logo em seguida a limpeza da terra. As pressões das empresas colonizadoras e regionais fizeram com que os índios se espalhassem, tendo alguns permanecido na condição de agregados.

Sujeitado a permanecer no território como agregado, João Maria Rodrigues, conhecido como o índio teimoso, trabalhou para imigrantes alemães que vinham do Rio Grande do Sul em busca de terra fértil, ajudou e muito contribuiu em técnicas de plantio de milho, feijão, mandioca e batata doce. Cansado de viver prestando seus serviços a colonos e tendo que ver seu território tradicional sendo usado sem que os Kaingang sequer fossem reconhecidos como verdadeiros donos do lugar, inicia o processo de retomada do território tradicional Kaingang com ajuda de indígenas de outras áreas próximas.

A terra retomada há 22 anos, conforme foi reconhecida nos termos da Portaria Ministerial n° 793, de 19 de outubro de 1994, era uma área de terra de 893,29 hectares. Com base em estudos antropológicos e nas incansáveis lutas do povo indígena Kaingang, na data de 19 de abril do ano de 2007, o Ministério da Justiça editou a Portaria Declaratória n° 795/2007, que ampliou os limites da área de 893,29 para 4.846 hectares. Assim, a Terra Indígena abrangerá, além de terras pertencentes ao município de Seara, terras pertencentes aos municípios de Paial e Arvoredo. Porém, atualmente, por colonos moradores na área terem contestado judicialmente a portaria, o processo demarcatório dessa parte do território tradicional Kaingang espera por uma decisão na justiça, pois a portaria declaratória foi anulada em 2015.

A Terra Indígena Toldo Pinhal tem atualmente um contingente populacional de aproximadamente 120 indígenas Kaingang, distribuídos em 33 famílias, dentre as quais 19 abrigam-se em moradias de madeira e 04 em casas de alvenaria. O restante das famílias vive junto de familiares ou ocupando espaços comunitários (como a casa da cultura, o salão comunitário ou a casa do mel), em situação de total precariedade. Encontra-se em execução a construção de 17 casas do Programa *Minha Casa, Minha Vida* do governo federal para suprir essas necessidades.



Possuindo cerca de 40 hectares destinados à produção agrícola mecanizada, os indígenas da TI Toldo Pinhal retiram seu sustento da agricultura, da confecção de artesanato em pequena escala, de 100 caixas de abelhas que a comunidade dispõe para consumo do mel, de 09 açudes (cuja produção de peixes é destinada a consumo da comunidade), de coleta de frutos, raízes, folhas da mata e cultivos da cultura, de criação de animais de pequeno, médio e grande porte (como, por exemplo, gado, porcos, galinhas, cabritos, etc.), além de trabalhos na agroindústria da região. É assim que esses índios asseguram seu sustento.

Dentre todos os recursos naturais existentes na comunidade, a água é de fundamental importância para nós indígenas. Fonte de vida simbólica, cultural e espiritual, a água está acima de tudo e é recurso necessário à continuidade da vida. Da água retiramos o peixe, alimento tradicional da cultura Kaingang. Ela também é responsável pela alegria das nossas crianças, pois, em hora de banho nas cachoeiras e bicas d'água, as crianças brincam, sorriem e fica visivelmente claro em seus semblantes que ali é o lugar onde a harmonia e alegria se unem, juntando forças para esquecer de todo e qualquer problema.

A proteção ambiental das *GojKusa* (fontes de água fria) que abastecem a comunidade indígena é de extrema importância ecológica para a comunidade. Para nós Kaingang, as *GojKusa*, por virem do centro da Terra, representam a água compartilhada com os antepassados e por isso seu valor é tremendo. É próximo a uma *GojKusa*, por exemplo, que o *Kujá* (líder espiritual Kaingang) tem sua iniciação. É dela que ele retira a água necessária para fazer seus remédios.

A Terra Indígena Toldo Pinhal, quando retomada, tinha todas as fontes de água condenadas, porque quando a terra ainda era habitada por colonos, grandes extensões eram dedicadas ao plantio de fumo. Assim, pelo uso excessivo de agrotóxico exigido pelo plantio e manejo dessa planta, as fontes de água foram todas poluídas. Com a retomada, a vegetação já se regenerou e a mata ciliar tomou conta. Assim, as fontes estão todas cobertas pela vegetação, assegurando o consumo de água das *GojKusa*.

As ervas medicinais, fontes de cura encontradas nas matas, são responsáveis por rejuvenescer a saúde indígena. Algumas das mais procuradas são o cipó mil homens, o jaguarundi (pariparova), a cancorosa espinheira santa, a marcela, a casca de jabuticaba (*Mó*), a folha de pitanga (*Jimiféj*), o pau-amargo, a raiz de ortiga e a amora branca.



Cipó, taquara, fibras retiradas da urtiga e do caule da bananeira, além de algumas sementes, são utilizados para confecção de artesanatos, adornos e vestes típicas utilizadas para rituais e apresentações culturais.

Da mesma forma que as plantas, muitos animais silvestres são explorados, para aumentar a oferta de carnes. A preservação dos habitats é muito importante para que aconteça a reprodução de animais, assim aumentando ainda mais a quantidade de espécies como quati, mico, tatu, capivara ou veado, entre outras.

A grande variedade de aves na área (jacus, pombas, nambus e macucos, dentre outras) também auxilia na alimentação. Elas são alimentos típicos que nós Kaingang utilizamos como fontes de energia cultural. É claro que as lideranças rigorosamente controlam para a não comercialização dessas espécies, mas toleram para consumo próprio da comunidade quando necessário. A proteção e conservação dos recursos naturais são fundamentais para a continuidade das práticas tradicionais Kaingang de manejo e uso sustentável.

Na Terra Indígena Toldo Pinhal, os alimentos mais cultivados são milho, feijão, soja (em pequena escala), arroz, amendoim, batata-doce, mandioca e milho pipoca, além de sementes tradicionais. Parte da produção é destinada à comercialização e outra parte ao consumo próprio. Tudo isso com muito esforço por parte das famílias, que por vezes buscam aplicar partes dos recursos que têm para a sobrevivência física.

A sociedade no entorno da comunidade indígena por vezes vem julgando a capacidade produtiva da comunidade indígena na agricultura. Não leva em consideração a negação de direitos nem a não inserção em políticas públicas, que são os principais impasses burocráticos que vedam às famílias indígenas o acesso a programas e ações governamentais.

A Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), estabelecida pelo Decreto 7747, de 5 de julho de 2012, quando implementada, suprirá as necessidade nas comunidades indígenas.

Dois dos maiores agravantes à saúde indígena é o uso de agrotóxicos e o cultivo de organismos geneticamente modificados. O PNGATI, em seu artigo 4º, eixo 5, letra f, diz buscar

*“desestimular o uso de agrotóxicos em terras indígenas e monitorar o cumprimento da Lei no 11.460, de 21 de março de 2007, que veda o cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas.”*



Muitos dos recursos naturais explorados hoje pela comunidade indígena são frutos colhidos do esforço ao qual os Kaingang do Toldo Pinhal se compromissaram logo após a retomada do território tradicional. Quando da retomada pactuaram 10 anos de não desmatar. Assim, quando a natureza já estivesse regenerada estaria aberta à exploração dos recursos naturais. A esse respeito, estas são as palavras do Kaingang da TI Toldo Pinhal, Adroaldo Antonio Fidelis:

*“O ar que respiramos é muito valioso para nós indígenas, pois a natureza intacta nos propicia a respirar um ar puro, cheio de vida, sem odores de dejetos de suínos ou aves que são tidos como normalidade no entorno da comunidade indígena.”*

Temos na comunidade um total de nove açudes, com aproximadamente 17 mil alevinos, com cinco espécies variadas e com tamanho pronto para o consumo, liberada a pesca. Além de conseguir essas espécies dos açudes, os indígenas buscam saciar suas necessidades no rio Ariranhã, onde também é explorada a pesca. As principais técnicas de pesca utilizadas são com varinha de pescar contendo um anzol e o cóvo (armadilha de taquara). Além dessas, quando o rio é pequeno é também usada uma técnica de envenenamento através de um cipó e uma casca de árvore específica que fazem o peixe boiar.

Utilizamos também a prática da coleta para apanhar frutos (jaboticaba, pitanga, ariticum, entre outros), palmito, pinhão, mel de abelha ou larvas. Há também o consumo de verduras como o *fuá* (erva verde), *kumig* (folha de mandioca brava), *caruru*, a cambuquira (folha de abóbora ou moranga) e o *pyrfé* (folha da urtiga brava), entre outros. Cultivamos também uma grande quantidade de erva mate que, em épocas de corte, é comercializada e, em troca, parte da produção é devolvida para a comunidade já empacotada.

Dentre os recursos naturais explorados na nossa comunidade se encontra o cascalho, muito utilizado para conservação de vias públicas, particularmente estradas de terra. Com um controle efetivo da quantidade retirada da escavação, o poder público municipal faz um pedido junto à liderança da comunidade e a partir daí é feita a liberação de um número determinado de caçambas com o minério a ser retirado.

A educação ambiental voltada para a conservação dos recursos naturais garantirá a expansão e a continuidade da vida de espécies de animais e plantas, além da nossa vida enquanto indígenas: é necessário também freiar a avalanche do capitalismo. Todos os recursos naturais existentes na Terra Indígena Toldo Pinhal são de extrema importância e necessá-

rios à sobrevivência física e cultural de um povo que sofreu um forte impacto cultural. As mais variadas formas de utilização desses recursos decorrem de usos, costumes e tradições desse povo.

## **TOLDO PINHAL GA KĀME**

(Tradução para língua Kaingang: Daniel Cadete)

VỸSA SÉCULO XX KĀ ESTADO MRASILEIRO AG VỸ NÉNŨ Ũ HAN MŨ, GA TI. Ā KĀ GA VỸ VIN KA NỸ TĪ, COLONIZADORES AG MỸ, AG, GA TỸ MÁG GE JÉ MRASIL KĀKE. SANTA CATARINA KI EMPRESA AG VỸ TỸ GOJ KUPRI KAR KAFEJ GGRU, KAR VỸ MUNĪSPIO ARVOREDO, SEARA KAR PAIAL, KA AG VỸ GA TAG VĀNE KEMŨ FÓG AG MỸ GA TAG VỸ TỸ TOLDO PINHAL NĪ (GIARETTA 2015). KANHÁG AG NỸTIJA SI VỸ ŨRI TỸ TOLDO PINHAL NĪ, GA Ũ AG KĀKE VỸ TA ŨNĪ, AG TO VĀSĀN JA TUG NĪN, KANHGÁGAG VĀ PÉTĀN KAR KĀGTÉN KA NỸTĪ FÓG AG TA KANHGÁG AG TŪG GE TU Ā KRÉN KA AG VỸ PAPÉ KIVIN MŨ AG TA AG MỸ GA VYNJÉ, AG FÓG AG MỸ PIPIN JÉ. ŨN E AG TA AG NÉNŨ KREN MỸR Ũ VĀ AG KĀKE TAR TĪNĪ, JOÃO MARIA RODRIGUES (JOÃO MARIA BUGRE), CACIQUE GREGÓRIO KOSIN, KANHGÁG TAR TĪ, HĀRA VỸ TÉR MŨ TI TA MĪG MRÉ JAG TO RÁ KAR, Ũ AG TÓ TI. KANHGÁG MỸVĪ KÓRÉG, JOÃO MARIA RODRIGUES, COLONIZADORA MRÉ GOVERNO AG VỸ KA KYKYM MŨ, KANHGÁG AG GA KĀKE, KAR AG VĀ SER GA JĒNKRIG MŨ GÉ. HĀKA AG VĀ KANHGÁG AG TA JAG NĀ MỸ KRIGKRIG HÁN MŨ, KA Ũ AG VĀ SER FÓG AG MỸ RĀNH RĀNH MŨ. HĀRA TỸ KANHGÁG AG MỸ HÁ TŪ TI, KA AG VỸ SER AG GA VYN SOR MĀMN MŨ, PRÁG TỸ 1991KĀ. KỸ AG VỸ SER FÓG AG PĀI (PRESEDENTE DA FUNAI) MỸ PÓPÉ (DUCOMENTO) RÁN MŨ. AG TỸ VASARINHRÉNH KĀTĪN MŨ ĀN TI, ĪN KĀSIR KĀMĪ. KỸ AG TỸ SER ĒG MỸ PÓPÉ (PROCESSO) HAN KA JĀNĀ AG TỸ ĒG GA TỸ ĒG MỸ FI MĀN JÉ KEMŨ. (SILVIO COELHO DOS SANTOS – 1991,0492/91,FLS. 05 A 107) HĀRA TỸ JOÃO MARIA RODRIGUES MỸ HÁ TŪ TI, TI TA FÓG AG MỸ RÉNH RÉNH TĪ ĀN TĪ, KỸ TỸ RIO GRANDE DO SUL TY FÓG ( ALEMÃO) GA HÁ NÓN KĀMŨ AG MỸ RĀNH RĀNH MŨ GÉ SER, GĀR KRĀN KRĀN, RĪGRÓ, MỸNJÓKA KAR MATATA GRĀNH KEGÉ. HĀRA TA RON MŨ SER, TI FÓG AG MỸ RĀNH RĀNH TI ĀN TĪ, JU FÓG AG TA SER GA GRĀN GRĀN MŨ. GA TỸ KANHGÁG AG TŪ PĒRA. KA TỸ SER GA Ũ TY KANHKÁG AG VĀNH MĀN MŨ, AG TI MRÉ GA KUNŨNH MĀN JÉ. KA TỸ GE



NỸ ŪRI TOLDO PINHAL GA TI. AG TỸ PRÁG TỸ 22 KÃ PORTARIA MINISTERIAL KI, NŪMĚRO 793, KYSĀ TỸ 19 OTUMRO PRÁG TA 1994. GA VỸ TA 893,29 NỸ, CONSTITUIÇÃO NE 1988 TI ARTIGO KI TA RAN KA NĨ 232 1° KANHGÁG AG TA GA KRI NỸ TĨ SI VĀ, KỸ AG TA TRI NỸ TĪJ KE NĨ, AG TỸ KRI AG TA NÉ NŪ KRĀN KRĀN GE VĀ, KI NÉMŪ KAR KIRĪR KE VĀ, AG KRI AG KRĚ MOGMOG HAN JÉ, CURTURA, AG NÉNŪ KAR HAN FĀ. KANHGÁG AG GA VĀ TA AG TỸ AG TỸ NÉNŪ KAR HAN KAR KERĪR KE NĨ: GA, GOJ. KAR ASUDE KEGÉ, NÉNŪ KAR TỸ KĀMĪ MŪ TI. ANTROPOLÓGICO AG TO KANHRĀN VỸ TA KANHGÁG RON RON VĀNH TĨ NĨ, KYSĀ TỸ 19 NE ABRIR PRAG TỸ 2007 KÃ MINISTÉRIO NA JUSTISA VĀ RÁN MŪ (PORTARIA KI, MJ N° 795/2007) AG TA KANHGÁG AG G ATA MAG GEJÉ, 893,29 TỸ 4.846 HEKITARI RA TĪN JÉ, KỸ GA VỸ SEARA MŪNĪSIPIO, PAIAL KAR ARVOREDO KEGÉ. TOLDO PINHAL KĀGRÁ PIR HĀRA FÓG AG TA GA KRI NỸ TĨ AG TA PA TŪG KA JUSTISA( JUSTIÇA) KI FAN MŪ, HĀ KA KANHGÁG AG GA VĀ JUSTISA ( JUSTIÇA) KĀNỸ. TOLDO PINHAL KI KANHGÁG TỸ 122 KI VĀ NĨ, 33 JAGMRÉ NỸ TĨ, Ū TA 19 VĀ KA TA ĪN KRĀM NỸ TĨ, JU Ū TỸ VĒNHKĚGRA (QUATRO) VĀ PÓ TA ĪN KRĀM NỸTĪ, Ū TỸ ĪN TA KURTURA, KI NỸTĪ VĀNHGUINGRĒN (SALÃO) MỸG ĪN (CASADO MEL) KÓRÉG KRĀM NỸTĪ. FÓG AG PĀI ( GOVERNO) TỸ ĪN TA 17 HAN GE VĀ, (MINHA CASA MINHA VIDA) VĀ HÁ TỸ VĪ NĨ. KANHGÁG AG GA VĀ 40 EKETARI NĨ, TRATOR MỸ KE TI, AG KI NÉNŪ KRĒNKRĒN FĚ TI. KAR AG VĀFY KĀSIR HAN HAN TĨ GÉ, AG TU NÉNŪ MĀN JÉ.(ESCORÁ SĨ KE GÉ), MỸGSY NĪJ FĀ VỸ 100 KE NỸ, AG TỸ MỸG KOJÉ, ASUNE(AÇUDE) VĀ PĒNKAR KRI VĀNHKĚGRA NĨ( 9 ) KE, (KOMŪNĪNANE AG KRĚKUFĀR KUGMĪ KAR KOJÉ), NĒN KAMĪ AG TA NÉNŪ KAR KOTI, KAKANĒ, NÉNŪ JĚRE, NĀN FĚJ KEGÉ.( KURTURA KEGÉ), NÉNŪ KĚSIR, KAR NÉNŪ MAG, JĀ ÁR: ( MONH, PORKO, GARĪNH, KAMRITO, KAR Ū AG KE GÉ), KAR ĚG RĀ VĀNH RĀNH RĀNH (AGROINDÚSTRIA) TỸ AG MỸ NÉNŪ VĚG TĨ GÉ. NÉNŪ KAR TAG KĀKE KOMŪNĪNANE KI GOJ VỸ NỸTĪ, ĀG HÁ MỸ KE/ KURTURA JAGRĚ. GOJ VỸ NÉNŪ KAR JYNĪ, MỸR ĚG TĪG MỸ HÁ VĀ. GOJ KI ĚG TA KRĚKUFĀR KUGMĪG TĨ, KANHGÁG AG VĀJĀN SI VĚ, KI ĚG KRĀ TỸ KI KANIGNIR FĀVĚ, MỸR TA KĀSA GÉ GOJ VAR KI VĀNH KYGPEJÉJ FĀ TI/ GOJ KA NĚ, GĪR AG KANIGNIR KA VĀNH NÁGNÁG TĨ, VE HÁ TA TĪG AG KAKĀKI, MỸR AG TŪ VĚ, AG KI MỸSINSÉR FĀVĚ JAG NĀ MRÉ NÉNŪ KAR KORÉG KĀJÉTUN JÉ. GOJ KUSA VĀ NĪM HAN HÁ HAN KA NĨ, KOMĀNĪNANE KI KANHGÁG VỸ HĀ KRONKRRON TI. ĚG TỸ KANHGÁG KAR MỸ KE VĀ, TI

TÝ GA KUJU KĀNĪNKA, MÝR TÝ HÁ TA VĪNĪ. GOJ KUSA HĀ RĀ KUJÁ VÝ TĪ JAGRĀ MRÉ VĪ TI, KAR VÝ GOJ HĀ TÝ VANHKAGTA HAN TĪ. KANHGÁG AG TÝ TOLDO PINHAL VYN MŪNKĀ GOJ ROR TÝ KI NÝTĪ VĀ, HĀRA TÝ GAGA GA KAR NÝTĪ, MÝR FÓG AG TA GA KRI SĪGAR (FUMO) KAR. NÉNŪ KÓRÉG KAR TUGNĪN GOJ VÝ KÓRIGRÉGMŪ. HARA AG VYN MĀNKA NĀN TA KOTĪG MĀM MŪ, KA GOJ TÝ NĀN KRĀM NĪ, AG TA KRONKRON JÉ GOJ KUSA TI. NĀN KĀMĪ VANHKAGTA VÝ NĀN KĀMĪ KENĪ, KANHGÁG AG TA GĪR HAN FĀ, AG ŪN JĀVĀNH FĀ TÝVIN VÝ TÝ MRUR MIR ŪN GRÉ, GATU, ( KA PĀNO) SONH HÁ, MARSÉRA, MĀ FÉJ, JUMIFÉJ, KA FĀJGY, VĀNHMRIGFE JĀRE KAR AMĀRA KUPRI, KAR Ū AG KEGÉ. MRŪR KAR, VĀN, VĀNHMRIGFE JUJAR, KAR MANÝNÝ PĀN, NÉNŪ KANĒ TA AG TA VĀFY HANTĪ KAR AG KUR TI, AG TÝ KENKA VĀNHGINGRÉNJÉ. ARUNO KANHGÁG KĒSIR AG TÝ AG KURTURA HAN (VĀNHGINGRÉN). VĒNHKAGTA KRE HĀ RI KE TÝ NĪ, NĀN KĀMĪ NÉNŪ KĀSIR TI JA VĀNH TI, TI NĪ TÝ MAG GENJÉ. FĀFĀN, KAR JĀSĪ SUR, TI KAR TA KOJÉ, ĒG NÝTĪ TÝ KI. AG NÝTĪJ FĀ KIRIR VĀ HÁ TÝ VĪNĪ, AG TA VAJIN JÉ: SE, KAJĒR, FĒFĒN, SOR MAG, KĒME, KAR Ū AG KE GÉ. JĒSĪ VÝ E TA VĪ NĪ GÉ, ĒG JĀN VĀ GÉ, JĀSI, POMA, BYKĒNH, KAR Ū AG KEGÉ. KANHGÁG AG VĀJĀN SI VĀ. EG TAR HAN TA TI, ĒG KURTURA VĀ JĒSĪ TAG KOTI. PĀI AG VÝ JĒSĪ TAG KIRĪR TI Ū TÝ VĀNEKE TŪNĪ JÉ. MÝR ĒG KOJ FĀ VĒ, ĒG TÝ KOSÓR KA. ĒG TÝ ĒG TA NÉNŪ KIRĪR VÝ HÁ NĪ, MÝR KANHGÁG AG TÝ KRI AG KURTURA HAN FĀ VĒ KAR NĒNU KOJ FĀ TI KEGÉ.( PNGATI, 2012) KANHGÁG AG GA KRI VĀ NÉNŪ KÓRÉG VĀM GE TŪNĪ, LEI VÝ TUGNÝM GE NĪGÉ 11.460 KYSĀ TÝ 21 PRÁG TÝ 2007, AG NÉNŪ KÓRÉG GEJ KE TŪ TI KANHGÁG AG GA KĀKE. (PNGATI, 2012) KANHGÁG KOMŪNINANE KĀKE NÉNŪ KAR TÝ TA ŪRI AG TA NÉNŪ KIRĪR FĀ NĪ, AG TÝ GA SI VYN KAR. ĀN KI AG VĀ AG NĀN VÓGMÝ PRYG TÝ 10 KE HAN, TI HÁ KI MĀN KA, HĀ AG VÝ VÓG MĀN MŪ SER: “ĒG KĀKA KI HĀM, HĀM KE VĀ ĒG MÝ HÁ TA VĪNĪ, MAR VÝ TA KĀKA HĀNĪ, MÝR A GER HĀNĪ, PI KI PORKO KAR JĒSĪ JĀFA GER NĪ. MÝR VÝ ĒG KANHGÁG AG KOMŪNĪNANE KI GE NĪ. ADROALDO ANTONIO FIDELIS VĪ”. ĒG KOMŪNĪNANE KĀKI ASUNE TA 09 VÝNĪ, KI KRĒKUFAR TA 17 MĪR VÝ ASUNE KI VĀN KA NÝTĪ, PRYG PIR KAR PRYG TĒGTŪ HAN JA TA MÝ. Ū TÝ PĒNKAR (5) VĀ TA Ū NĪ NĪ KENĪ, KOHÁ TÝ NÝTĪ HA KYSĀ RÉGRE HAN TA HOR AG JUGJÁN TO VĀNH TI. KANHGÁG AG VĀ GOJ TARE KI JUGJÁN TĪ GÉ (RIO ARIRANHA) AG KONJÉ. AG, KRĒKUFÁR JUGJÁN FĀ VĀ TÝ: ĒGFI, KÓVO, KAR GOJ TÝ PĀRÉR KA AG TÝ MRŪR, KAR KA

FÁR TA KI VĀN TI KA KRĚKUFÁR TA KÓGTER KA KRĚMŤ KÓ MŤ TĚ. NĚNŤ HÁN HAN ĚG TŤ TĚ GĚ ĚG TŤ NĚNŤ JĀKRUJĚ, ( MĀ, JUMI, KUKREJ, KAR Ť KEGĚ), NÁR, FÁG, MYGSY ME, KAR TĀNH GA. ĚG VĀJĀN VŤ TŤ: FUA, KUMĚ, KARURU, PĚHO FĚJ, KAR PYRFĚ, KAR Ť AG KE GĚ. KÓGŤNH KRE MAG ĚG TŤ NŤTĚ GĚ, TI KYKYM FĀ KURĀ KĀ ĚG TŤ KYKYM KA VĀNEKE TI, JU TI KE TŤ ĚG MŤ PAKÓTI KI KĀMŤ TĚ. VER ĀMĚN MÁG VŤ KOMŤNĚNANE KĀKĀ SA GĚ, PÓ TA KRI VĀM KA NŤTĚ, MŤR KAMĚJŤ KAR TA KRI MŤ TĚ, MŤNĚSIPIO AG VĀ PĀI AG MRĚ VĚ TĚ AG ĚG GA KRI PÓ NŤJĚ, KAMĚ FUNFÓR. ĚG NŤTĚ JA TO KANHRĀN VŤ HĀ NĚ, TI TA MAG GE JĚ. MŤR PI TYKRY NĚ ĚG NĚNŤ KĀSIR TA MOGMOG JĚ, KAR KANHGÁG AG KE GĚ. ĚG ŤN JĀNKAMŤ JYGE TŤNKA. NĚNŤ HĀ KAR VŤ ĚG MŤ HĀ TA VĚ NĚ GA TA KRI, HĀ KĀKI ĚG TŤ ĚG VŤJĚN KUNŤNH TĚ, ĚG KURTURA TI KEGĚ. ŤN AG VASARINHRĚNH MÁG JA ĀN AG. AG NĚN KAR TAG HAN FĀ VĀ TŤ ĚG KURTURA KĀKE KE NĚ, ĚG NĀN TAG TŤ MOGMOG NŤTĚ VŤ TŤ ĚG HĀ MŤ KE NĚ, NĚNŤ KAR TŤ MOGMOG JE, ĚG GA KRI. MŤR NĚNŤ KAR TA JAGRIKE NŤ TĚJĚ, ĚG KOJ FĀTI.



## Escola Indígena Cacique Pirã



A regeneração da natureza oportuniza um novo ciclo de vida, uma nova era para os animais e plantas existentes em nossa região, assim assegurando que os recursos naturais existentes sejam utilizados de forma igualitária na garantia da cadeia alimentar.

A escola hoje denominada EIEF Cacique Pirã, no ano de 1979, chamava-se Escola Isolada Municipal Nova Brasília, levando o nome da própria comunidade não indígena que ali residia.

Nos anos 1990, o índio teimoso João Maria Rodrigues, com ajuda de indígenas vindos das Terras Indígenas dos três estados do sul do Brasil, inicia o processo de retomada do território tradicional e a escola foi alvo da primeira ocupação por parte dos indígenas.

Morando embaixo de barracas feitas de pau a pique, cobertas com lonas, as famílias indígenas sobreviveram próximas da sede da comunidade Nova Brasília durante três ou quatro anos. Inúmeras manifestações foram feitas para a aceleração do reconhecimento do território tradicional Kaingang. Já no final do ano de 1994 começa a delimitação e demarcação da Terra Indígena que levaria o nome de Toldo Pinhal. Isso já sem o índio teimoso João Maria Rodrigues, pois o mesmo faleceu dias antes disso acontecer.

No ano de 1995, já com o território tradicional Kaingang ocupado pelos índios, a escola era frequentada por alunos indígenas e não indígenas. Pelo fato de ainda não terem sido indenizados, a maioria dos colonos residia ali. Só no ano de 1996, com a saída

### ISKÓRĀ KASIKE PIRĀ KĀME

(Tradução para língua Kaingang:  
Daniel Cadete)

ŪRI ISKÓRA E.I.E.F KASIKE PIRĀ VỸ  
PRỸG TỸ 1979 KĀ TỸ MŪNĪSĪPIO  
NOVA BRASILHA JĔGTI, MỸR TI  
TỸ FÓG AG TŪ JĔNKA. PRÁG TỸ  
90 KANHGÁG MỸVĪ KORĔG (JOÃO  
MARIA RODRIGUES) TI TA GA  
KĪKĀRĀ MŪNKĀ. SUL TY KANHGÁG  
AG MRĔ, AG VỸ ISKÓRA HĀ KRĀM  
GE VĔN MŪ. KANHGÁG AG ĪN VỸ  
TỸ, KA KÓRĔG NỸTĪGNĪ, RONỸ TA  
KE, KANHGÁG AG VỸ MŪNĪSĪPIO  
NE BRASILHA TU HĀ NỸTĪG TI,  
PRYG 3 KAR PRYG 4 KI. VĀNHMĀN  
E HA MĀN MŪ, AG TỸ KANHGÁG  
AG GA VYN MĀN JĔ. PRYG TỸ 1994  
TA TŪ KĀRĀRA VỸ SER KEMŪ GA  
RĀN RĀN TI, KA TI JYJY VỸ TỸ  
SER TOLDO PINHAL KEMŪ. HĀRA  
KANHGÁG MỸVĪ KÓRĔG KI TŪ NĪ  
SER, MỸR TA TŪG JA NĪ. PRYG TỸ  
1995 KANHGÁG AG TA GA VYN KAR  
KANHGAG KAR FÓG AG VỸ ISKÓRA  
KI KANHRĀNRĀN TĪ. MỸR FÓG AG  
PI INENĪSA KE KĀNKA NỸ TĪ, HĀ KA  
AG KRĀ TỸ TAG KI NỸTĪ NĪ. HĀRA  
PRYG TA1996 KĀ FÓG AG TỸ PAN  
KAR KOMŪNĪNANE KI VỸN PANH,

KAR PROFESO AG VỸ VỸNHMÃN (APP) HAN MŨ. KAR KANHGÁG ISKÓRA JYJY VỸ MŨNĪSĪPIO NOVA BRASILHA QUE MŨ. PRYG TỸ 1999 TỸ TŨ KĀRĀRA KANHGÁG AG ISKÓRA JYJY VỸ ESKÓRA KASIKE PIRĀ KEMŨ. KOMŨNĪNANE RINHA FERRINS KI ISKÓRA VỸ JĒ GÉ, KANHGÁG AG RA MŨJ FĒ, TI JYJY VỸ KANHGÁG SI KEMŨ. 2002 KĀ KANHGÁG TỸ KORNENỸNOR MIRINGE VỸ KIRĀ MŨ. PRYG TỸ 2011 KĀ AG VỸ ISKÓRA KANHGÁG SĪ KAR KASIKE PIRĀ TỸ JAG MRÉ FĀG, KAR TỸ MAG GE MŨ. JU PRYG TỸ 2013 KĀ AG TỸ ĒG MỸ KE KĀNTĪNKA ENUKAÇÃO PIR, TỸ Ũ, TI TA RÁNKA NĪNKA REGIRASÃO KI. HĀ KI SEARA MŨNĪSĪPIO VỸ GIR MỸ ENUKASĀ FĒG MŨ, PRYG TỸ 4 KAR 6 AG MỸ. PRYG TA KĀ PROFESO TA KANHGÁG KAR FÓG AG VỸ GĪR KANHRĀNRĀN MŨ.HĀRA PRYG Ũ TY PROFESO KANHGÁG TAVĪN VỸ GĪR KANHRĀRĀN MŨ SER.

dos colonos da Terra Indígena, a comunidade uniu-se e implantou uma Associação de Pais e Professores (APP). A escola passou a ser chamada de Escola Indígena Municipal Nova Brasília.

Entre 1999 e 2003, a escola passa a ser chamada de Escola Indígena de Ensino Fundamental Cacique Pirã, em homenagem ao índio teimoso João Maria Rodrigues. Outra escola que tinha na comunidade da Linha Ferrens, também frequentada por indígenas, passa a ser chamada de Escola Indígena Kaingang Si. Em 2002, foi contratado um coordenador bilíngue.

No ano de 2011 a escola dá início à sua reforma e ampliação, já com a junção das duas escolas, pois a Kaingang Si junta-se à Cacique Pirã.

No ano de 2013, depois de muita cobrança por uma educação específica e diferenciada, assegurada na legislação vigente, o município de Seara implantou a educação infantil na escola, atendendo indígenas com idade de 4 a 6 anos. Até essa data o atendimento dos alunos ocorria por professores indígenas e não indígenas. A partir do ano seguinte, somente professores indígenas passaram a ministrar aulas.



Este relato foi adaptado do **Projeto Político-Pedagógico (PPP)** da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Pirã, 2015.

**EIEF Cacique Pirã em foto do arquivo da escola.**

## Terra Indígena Toldo Chibanguê

A Terra Indígena Toldo Chibanguê está localizada ao leste da cidade de Chapecó, a uma distância de 14 km do centro dessa cidade. É uma comunidade indígena Kaingang com 143 famílias e aproximadamente 630 habitantes. Além dos Kaingang, residem nessa comunidade 24 famílias Guarani, com aproximadamente 122 pessoas.

Em meados de século XIX, indígenas Kaingang, fugindo da submissão ao aldeamento, refugiaram-se nas matas que permaneciam inexploradas. Chefiados por Antônio Chibanguê, instalaram-se no alto do Rio Iraí, onde encontraram caça abundante e começaram a se dedicar à agricultura. Enquanto isso, a continuidade da condição de aldeamento na região de Nonoai fez com que outros indígenas fugissem, indo parar também no grupo do Chibanguê no final do século XIX. Em outras palavras, Kaingang de outras regiões chegaram à aldeia do Chibanguê e lá eram recebidos e convidados a permanecer.

Por volta de 1915, já bem debilitado pela idade, morre o cacique Chibanguê. Onde ele foi enterrado foi plantada uma cruz de cedro não falquejada, a qual veio a brotar. Na segunda metade do século XX, a colonização avança sobre o oeste de Santa Catarina, atingindo as terras do Chibanguê, derrubando suas madeiras. Os índios assistem desolados à colonização e se dispersam, pois os colonizadores estão bem armados. Passando por muita miséria e sofrendo muitos abusos e violência, os indígenas Kaingang não veem outra forma de resolver a situação que não seja se reunirem e lutarem pelas suas terras. Liderados por Clemente Fortes do Nascimento e Ana da Luz Fortes (Fen'nó) sua irmã, os indígenas do Chibanguê buscam apoio em outras aldeias. Assim continuou o tempo do sofrimento, foram muitas idas e voltas buscando seus direitos até que, em 1985, lhes foi garantido o direito à terra. Segue a sistematização de algumas informações referentes à demarcação:

### **Posto Indígena Chibanguê, Toldo Chibanguê, Toldo Irani.**

**Localização:** Margem direita do Rio Irani, esquerda do Lajeado Lambedor, município de Chapecó.

**Delimitação original:** A única delimitação foi a fornecida pelos próprios índios, no processo de reivindicação. Por sua memória histórica, aceitavam



a linha seca que delimitava a posse brasileira ao norte da sua aldeia, e os rios Irani e Lambedor como divisas a leste e oeste.

**Redução:** No final da década de 1930, uma companhia colonizadora começou a vender lotes na Terra Indígena e, no final da década de 1940, a maior parte da área foi negociada com um comerciante da região, que passa a pressionar e perseguir os índios. No início da década de 1970, aos Kaingang só restavam cerca de 100 hectares, tomados finalmente deles em 1972.

**Demarcação:** Metade da área, em 1986, com a vitória parcial dos índios.

**Título:** Demarcação de metade da área homologada em outubro de 1991; registro no CRI de Chapecó em outubro de 1993 e no SPU em agosto de 1994.

**Área original:** 1.885 hectares (estimativa feita sobre mapas).

**Área atual:** 988,66 hectares demarcados e 954 delimitados (em processo).

**População em três momentos:** 41 Kaingang em 1944, 70 em 1982 e 600 em 2005.

Chimbanque I em fotografia de Juliana Okawati.





## CHIMBANGUE TU VĚMER

(Tradução para língua Kaingang: Ivanir Oliveira)

RIO GRANDE DO SUL TÁ KANHGÁG ũ AG VỸ PÉ TA KỸ KĂMŭMŭ PĂI MÁG  
JĂVANH AG Mŭ CHIMBANGUE KI AG KI JAMĂN JÉ. KANHGÁG VỸ PĂI MÁG MRÉ  
VĚNHMĂN KỸ AG VỸ IRANI TU VĚMÉN Mŭ AG VĚMER KI AG VỸ GOJ VAR TU VĨ  
Mŭ TAG TÓG KRĚKUFÁR E TÓG TĨ KEMŭ, AG VĚMÉN KAR ANTONINHO VỸ TĨ  
ĨN SĨ HAN Mŭ TI KAR TI JAMRÉ KAR TI KANHKĂ ũ KEGÉ, JAG RĂ AG NỸ TĨ Mŭ.  
ANTONINHO TI PRŭ FI JĂVANH KAMĂ AG NỸTĨ, FI VỸ NĚN KĂMĨ VĚNHKAGTA  
JĂVANH TĨ FI TỸ ũ MỸ HAN JÉ, GOJ VAR JYJY VỸ PĚNHKÁR KE TĨ GOJ TAG  
RĂ CHIMBANGUE KÓFA VỸ TI ĨN HAN JÉ NĨ GÉ. KANHGÁG TỸ CHIMBANGUE  
KI JAMĂM KĂMŭMŭ ĚN VỸ EREXIM, VOTOURO, NONOAI TÁ KĂMŭMŭ PRỸG  
TỸ 1856 KI, KANHGÁG ũ AG VỸ SI JÉ NỸ TĨ, JO CHIMBANGUE KI JAMĂM NỸ  
TĨ ĚN AG VỸ AG VĚMER KI AG TỸ KĂSIR KĂMŭNH JÉ TÓMŭ HĂ KỸ ĚG TAG KI  
NỸTĨ NĨ. PESQUISA ũ KI MITRA TỸ HÁR VỸ PALMAS TÁ NĨ JÉ NĨ, KI VĚNHRĂ



VỸ KANHGÁG ũ AG Tũ VÍ Mũ, ADRIANO JOSE DOMINGO, BRANDINA MARIA VỸ KURÃ 21 DE NOVEMBRO PRỸG TỸ 1899 KÃ KOPE KỸ KA NỸ TÍ JÉ NÍ PASSO BORMAM TÁ. KANHGÁG ũ AG TU VĚMER VỸ VĚNHVEN GÉ KANHGAG KUPE Tũ RÁ VEIAAG NÍ, AG JYJY VỸ TỸ TAG NỸ TÍ, DOVILIOS RODRIGUES, “LAU” KAR TI VĚ ANTONINHA FI KEGÉ. ANA DA LUZ FI KUPE Tũ RÁ KE GÉ FI NA JYJY VỸ ALFREDO FORTE KAR JULIA FORTE KEMũ, ANA DA LUZ FI TÓG 4 MÊS JÉ NÍ PASSO BORMAM TÁ FI VỸ KUPE KỸ NÍ JÉ NÍ, FI TÓG TỸ PÃI MÁG CLEMENTE SEJUJA VĚ FI NÍ , FI JYJY KAR VỸ TỸ ANA DA LUZ FORTES DO NASCIMENTO FĚN,NÓ KEMũ. PRỸG TỸ 40: CHIMBANGUE TU VĚMER. PỸG TỸ 1940 KÃ VĚNHRÁ HÁ VỸ VĚNHVEN TOLDO CHIMBANGUE (TOLDO IRANI) TU VĚMER JAC BERNARDES RÃNHRÃNH VỸ HÁ NÍ, TI TÓG TOLDO PINHAL TU VĚMÉN JÉ Tũ NÍ, TI VỸ TÁ KANHGÁG TU ĚKRÉN JÉ Tũ NÍ TI RÃNHRÃNH KI, TI TÓG CHIMBANGUE TỸVÍN KI TÓG KANHGÁG TÍ KE Mũ.

PRỸG TỸ 30, 40 KÃ CHAPECÓ KÃ PÃI MÁG TỸ FÓG VỸ KANHGÁG MRÉ RÃNHRÃNH KÃ TÍ Mũ TI JYJY VỸ ANTONIO SE LISTRE DE CAMPO KE TÍ,( JUIZ VỸ), TI VỸ KANHGÁG KINHRÃG KÃ TÍG VÉN Mũ VER TÓG XAPECÓ SI RA VYR VÉN JÉ NÍ, KAR SER TÓG CHIMBANGUE RA KÃ TÍG JÉ NÍ KANHGÁG JAGFY TÓG RÃNHRÃNH TÍG JÉ NÍ TI VỸ GA Tũ VĚMÉN Mũ.PRỸG 1941 KÃ FUNAI VỸ KANHGÁG AG NỸTÍ JÉ MÍ RÃNHRÃNH VYR Mũ AG TU VỸ RÁN RÁN Mũ, FUNAI AG TỸ RÁ VỸ KANHGÁG TỸ 49 KE NỸ TÍ, KANHGÁG VỸSARÉNH JAGĀGTAR TÓ AG Mũ. VỸSA FUNAI JYJY VỸ SPI KETÍ VĚ AG VĚNHRÁ KI AG VỸ TOLDO CHIMBANGUE KI KANHGÁG AG JAMÃM NỸ TÍ KE Mũ. TAG AG HÃ VĚ, AVELINO ZACARIAS, BEC MARIA ALVES, TEREZINHA ZACARIAS, GUMERCINDO ZACARIAS, VERGOLINA RECAI, FRANCISCO MARCELINO ROCAI, MADALENA VIEIRA, DORALINA MARCELINO, MANUEL LEOPOLDINA, MARIA DA LUZ, AMANTINO MARCELINO FELIZBINO VIEIRA, LAUDELINA VIEIRA. JOÃO MARIA GREGÓRIO, FRANCISCO GREGÓRIO, FRANCISCO GREGÓRIO E MARIA GREGÓRIO. VALERIANO VENÂNCIO XOGRE, ANTONIA VIEIRA, JOSÉ SOARES, NATALINA VIEIRA, OTAVIANO SOARES, GONÇALINO SOARES, JOÃO MARIA SOARES, CONCEIÇÃO DOS SANTOS, GEORGINA SOARES. KAR ANTONIO SOARES KANHGÁG TAG AG VỸ CHIMBANGUE KI NỸ TI JÉ NI. KANHGÁG AG TU RÁ TAG VỸ VER TOLDO PINHAL TU VÍ TU NÍ AG VỸ VER KÃJA TUN KỸ NỸ TÍ NÍ, ANA DA LUZ FORTE FI TÓG TỸ CLEMENTE (PÃI )MÁG VĚ NÍ JOÃO MARIA VỸ FÓG AG KÃG KÃ JAMÃM JÉ NÍ,CHAPADA KE Mũ ĚN TÁ HÃRA FI TÓG JOÃO MARIA TO HÁ KE TI MRÉ JÃG Mũ SER. GA Tũ VỸSÃN.

## Escola Indígena Fen Nó



A escola iniciou seu funcionamento com o nome Escola Isolada Irani, atendendo alunos da 1ª a 4ª séries até o ano de 2004. A partir de 25 de junho de 2004, foi autorizada a Portaria E/29 e o Parecer nº 23/04 pelo então Secretário da Educação, Jacó Anderle, dando funcionamento ao ensino fundamental completo e mudando o nome para EIEF Fen'nó. A EIEF Fen'nó atende atualmente cerca de 180 alunos entre Kanhgág (etnônimo deste povo na sua própria língua) e Guarani, cursando esses da 1ª a 8ª séries.

A EIEF Fen'nó localiza-se na Terra Indígena Toldo Chimbangué, no município de Chapecó, a uma distância de 14 km do espaço urbano. Essa é uma comunidade indígena *Kanhgág* com 168 famílias e aproximadamente 700 habitantes, incluindo as famílias Guarani, que sobrevivem basicamente da agricultura e do artesanato. Além disso, há famílias Kaingang que buscam alternativas de trabalho nas agroindústrias da região.

A proposta efetiva de ensino-aprendizagem da Escola Fen'nó acontece baseada no contexto da interdisciplinaridade, buscando revitalizar e fortalecer a cultura dos grupos indígenas que passaram por uma rigorosa descaracterização no processo de colonização e povoamento da região oeste de Santa Catarina.

A escola hoje vem trabalhando com o objetivo de garantir a educação diferenciada com ênfase na revitalização do conhecimento e saberes indígenas e de estabelecer relações interculturais, de modo que os estudantes fortaleçam sua identidade e construam relações de solidariedade com outros grupos sociais, não se esquecendo da preservação das riquezas naturais de seu meio.

Este relato foi adaptado do **Projeto Político-Pedagógico (PPP)** da Escola Indígena de Educação Básica Fen'no, 2015.

### ISKÓRA KĀME

(Tradução para língua Kaingang: Ivanir Oliveira)

ISKÓRA TI JYJY VỸ TỸ VỸSA ISKÓRA ISOLADA IRANI KETĪ, GĪR 1º, 2º, 3º  
KAR 4º SÉRIE TỸRIR TĪ, PRỸG TỸ 2004, 25 DE JUNHO KĀ PĀI MÁG FÓG, VỸ  
E/29PARECERN.Nº23/04 KĀ SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO JACÓ ANDERLE  
VỸ AUTORIZA KEMŪ ISKÓRA TỸ FUNCIONA KE JÉ. ISKÓRA TI JYJY ũ VỸ



E.I.E.F. FĚN, NÓ KEMŭ , KANHGÁG KAR GUARINI AG VŶ KI KANHRĀN KĀMŭ TĪ. URĪ TÓG GĪR 180 TŶ KI KANHRĀN KĀMŭ TĪ, JĚGJA KAR TŶ NŶTĪ, KANHGÁG, GUARANĪ KAR FÓG KĚSIR AG VŶ SÉRIE KAR TŶRĪR TĪ. ENSINO MÉDIO TŶ KI NŶ TĪ GÉ E.I.E.F.FĚN, NÓ VŶ TOLDO CHIMBANGUE KĀ JÉ MUNICÍPIO DE CHAPECÓ KI. VŶ TŶ 14 KM NĪ CHAPECÓ KAR CHIMBANGUE JAG KUVAR TÁ, JAMĀ TAG KANHGÁG KAR VŶ 168 FAMÍLIA TĪ. TĪ KAR KI VŶ 600 PESSOAS TŬ HĀ SA. KANHGÁG KAR GUARANI AG TÓG AG KRĚ JĚŶN JĚ FÓG AG KĀRA RĀNHRAJ Mŭ TĪ ĚKRĚN AG TĪ GÉ. ŭ TŶ KĀMĪ VĀGFY HAN TĪ GÉ , ISKÓRA PROPOSTA VŶ TŶ INDISCIPLINARIDADE KI RĀNHRĀJ KE Mŭ EDUCAÇÃO DIFERENCIADA HĀ VĚ. ĚG SI AG JYKRE TU VĀSĀN Mŭ VĚNHKANHRĀNFĀ AG, ĚG SI AG JYKRE

EIEF Fen'nó em fotografia de Carlos Maroto Guerola.



---

## Terra Indígena Kondá



Durante alguns anos, um grupo Kaingang tentou se reterritorializar na cidade de Chapecó, mas as precárias condições de vida — que levaram a diversas mortes de membros do grupo, principalmente crianças — e a constante discriminação que sofriam dos brancos acabou gerando uma série de conflitos e pressões que ocasionaram a remoção dessa população para a zona rural do município.

Este relato foi adaptado do **Projeto Político-Pedagógico (PPP)** da Escola Indígena de Educação Básica Sape Ty Kó, 2015.

A Aldeia Kondá, localizada a 15 Km do centro de Chapecó, consolidou-se de modo diferente pelo fato dela não se caracterizar como uma terra de ocupação tradicional. O processo de criação da Reserva Indígena Aldeia Kondá iniciou em 1998, com a constituição de grupo técnico da FUNAI para a elaboração do *Relatório de Identificação das Famílias Kaingang Residentes na Cidade de Chapecó*. Tal relatório foi coordenado pela antropóloga Kimiye Tommasino. O relatório demonstrou que a cidade de Chapecó era território tradicional dos Kaingang da Aldeia Kondá, mas, diante disso, viu-se que era inviável recuperar essa terra tradicional. Sendo assim, a FUNAI procedeu à constituição de um Grupo Técnico para a eleição de uma terra para a criação da Reserva Indígena Aldeia Kondá. Esse GT elegeu uma área de 2.300,2 hectares na zona rural do município de Chapecó.

Os critérios básicos da escolha da área foram: a existência de limites naturais; condições agro-ecológicas para conciliar produção familiar com desenvolvimento da mata, articulando agricultura e coleta; proximidade estratégica do núcleo urbano para continuidade das relações socioeconômicas já estabelecidas no município de Chapecó; preferência por terras ocupadas por pequenos produtores rurais, a fim de evitar conflitos com grandes produtores rurais influentes na política local e notoriamente avessos à presença dos indígenas.

Antes da definição do espaço para a criação da Reserva Aldeia Kondá, os Kaingang permaneciam precariamente em barracos de lona em bairros periféricos do município de Chapecó como os bairros Palmital, São Pedro e Tiago. Os Kaingang sempre estiveram no centro de Chapecó, porém, foi devido ao crescimento da cidade na década de 1990 que a presença Kaingang se tornou mais visível e inconveniente para vários órgãos públicos.

A população local os acusava de sujos e preguiçosos. Foram realizadas inúmeras investidas para encaminhar a população Kaingang para outras áreas indígenas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No entanto, mesmo quando alguns índios abandonavam a área, o faziam apenas temporariamente, pois acabavam retornando, o que corroborava o fato da cidade constituir um território Kaingang. Segundo as informações do relatório desenvolvido por Kimiye Tommasino, a memória Kaingang identifica o espaço central da cidade de Chapecó, isto é, a praça e a catedral, como locais onde acontecia o ritual do *Kiki*, ritual de culto aos mortos.

A existência de povos indígenas no oeste de Santa Catarina tornou a região conhecida como terra de índios. Esse fato, para muitos, é motivo de insatisfação, pois a presença indígena não se articulava/articula com o projeto político de colonização europeia e de implantação do progresso, como pode ser visto por várias obras que tratam da colonização no oeste do estado.

Os povos indígenas foram associados ao atraso e muitas vezes considerados como empecilhos para o progresso e a civilização. Nos discursos regionalistas ocultam-se índios e caboclos como sujeitos construtores da história, somente os descendentes de imigrantes europeus aparecem como os trabalhadores que fazem da região uma terra de progresso. Para os descendentes de imigrantes europeus no oeste de Santa Catarina, o que legitima a posse da terra é o trabalho. A expressão mais comum nesse sentido é “para que os índios querem tanta terra se eles não trabalham?”. Os discursos mais simplistas sobre os índios não são inéditos nem tampouco exclusivos da região Oeste. Eles repetem um repertório já abordado por autores como João Pacheco de Oliveira no seu texto *Muita terra pra pouco índio? Uma introdução crítica ao indigenismo e a atualização do preconceito, de 1998*.

A escola indígena deve oferecer aos educandos o acesso ao conhecimento não indígena e indígena. A criança indígena está em contato constante com outras culturas, principalmente com a não indígena. O aluno precisa ter acesso aos conhecimentos científicos porque a realidade indígena se encontra interligada à realidade e vivência com a sociedade não indígena.



Aldeia Kondá fotografada por Ivan Pigozzo.





## Escola Indígena Sape Ty Kó

A EIEF Sape Ty Kó, criada em 1999, está localizada na Aldeia Kondá, situada na Linha Gramadinho, a 18 km do centro da cidade de Chapecó. A criação da referida escola e o início de seu funcionamento se deram por meio do Parecer 153/1999, que teve como referência o Processo nº 4773/1993. Desde o início a escola atende da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

A comunidade indígena Kaingang da Aldeia Kondá tem aproximadamente 200 famílias e 900 habitantes e ela sobrevive basicamente da venda de artesanato e do trabalho na agroindústria da região.

A proposta efetiva de ensino-aprendizagem da escola EIEF Sape Ty Kó acontece baseada no contexto da interdisciplinariedade e também na busca por revitalizar, preservar e fortalecer a cultura Kaingang. A língua Kaingang é parte da organização social da comunidade. Todos os moradores são falantes, tendo o Kaingang como primeira língua, aprendendo o português apenas posteriormente, na escola.

A escola hoje vem trabalhando com o objetivo de garantir a educação diferenciada com ênfase na revitalização do conhecimento e dos saberes indígenas e também de estabelecer relações interculturais, de modo que os estudantes fortaleçam sua identidade e construam relações de solidariedade com outros grupos sociais, não esquecendo a preservação das riquezas naturais de seu meio. A escola hoje conta com aproximadamente 220 alunos, dos quais 154 estão matriculados no ensino fundamental regular. Em 2014, a EIEF Sape Ty Kó iniciou a modalidade EJA com aproximadamente 65 alunos. Essa modalidade compreende Ensino Fundamental, séries iniciais e finais, e Ensino Médio.

Elencam-se a seguir algumas das características da escola indígena que regem a atuação da EIEF Sape Ty Kó:

*Específica:* A escola indígena é específica porque possui uma organização de acordo com a realidade da comunidade e voltada às necessidades e anseios da mesma. O específico é mutável: hoje temos necessidades que amanhã serão outras, o diferenciado não deve estar somente na língua indígena, mas em todo o processo educativo.

*Bílingue:* Prioriza o ensino-aprendizagem da língua indígena da comunidade, visando revitalizar, preservar e valorizar as identidades culturais, sociais e étnicas do povo indígena, por meio da oralidade e da escrita.

*Diferenciada:* Possui uma organização voltada aos princípios culturais da comunidade, considerando as diretrizes curriculares escolares, valorizando a sua maneira de produzir conhecimento, com seus processos e métodos de ensino-aprendizagem próprios, com a utilização de materiais didáticos pedagógicos de acordo com a realidade sociocultural, respeitando o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas da comunidade, independentemente do ano civil.

*Intercultural:* O ensino diferenciado, além de revitalizar, preservar e valorizar a cultura indígena, deve garantir à comunidade o conhecimento da diversidade cultural existente na sociedade, sendo que é necessário relacionar o conhecimento cultural da comunidade indígena com outros conhecimentos.

*Comunitária:* A educação escolar indígena, por ser comunitária, é peça fundamental no auxílio e organização das atividades socioculturais, isto é, pensando com a comunidade projetos alternativos, visando a autosustentabilidade.

*Solidária:* Respeitando o pluralismo de ideias e concepções, promovendo parcerias e o respeito à liberdade, aos valores e às capacidades individuais, estimulando e propagando os valores comunitários, defendendo o patrimônio público, valorizando os profissionais, a cultura indígena e não indígena, sendo a escola um espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando que o prepare para o exercício da cidadania.

*Inclusão Social:* A Educação Especial deve ser entendida como processo interdisciplinar que visa à prevenção, o ensino e a reabilitação de pessoa com deficiência, objetivando sua inclusão mediante a utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos específicos.

O intuito é a construção permanente de uma escola capaz de intervir nos acontecimentos sociais, conscientizando os alunos a não se deixarem guiar pela submissão às ideias dominantes e aos poderes estabelecidos, para que eles abandonem a ingenuidade e os preconceitos do senso comum e busquem compreender a significação e a valorização da sua cultura e da sua história. O intuito é desenvolver a capacidade





ética e a possibilidade de reger as próprias ações e tomadas de decisões, nas diferentes situações da vida, com base num sistema de princípios, valores e opções que envolvem o conhecimento das produções da sociedade envolvente.

A escola indígena pode contribuir para a educação de alunos capazes e comprometidos com seu povo, possibilitando-lhes o acesso aos espaços de trabalho na sociedade. A escola indígena deve ser autônoma para decidir com a comunidade a melhor forma de trabalhar com a realidade de seu povo. A educação escolar indígena constitui-se a partir da efetivação de um currículo diferenciado e deve acontecer de modo a atender os anseios e necessidades da comunidade escolar.

Por sua vez, a Educação Especial vem para contribuir na organização, orientação e mediação do aluno com dificuldade intelectual, para que ele se aproprie dos diversos conhecimentos.

**EIEF Sape Ty Kó em fotografia de Juliana Okawati.**









ANCIÕES e ANCIÃS,  
SÁBIAS e SÁBIOS  
INDÍGENAS  
do OESTE  
CATARINENSE





## *Matilde Koito*

Matilde Koito nasceu em 13 de dezembro de 1953, na aldeia Pinhalzinho. Hoje mora na aldeia Sede da Terra Indígena Xapecó, onde trabalha com ervas medicinais, atendendo as pessoas da comunidade. Durante sua trajetória, Dona Matilde Koito atendeu várias pessoas e muitos são não indígenas que vêm de fora da aldeia buscar cura através das ervas medicinais preparadas por ela.

Dona Matilde tem dois filhos, Paulo Koito e Valdemar Fernandes, mas segundo ela quem se interessa pelo conhecimento com ervas é seu neto Pauluan Koito (08 anos), para quem procura transmitir os seus conhecimentos:

Dona Matilde disse:

*“Não é qualquer pessoa para fazer o remédio, deve estar preparada, deve ter a permissão de Deus, pedir para Deus para usar o remédio. Poucas pessoas indígenas procuram, nós devemos valorizar cada vez mais os remédios caseiros”.*

Dona Matilde é filha do falecido Vicente Fokáj, um grande líder na história do ritual do Kiki e da TI Xapecó. Sobre a história da sua família conta:

*“Meu pai era pajé, era lutador. Ele morreu em campo, pela conquista das terras indígenas. E eu herdei um pouco dele. Vamos continuar lutando pelos nossos filhos, netos, bisnetos. Por isso temos que estar juntos, lutando, abraçando o outro e trabalhar de mão dada.”.*

MATILDE KOITO FI PRÝG VỸ 62 ANOS KĨ KE VË 13 DE  
DEZEMBRO KI FI VỸ VËNVER MÛ, PINHALZINHO  
KI. URI FI VỸ SEDE KI JAMÃ NI NĨ. VËN HKÉGTA  
MRÉ FI TỸ RÃNH RÃJ TĨ, ËG COMUNIDADE KAR Û  
AG KEGÉ MRÉ FI TỸ RÃNHRÃJ TĨ. FI KÓ SIN JYJY  
VỸ PAULO KOITO KAR VALDEMAR FERNANDES  
VË. JO PAULUAN TI VỸ FI MRÉ VËN HKÉGTA TO  
ËMÃ TỸ VĨ NĨ MATILDE FI PI Û MỸ FI ÉKRE NĨM  
TĨ, HÃ KỸ FI VỸ TOPË MỸ TO VĨ VËN TĨ. Û AG PI ËG  
JÃVÃNH TĨ. MÛNỸ VËN HKÉGTA TO HÁ KE JÉ. FI  
PANH VỸ TỸ VICENTE FÓKAJ KE TĨ, Û TỸ KIKI MRÉ  
KE KÃN MÛ.

(Tradução para língua Kaingang: Luciano Fernandes)





## *José Kamrég Inácio*

José Kamrég Inácio é filho de Sebastião Inácio e Romalina Jacinto. Nasceu no dia 19 de outubro de 1940, é um dos indígenas mais velhos da Terra Indígena Xapecó e sempre morou nessa comunidade. Vive na comunidade da Olaria há vinte anos, tem sua própria casa com sua esposa Matirda Alípio (Kagno) e seu filho mais novo, Jandir. É aposentado, mas ainda é agricultor: planta milho, feijão, batata doce, mandioca. Em suas terras mecanizadas planta soja e trigo.

José Kamrég Inácio, de marca *Kamé*, nasceu na antiga aldeia Banhado Grande e, aos seis anos de idade, participou do primeiro ritual do *Kiki* com seus pais e seus nove irmãos. Também morou no Passo da Tiriva, uma antiga aldeia próxima da Sede do Posto que tinha esse nome devido a que todas as manhãs passava lá um bando de tiriva. No decorrer do tempo, chegou a ser capitão, liderança, cabo da polícia, major e um dos indígenas que lutou pela conquista da Terra Indígena Xapecó.

José Kamrég comenta que seus avós paternos eram *Kujá*, designação empregada para fazer referência aos líderes espirituais na cultura Kaingang, e que através deles foi aprendendo. Certo dia seu avô o chamou e disse que iria passar o dom de *Kujá* para ele. Aos 18 anos de idade José recebeu esse dom espiritual. Hoje como *Kujá* trabalha com ervas medicinais fazendo benzimentos e curas. Seu José cobra dos professores Kaingang o resgate do *Kiki*.



Laudir Belino nasceu no dia 1º de agosto de 1961 na TI Xapecó, onde morou a maior parte da sua vida. Segundo ele, sempre teve uma vida feliz e, apesar das dificuldades, sempre preservou os costumes e tradições de sua cultura. Ele trabalhava na roça em sua juventude e se alimentava do que produzia.



**Laudir Belino**

Plantava batata doce, mandioca, milho, e gostava dos alimentos que a natureza oferecia: bichinho da palmeira (coró), palmito de palmeira, cumim, varana, orelha de pau. O Senhor Laudir relata que criou dez filhos com saúde, alimentando-os com esses alimentos tradicionais. Quando os filhos ficavam doentes, ele usava ervas medicinais para medicá-los, porque gostava de trabalhar com elas e porque as ervas fazem bem à saúde. Conta também das armas e armadilhas que usava para caçar, era tudo feito com matéria prima extraída da natureza:

*“A arapuca era feita para caçar passarinho e o material usado na fabricação era o taquaraçu. O laço é feito de taquara de qualquer tipo, para caçar aves silvestres também. Maceta cabeça é feito de madeira, muito usado na caça. O pito é feito para pegar tatu e produzido com taquara.”*

O Senhor Laudir relatou que a maioria das armas e armadilhas eram produzidas com esses materiais citados. Não costumava usar arco e flecha, ao contrário de seu pai e avô. O Senhor Laudir, embora ainda viva da agricultura, não costuma mais caçar, já que os materiais para produzir armadilhas e armas são hoje mais escassos, assim como os animais que caçava, devido ao desmatamento das florestas. Atualmente, ele repassa seu conhecimento e ensina aos alunos como preparar essas armadilhas, e também se dedica a fazer algumas para exposição nas escolas indígenas.



***Maria Oralina Pinheiro***

Maria Oralina Pinheiro, de nome Kaingang Réjã, que significa capim verde, nasceu em 21 de novembro de 1959, na TI Xapecó, onde reside até hoje. Vive próximo ao posto de saúde dessa localidade. Filha do Senhor Agenor Pinheiro e de Dona Maria Gaspar, é casada com Cesário Pacífico.

Atualmente dona Maria é aposentada, confecciona artesanatos a pedido, vende balaio na comunidade e em outras cidades da região, como Ponte Serrada. Na comunidade, seu papel, além de ser uma das pessoas que mantém viva a cultura Kaingang — a língua materna e o artesanato principalmente —, Dona Maria destaca a importância dos anciãos na colaboração em projetos nas escolas, nos quais ela participa desde 1998. Ela nos relata que aprendeu a confeccionar o artesanato com sua mãe, que ensinou ela e a sua irmã. Faziam e vendiam nas cidades vizinhas, para comprar roupas para os filhos irem na aula. Diz que hoje não há muito interesse da parte de seus netos, teriam que aprender para mais tarde eles fazerem, mas nem a língua kaingang eles aprenderam: embora seus pais falem na língua, eles, os netos, não dão atenção. Dos seus filhos, somente uma das filhas, Rose, aprendeu a confeccionar o balaio, mas agora ela mora na cidade grande, então não faz mais.

Nas atividades realizadas durante a Ação Saberes Indígenas na Escola, Dona Maria nos ensinou como se inicia um balaio com trançado simples e os alunos puderam participar das atividades práticas, as quais realizaram com muita alegria. Dona Maria ainda comentou sobre a falta de interesse dos jovens em aprender a fazer o balaio, como ela chama as peças que produz. Durante as produções práticas ela contou também a forma de comercialização do artesanato que ela produz, dizendo que vende por dinheiro e às vezes troca por alimentos, roupas ou calçados. Os obstáculos encontrados, porém, são muitos. Demonstrou sua imensa gratificação por ter participado nas atividades da Ação Saberes Indígenas na Escola dizendo que quando lhe procuram para fazer essas atividades da cultura ela se sente valorizada.

Cesário Pacífico, marca *Kamé*, nasceu no dia 20 de janeiro de 1953, na Terra Indígena Xapecó, filho de Bonifácio Pacífico e Etervina Alípio. Em 1972, casou-se com Dona Maria Oralina Pinheiro, com a qual vive até hoje. É pai de oito filhos, tendo oito netos e oito bisnetos.

Estudou até a quarta série, sendo seu primeiro professor o Senhor Arvilino Alípio Fongre. Por volta de 1972, começou a trabalhar na antiga serraria, localizada na comunidade de Olaria e, quando a mesma faliu, passou a ser funcionário da FUNAI, da qual se aposentou no ano de 2016 por tempo de serviço. Numa das suas palestras durante os Grandes Encontros Kaingang da ASIE SC, Seu Cesário deu o seguinte depoimento\*:

“No nosso tempo não tinha, não, no nosso tempo nem na escola eles não queriam mandar porque não prestava, era uma coisa só para — eles falavam — se criar vagabundo, “o aluno se cria vagabundo e não sabe trabalhar mais”. [...] Nós não comia arroz, nós não comia massa, não vivia comendo carne, não vivia tomando café, nem pão nós não conhecia. Nosso pão era nós assar bolo na cinza para comer cedo com feijão temperado, ou com canjica. Minha mãe socava, torrava milho, fazia pixé, socava a canjica e misturava com feijão e nós comia aquilo lá. Agora de repente nenhum não sabe o que que é torrar milho para socar, fazer o pixé, para fazer a mistura da folha do mato. Era nosso alimento. E nós, se for fazer agora, nossos filhos não vão comer! Se eu fazer um pixé e temperar feijão, ele vai me dizer “não, eu não vou comer, eu quero arroz, eu quero uma carne, eu quero uma massa ou quero uma batatinha.” Agora nossos filhos já são de mudado, são de agora; e nós somos dos tempos antigo ainda. Nós somos do tempo que os índios caminhavam de pé no chão, roçava de pé no chão, não tinha estrada boa, era carreirão para visitar o outro, lá longe, morava lá, outro morava para cá, então era distante e eles iam a pé.”



*Cesário Pacífico*

\* Como parte da tese de doutorado *“Se nós não fosse guerreiro, nós não existia mais aqui”*: *Ensino-aprendizagem de línguas para fortalecimento da luta guarani, kaingang e laklãnō-xokleng*, desenvolvida no âmbito da ASIE SC, e defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, em 2017, por Carlos Maroto Guerola, o registro audiovisual deste depoimento encontra-se disponível em: <<https://vimeo.com/202544939>> (Senha: asiesc)





## ***Maria da Luz Mendes***

Maria da Luz Mendes nasceu no dia 03 de maio de 1930 na Aldeia Samburá, TI Xaçecó. Sua mãe é Maria Francisca e seu pai, Luiz Mendes. Dona Maria teve nove filhos, quatro mulheres e cinco homens.

Ela tem conhecimento sobre ervas medicinais, comidas tradicionais e também sobre histórias do povo Kaingang. É anciã e cuidadora das Águas Santas, segundo ela benfeitorias do *pai santo* São João Maria. Dona Maria vive na TI Xaçecó ao lado de uma das fontes das Águas Santas, ao redor da qual costuma plantar mudas de árvores para proteger a área. Seu objetivo é repassar seus conhecimentos tradicionais valorizando a própria cultura e preservando as fontes de águas que curam doenças. Dona Maria conta que muitas crianças da comunidade costumavam ser batizadas ali para não pegarem doenças contagiosas, mas agora as famílias já não se preocupam mais com isso:



*“Eu não sei ler, não sei escrever... Mas nós trabalhamos pelas águas, fomos por todas as nossas Águas Santas. Conto minhas histórias para os alunos, pelo que passei. Todas as Águas Santas são benfeitoria do meu pai véio. Ele fez essa água para todos os filhos dele resistir e visitar a água dele. Ele fez essa água! A nossa água é nosso remédio! Quando eu tô doente eu venho aqui, com dor de cabeça, febre, venho e falo pro Pai Véio me curar com a sua água.”*

Dona Maria conta como conheceu o pai véio quando criança, uma vez que ele visitou a casa de seu pai:

*“Uma vez chegou um veinho de roupinha velha, rasgada. A mãe disse para mim: ‘Tá vendo o pai véio? Vamos sentá’. Ele chegou no terreiro, no pilão, e pediu três foinha de couve para fazer um viradinho. Ele entrou em casa, tirou uma panelinha para fazer um viradinho, farinha de milho d’água. Nós era criança, passava mão na barbinha dele... Quando ele levantou não disse adeus... Se foi! Foi só aquela vez que vi ele... mas, graças a deus eu tô junto com meu pai véio. E eu caminho com ele, e ele caminha comigo...”*





**João da Silva Pereira\***

João da Silva Pereira é índio Kaingang da Terra Indígena Xaçecó, município de Ipuacu, nascido na Aldeia Olaria, no dia 21 de agosto de 1964. Estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental. Falante da língua Kaingang, é casado com Doralina Pinheiro, índia Kaingang, e é pai de quatro filhos.

Foi liderança na sua comunidade e faz parte da organização da aldeia. É uma pessoa com muito conhecimento e sempre está à disposição da escola quando necessário. Hoje faz parte da Ação Saberes Indígenas na Escola, como ancião na EIEB Cacique Vanhkrê. Faz parte do grupo com orientação da professora Josiana Gonçalves, no projeto de sustentabilidade, repassando todos os seus conhecimentos a respeito da cultura e os seus saberes tradicionais do povo Kaingang.

Conhecedor da comunidade, conta histórias sobre os tempos passados. Fala sobre a vegetação, as araucárias e a terra no passado:

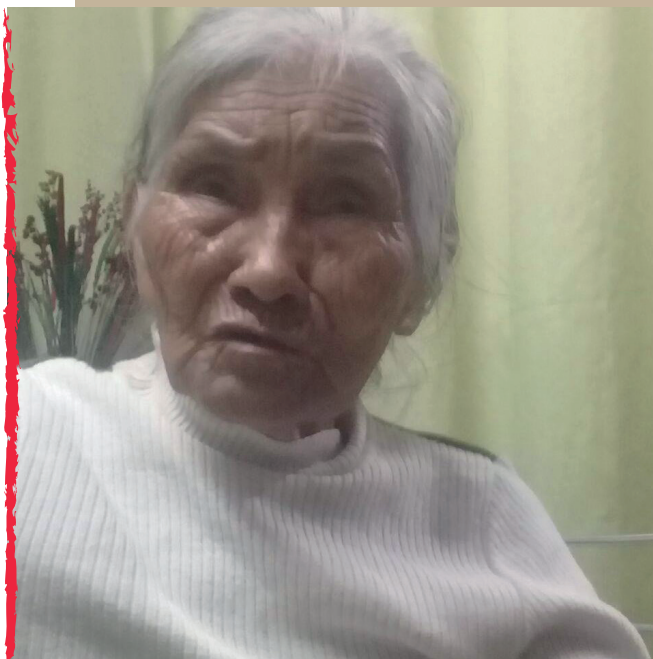
*“Na época nós catava pinhão, fazia paçoca para comer com carne. Nem existia geladeira. Então, nós tinha um puxado na casa que fazia o fogo no chão e estendia a carne, para não estragar a carne. Dai nós ia catar o pinhão para comer com a carne que não estragava porque ficava no fogo, naquela fumaça.”*

O Senhor João lembra do tempo em que aquela área era coberta de araucárias e lamenta que hoje haja tão poucas, sendo que muitas crianças sequer conhecem como se faz a sapecada do pinhão.

\*O Senhor João da Silva Pereira, residente na TI Xaçecó, faleceu no dia 28/03/2018. Essa perda ocorreu no período de editoração deste livro, tempo em que somamos nossos sentimentos, nossos agradecimentos e nossa solidariedade.



Maria da Luz de Oliveira, nome Kaingang Fenĳa, é da metade Kamē, falante da língua Kaingang. Filha de Antonio de Oliveira e Marbina Alves, nasceu no dia 1º de junho de 1939. Maria da Luz mora na TI Xapecó, próximo à escola Cacique Vanhkrê. É viúva e tem dois filhos.



## ***Maria da Luz de Oliveira***

Ela relata que antigamente o modo de vida era bem diferente dos dias atuais. Conta que eles trabalhavam na agricultura e se alimentavam de toda a produção do seu próprio trabalho. Assim sendo, a anciã relata que tudo foi se transformando com o passar do tempo e que os rituais eram feitos por todos da comunidade:

*“O ritual do Kiki era o principal da época. Era produzida a bebida por dez pessoas mais velhas da comunidade. A bebida era deixada no tronco, coberta por cinco dias e depois era feito o ritual e todos bebiam, exceto as crianças da comunidade.”*

Ela também relata que a carne era trazida para a comunidade através da caça e da pesca, que eram exercidas com a ajuda de arcos, flechas e lanças produzidos pelos homens da comunidade. A Senhora Maria da Luz participou da contação de histórias, atividade da Ação Saberes Indígenas na Escola, relatando às crianças histórias de como os Kaingang viviam antigamente:

*“Não estudei quando era pequena, pois meu pai disse que era somente para meus irmãos que sabiam se defender. Era muito longe para vir estudar, e naquele tempo nosso não era misturado menina com menino, cada um de cada lado. Na escola os professores brancos só ensinavam o português, e era bem diferente de hoje...”*



***José Domingos  
Kápóni Palhano***

José Domingo faz questão de apresentar seu nome kaingang “Kápóni” que significa cerne da madeira. Filho de Seu Quintiliano Barbosa e Dona Ana Maria Palhano, de acordo com sua mãe, José Domingos nasceu em uma segunda-feira de 1932 em parto em casa, no município de Mangueirinha/PR. Sua casa era rodeada de ripão e a cobertura era de tabuinhas.

Em 1955, foi morar na Terra Indígena Xapecó, município de Ipuacu. Casou com Riva Dalva de Oliveira e com ela teve 18 filhos, seis do sexo feminino e doze do sexo masculino.

Foi o primeiro cacique eleito pela comunidade indígena, por aproximadamente cinco mil índios, entre adultos e crianças. Essa eleição ocorreu na aldeia Fazenda, em um pavilhão. Ele relata que naquela aldeia havia muitas árvores que hoje não existem mais. Uma das ações que Seu José fez após assumir o cargo de cacique foi a retirada de aproximadamente quarenta famílias não indígenas que estavam ocupando as terras dentro da comunidade. Em seguida, iniciou com o projeto para a agricultura e contratou máquinas para trabalhar na lavoura. Após um tempo, através de uma lavoura e vendas de custaneiras (lixinho) de pinheiro, conseguiu comprar algumas máquinas para trabalhar na terra. Também conquistou a construção da escola Vitorino Kondá. Através de uma indenização da Eletrosul, mais tarde conseguiu comprar algumas dezenas de vacas, porcos e galinhas para produção e consumo da própria comunidade. Outro projeto realizado em seu mandato foi o reflorestamento de pinheiros, juntamente com o órgão FUNAI. Foram plantadas aproximadamente duzentas e vinte mil mudas de pinheiro. Juntamente a esse projeto, José Domingos conseguiu uma renda para os próprios indígenas plantarem, razão pela qual não precisaram mais sair fora da reserva à procura de emprego.

O que deixa Seu José Domingos triste atualmente é a maneira de vivência da juventude, a desunião, a falta de respeito e o desinteresse na comunidade. Mas ele diz ser feliz por causa de todos esses movimentos que ocorreram e agradece a Deus por sempre defendê-lo. Dorme bem, é alegre e contente.



**Loreni Nokrig Paulo**

Loreni Nokrig Paulo pertence à etnia Kaingang e é professor bilíngue Kaingang-Português. Nasceu na Terra Indígena Ligeiro, município de Charrua/RS. Em 1977 fez o curso de monitor bilíngue na TI Guarita, Tenente Portela/RS. Trabalhou como professor bilíngue nos anos 1981 e 1982 com o Pré-Escolar na Área Indígena de Carreteiro, no município de Água Santa/RS.

No ano de 1990, mudou-se para TI Xapecó, município de Ipuacu, e no mesmo ano começou a trabalhar na Escola Básica Estadual Vitorino Kondá. Em 1999 cursou o Magistério Bilíngue, em São José do Cerrito/SC. Trabalhou na EIEB Cacique Vanhkrê, na escola Paiol de Barro e nas escolas multisseriadas São Pedro e Samburá, ensinando a língua Kaingang. Sobre sua experiência como professor, ele conta:

*“Fui o primeiro professor da língua Kaingang. Sou falante, domino a língua e escrevo. A dificuldade é que em casa, às vezes, o pai não fala, a mãe não fala, e aí não pratica o que aprendemos na sala de aula.”*

Loreni também é conhecedor das ervas medicinais e contribui para o desenvolvimento de nossa Ação Saberes Indígenas nas escolas da TI Xapecó.





## *Deolinda Ginso de Assis*

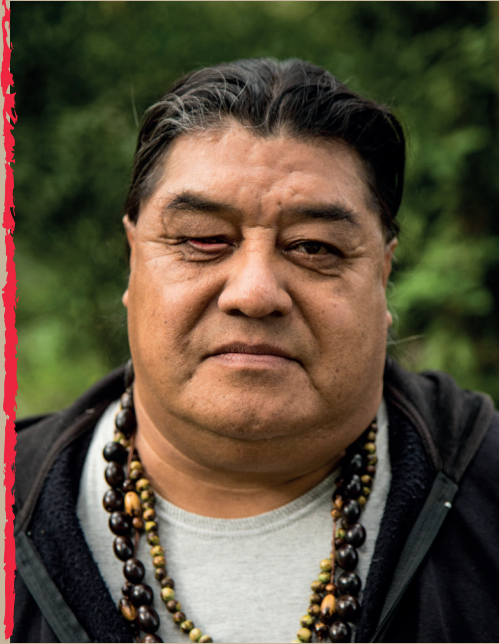
Deolinda Ginso de Assis nasceu no dia 02 de janeiro de 1929 na comunidade Sede da TI Xapecó, onde se criou e até hoje permanece. É filha de João Tertulibio e Maria Cristina Gabriel, ambos Kaingang da mesma Terra Indígena. É viúva e seus filhos são: Pedro Kresó, Osmelinda Rin Alípio, Sirlei

Kanu Alves de Assis e Arnaldo Alves de Assis. Sirlei e Arnaldo atuam como professores da EIEB Cacique Vanhkrê.

Deolinda aprendeu muitas coisas com seus avós e pais. Sempre participava das conversas dos mais velhos e com eles ia aprendendo as histórias que conta hoje. Dona Deolinda fala que antes existiam muitos rezadores como os *Kujás*, mas que hoje já está terminando. Ela é uma das rezadeiras que ainda existem na comunidade, e conta:

“Existem vários tipos de rezas. Dependendo da ocasião é um tipo de reza e cada rezador sabe diferentes rezas, mas isso está se terminando. A gente pode ensinar como aprendi com meu pai. Mas ninguém mais quer aprender, os novos, as meninas só querem aprender outras coisas que não é do nosso Povo!”

Dona Deolinda relata que participou de vários rituais do *Kiki* na comunidade, porém lamenta que hoje não exista mais. Sua marca tribal é *Kanhrú*, que signifi ca círculo. De acordo com a história do povo Kaingang, os *Kanhrú* foram o segundo povo a surgir sobre a terra e por isso são baixinhos. Ela gosta de batizar as crianças da comunidade e dar o nome indígena do mato, ou nome próprio. Entende muito sobre o batismo, sendo que as crianças Kaingang são batizadas na água corrente, nas Águas Santas para não pegar doenças.



## ***Pedro Kresó Alves de Assis***

Pedro Kresó Alves de Assis, da etnia Kaingang, nasceu no dia 29 de junho do ano de 1965 na sede da Terra Indígena Xaçecó, Ipuacu, filho de Seu José Genhmyre Alves de Assis e de Dona Deolinda Ginso de Assis, ambos da etnia Kaingang.

Iniciou seus estudos no ano de 1975, na escola sede da TI Xaçecó. Iniciou e concluiu o Ensino Fundamental na Escola Básica Samburá, numa comunidade vizinha na TI. No ano de 1983, iniciou o curso de habilitação profissional plena de técnico em agropecuária do ensino de 2º grau, concluído em 1985. De 1986 a 1990 trabalhou de técnico em agropecuária pela FUNAI, na TI Xaçecó.

Em 1991 começou a trabalhar no movimento indígena, na luta pela questão do território no Sul e pelo respeito e reconhecimento de seu povo. Foi um dos primeiros professores de Ensino Fundamental na Escola Básica Vitorino Kondá, na TI Xaçecó. No ano de 1993 iniciou o supletivo, no nível de 2º grau, na habilitação de professores indígenas bilíngues Kaingang-Português. O curso foi realizado no centro supletivo de Bom Progresso, no estado do Rio Grande do Sul.

De 2002 a 2015, trabalhou na nova escola EIEB Cacique Vanhkrê, na TI Xaçecó. No ano de 2016 seguia trabalhando com a educação escolar indígena, especificamente com a língua kaingang na Escola Cacique Karenh, na TI Toldo Imbu, e atualmente leciona na EIEF Pinhalzinho, também localizada na TI Xaçecó.



Numa das suas palestras durante os Grandes Encontros Kaingang da ASIE SC, Seu Pedro Kresó deu o seguinte depoimento\*:

“Todo esse trabalho que tá sendo realizado ele assegura ou tá dando uma resposta pra Constituição Federal de 88, nós tamos dando uma resposta: é a nossa política de educação escolar indígena. Isso que a gente precisa tar muito atento, os novos professores que vêm por aí, isso é a força que nós tamos dando pras nossas comunidades, somos índios, e eu acho que é aquilo que eu falei, é a resposta que nós tamos dando [...] como dizendo assim ô, para quem não tá entendendo: é a prática que vem sendo trabalhada nas escolas indígenas — nós somos índios — então, a lei da língua indígena, que precisa ser fortalecida, o artesanato, os conhecimentos indígenas, as pesquisas da história indígena, pra nós dar garantia pra sobrevivência do nosso povo, continuar pensando nas nossas crianças que tão vindo por aí, os nossos netos que tão vindo por aí, que são a nova geração que vai tar mantendo essa comunidade, nossas comunidades, que vão continuar lutando pelos direitos indígenas, que é muito importante, a luta pela cultura, a luta pela língua, a luta pelas histórias, a luta pela terra, ajudar nessa política de fortalecimento na luta pela vida, o meio ambiente, como foi falado. Eu acho que enquanto índio, enquanto professor, enquanto membro de uma comunidade indígena, nós temos que pensar isso, na vida, e a vida é isso, não é só aprender a língua indígena. Eu acho que para nós ter direito, para nós pedir coisas boas pras nossas comunidades, pra nós ter a vida melhor para os nossos filhos, não é aprender somente a língua indígena, mas é muito importante todo tipo, desde a defesa do meio ambiente, desde esse ar puro que nós temos nas nossas comunidades... Eu acho que isso tem que sempre manter, essa política da educação escolar indígena sempre tem que ter [...] A luta no geral, eu acho que essa é... gritar sempre, tar unidos através das nossas lutas, através das nossas forças unidos, dizendo para a sociedade envolvente que os povos indígenas tão vivos, que os índios tão vivos e tamos aqui: queremos viver, queremos sobreviver, queremos criar os nossos filhos, queremos ter uma comunidade bonita, e isso tudo tá nas mão dos nossos professores, tá nas mão de nossos futuros professores, futuros alunos que vêm por aí, a luta pela boa qualidade de vida.”

\* Como parte da tese de doutorado *“Se nós não fosse guerreiro, nós não existia mais aqui”*: *Ensino-aprendizagem de línguas para fortalecimento da luta guarani, kaingang e laklãnõ-xokleng*, desenvolvida no âmbito da ASIE SC, e defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, em 2017, por Carlos Maroto Guerola, o registro audiovisual deste depoimento encontra-se disponível em: <<https://vimeo.com/202544939>> (Senha: asiesc)



Nascida na TI Xapecó, na localidade de Água Branca, em 1955, e residente na Sede há 29 anos, a anciã e sábia Kaingang trabalha como artesã há mais de 30 anos, tendo desenvolvido trabalhos junto a instituições como o SESC de Xanxerê ou a Prefeitura desse município, para a qual trabalhou na decoração natalina de 2015. Atuou durante quatro anos como professora de artesanato na escola Cacique Vanhkrê. Tem cinco filhos, doze netos e um bisneto.



**Maria Librantina Campos**

Numa das suas palestras durante os Grandes Encontros Kaingang da ASIE SC, Dona Libranta deu o seguinte depoimento\*:

*“Então hoje eu tô fora da sala de aula por quê? Porque eu não tenho uma faculdade! Como é que eu vou ter uma faculdade se eu não fiz uma faculdade pra mim aprender a fazer os artesanato? Isso foi Deus que me ensinou, foi um dom que Deus me deu! Então eu tô fora de sala de aula porque eu não tenho... eu não tenho um certificado pra apresentar, “ó, esse aqui é o meu certificado, eu fiz um curso de artesanato”. Eu não tenho! É por isso que eu tô fora da sala de aula e com isso quem tá sofrendo, quem tá padecendo, é os nossos aluno daqui de dentro! Claro, não discriminando, tem os professor de artes, mas é só no papel. Como é que as criança vão aprender a fazer um balaio, pegar um cipó e destalar, se fazem só no papel lá? “Eu sou professor de artes, eu tô ensinando artes pras criança”, mas tem que ter na prática também! Como é que vai ficar assim?!”*

\* Como parte da tese de doutorado *“Se nós não fosse guerreiro, nós não existia mais aqui”*: Ensino-aprendizagem de línguas para fortalecimento da luta guarani, kaingang e laklãnō-xokleng, desenvolvida no âmbito da ASIE SC, e defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, em 2017, por Carlos Maroto Guerola, o registro audiovisual deste depoimento encontra-se disponível em: <<https://vimeo.com/202544939>> (Senha: asiesc)



*Bepino Ercigo*

Bepino Ercigo nasceu no dia 02 de janeiro de 1935, na aldeia Cerro Doce, na Terra Indígena Xapecó, filho de Belmiria Henrique e José Ercigo. Tem dois irmãos e uma irmã e cresceu junto com sua mãe e seus avós Antônio Henrique e Maria Damasia Mariano. Conviveu com seu pai quando ainda era bem pequeno; depois, o pai os abandonou. Conta que antigamente escutavam os conselhos dos mais velhos e tinham muito respeito por seus avós. O catolicismo sempre foi sua religião.

Estudou somente na 1ª série, pois naquela época a escola era muito longe e não tinha como estudar devido à distância. Além disso, também não tinham condições de comprar roupa nem calçado. No pouco tempo que frequentou a escola aprendeu a escrever seu nome. Teve uma infância difícil, havia muita miséria. Passava fome, pois sua mãe não tinha condições de trabalhar.

Quando cresceu, a família já possuía uma junta de boi, daí que, com seu irmão mais velho, Vitório, Seu Bepino começasse a trabalhar fazendo suas próprias roças e ajudando a sua mãe. Seu avô foi quem ajudou a sua mãe a criar ele e seus irmãos. Conta que tudo era diferente, para ter farinha plantavam trigo e era feito um manjolo para fazer a farinha. Também plantavam milho e feijão. A partir dessa fase, não sofreram mais com a fome.

Tinha 17 anos quando seu avô lhe arranjou casamento com uma moça mais velha do que ele. Casou-se em 1958, não por vontade própria, mas por o casamento ter sido tratado entre as famílias, pelos mais velhos. Casou-se no posto indígena, quando Nereu Costa ainda era chefe do mesmo. Com a Senhora Rosa Belino teve nove filhos e sempre morou na Terra Indígena, em várias aldeias como Cerro Doce, Linha Matão e Furão. Vive atualmente na Linha Limeira. Sempre foi agricultor, trabalhador da roça, onde criou todos os seus filhos. Quando se separou de sua esposa, deixou tudo o que tinha para ela e seus filhos e foi morar no Furão, lugar próximo ao rio Chapecózinho, onde viveu alguns anos sozinho, trabalhando e criando seus animais, como gado, porcos e galinhas. Passado certo tempo, conheceu Nadir Guerreiro, juntou-se com ela e teve mais três filhos, convivendo com ela até 2011. Ao todo tem 33 netos e 20 bisnetos.



***Josué Paulino***

Josué Paulino nasceu no dia 19 de março de 1958. É natural de Ipuacu e reside na aldeia Água Branca, na TI Xapecó, nesse município. Casado com Maria Paulino, tem quatro filhos. Josué foi escolhido para ser o ancião a passar saberes sobre alimentação tradicional do povo Kaingang para as crianças das escolas multisseriadas da TI Xapecó.

Durante a Ação Saberes Indígenas na Escola ensina aos alunos o preparo das comidas conforme aprendeu com seus avós, pais e anciãos da comunidade. Gosta de fazer a canjica e atenta para a necessidade das crianças se alimentarem de forma mais saudável. Seu Josué conta que a alimentação de antigamente era feita à base de caça de animais e plantio das sementes dos alimentos. Produziam pamonha e bolo de milho. Além disso, Seu Josué sabe preparar bolo na cinza, farofa de tatu e outros pratos.





## ***Belmira dos Santos Viri***

Dona Belmira dos Santos Viri, nascida em 27 de julho do ano de 1949, na aldeia da cidade de Palmas, no Paraná, é filha de Francisco Viri e Maria de Jesus Mendes. Casou-se aos 19 anos com o Sr. Alcebides dos Santos, com quem viveu por 25 anos e que hoje já é falecido. Dessa união tiveram seis filhos — dois também falecidos —, 24 netos e um bisneto.

Com a perda do marido, dona Belmira mudou-se para a aldeia Água Branca, na Terra Indígena Xapecó, onde vive atualmente. Conta que criou seus filhos sozinha, sem nunca pensar em abandoná-los. Por não ter nem uma renda fixa que pudesse suprir a necessidade na criação dos filhos, dona Belmira passava a noite fazendo balaios para vender nas cidades vizinhas, também lavava roupas para as professoras que lecionavam na comunidade e com isso conseguia dar o sustento para a família.

Ela lembra bem a história da comunidade Água Branca e ressalta quanto as coisas já mudaram com o tempo. Há mais de 30 anos ela reside nessa aldeia e observa muitas mudanças:

*“Antigamente era diferente, tinha bastante mato e muita caça. Hoje vemos que onde era mato é tudo lavouras. Antes tomavam água dos rios, hoje não dá mais, pois já são bastante sujos uns e outros até já secaram. Não tem mais peixe, que poderia servir para alimentação. Hoje as crianças já não querem mais comer as comidas da roça.”*

Belmira diz que os avós dela não precisavam ficar contando sobre as marcas *Kamé* e *Kanhrú*, pois estava tudo ali:

*“Agora a gente tem que contar, porque se não nossa cultura e nossos costumes vai acabar e as crianças não aprendem, porque já tem que eu nem lembro mais... e tá tudo diferente. O mato já não é mais igual, temos que ir longe atrás de taquara para fazer o balaio, porque não tem mais perto. Ninguém respeita mais os velhos, quando a gente fala alguma coisa eles não acreditam na gente. Antigamente não era assim! Era tudo diferente, os mais novos ouviam o pai e a mãe... tinham medo.”*

Ela mencionou que se sentiu muito valorizada ao participar nas atividades de Ação Saberes Indígenas na Escola, já que essa foi a primeira vez que participou num projeto assim, e considera essas ações importantes para que as crianças aprendam suas histórias como integrantes de uma cultura indígena.





## *Nelson Benites*

Nelson Benites é indígena Guarani. Natural de Entre Rios, nasceu no dia 10 de outubro de 1970, em parto natural em casa, com parteiras da comunidade. É filho de Marcelino Benites e Rosa Benites. Casado com Deolinda Garcia, teve quatro filhos. Vive com sua família na aldeia Limeira, na TI Xapecó. Próximo à sua casa ele ajudou a construir a Casa de Reza Guarani ou *Opy*. O senhor Nelson Benites conta que tem conhecimento de ervas medicinais, o qual adquiriu com seu sogro, Paulista Benites, que ensina para que não se percam seus conhecimentos quando ele não puder mais fazer remédio. Seu Nelson diz que pode apontar as ervas utilizadas, mas não pode passar a receita, isto é, o preparo das ervas e seu benzimento:



*“A jabuticabeira serve para caimbra de sangue.*

*A pitangueira serve para cólica.*

*A goiabeira serve para diarreia.*

*A mamoneira serve para febre.*

*Tarumã serve para a dor na barriga.*

*Sabugueiro serve para sarampo.”*

O Senhor Nelson conta que quando ele era criança não existia posto de saúde na comunidade e os doentes eram tratados somente com as ervas trabalhadas ou manipuladas por seus pais. Conta também que se deve ter muita fé sempre que for tomar um remédio feito com ervas medicinais para que ele tenha efeito.



**Opy ou Casa de Reza Guarani da Aldeia Limeira em fotografia de Juliana Okawati.**



## *Lurdes Martins*

Lurdes Martins nasceu na Linha Limeira, TI Xapecó, no município de Entre Rios, no dia 20 de junho de 1964, filha de Leonardo Martins, pertencente à etnia Kaingang, e Leandrina Martins, pertencente à etnia Guarani. Aos seis anos de idade foi morar na Vila Aparecida, município de Entre Rios, para estudar. Lá ficou até os seus 15 anos. Estudou até a 4ª série em uma escola dos não índios e voltou para a aldeia Limeira. Aos 16 anos, se casou com Vitório Aquiles, também Guarani, e teve seu primeiro filho. Hoje são dez filhos ao todo e oito netos.

Lurdes aprendeu a falar a língua Guarani com os mais velhos da aldeia e os artesanatos que sabe fazer os aprendeu parte com sua mãe e também com outros Guarani que moravam na aldeia.

Em 2009 foi morar com sua família na aldeia Bracuí, que se localiza em Angra dos Reis/RJ. Depois de um ano voltou para a Aldeia Limeira onde mora até hoje.



KỸ LIDACI BELINO VỸ PRỸG  
TỸ 71 FI MUR VỸ KYSÃ TỸ  
JUNHO PRỸG TỸ 1944 KI. FI  
VỸ KUJÁ Ũ VỄ, KỸ FI JAMÃ  
VỸ PINHALZINHO TÁ KE VỄ.  
KỸ FI TỸ MUR JA KÃ, FI VỸ  
JAMÃ TAG FI KÓ SIN AG JỄYNG  
KAR MŨ GÉ, KỸ FI KÓ SIN VỸ:  
TI RỄNG'RE KAR FI RỄNG'RE  
KE GÉ, KỸ FI NETOS AG VỸ  
AG KE GÉ, KAR BISNETOS TỸ  
RỄNG'RE JÁ NĨ GÉ. KỸ LIDACI  
FI VỸ VỄNHKAGTA HAN TĨ  
SER KANHGÁG KAR AG MỸ. KỸ LIDACI FI VỸ KE TĨGTĨ, VỄNHKAGTA  
TAG INH VỸ VỄNHKAG'GA KAR TO KE MŨ SER VỄNHKAG'GA TỸ  
CANCER KAR ÚTERO KE GÉ. KỸ FI VỸ KE TĨ, INH PANH AG VỸ INH MỸ  
KE MŨ VỄNHKAGTA TAG VỸ ỄG FAMILIA TŨ VỄ.

(Tradução para língua Kaingang: Creide Alipio)



*Lidaci Belino*

Lidaci Belino nasceu no dia 13 de junho de 1944. Ela é benzedeira e mora na aldeia Pinhalzinho desde seu nascimento. Casou-se e formou sua família: tem dois filhos e duas mulheres, nove netos e cinco netas, além de uma bisneta e um bisneto. Dona Lidaci diz:

“Falar dos remédios para o povo Kaingang é muito importante, ainda tem famílias que preservam e tem pra si a fé de cura.”

Ela benze e trabalha com ervas medicinais há mais de 30 anos, já curou pessoas com sarampo e câncer de útero. Além de atender o povo Kaingang também atende não indígenas que moram fora da aldeia:

“O benzimento é a sabedoria de cura repassada de meu pai para a minha família!”





***Maria Virgínia  
Migkj Mendes***

Maria Virgínia nasceu no dia 15 de novembro de 1951, na Terra Indígena Mangueirinha, no Paraná. Estudou no Rio Grande do Sul, na Escola Clara Camarão, onde cursou o magistério bilíngue. Trabalhou como professora efetiva na FUNAI por 25 anos, se aposentou, mas continuou lecionando no Estado por mais dez anos. Em 2009, retomou seus estudos e cursou licenciatura em Pedagogia pela UNOCHAPECÓ, graduando-se em 2014 e realizando o maior sonho de sua vida.

É casada com Euclides Mendes e juntos tiveram quatro filhos, três meninos e uma menina. Maria Virgínia se dispôs a participar da Ação Saberes Indígenas a fim de auxiliar os professores bilíngues e também os não bilíngues, dada a sua experiência, já que possui 35 anos de profissão como professora na língua portuguesa e na língua kaingang, tendo muito a contribuir com a educação escolar indígena. Diz Dona Maria Virgínia:

“Eu estudei, me formei sem deixar de falar minha língua. Ser professor é saber que se tem uma responsabilidade muito grande nas suas costas. Eu trabalhei de 1968 até 1999, depois não me convenci de ficar em casa. Voltei para o Estado e trabalhei até 2010. Precisamos nos unir, já não estou em sala de aula, mas sou voluntária e estou pronta para ajudar! Pensando nos saberes indígenas, nós precisamos estar juntos para repassar para as nossas crianças.”

O professor Carlos Alberto Jacinto é indígena da etnia Kaingang, nascido no ano de 1975, na aldeia Pinhalzinho, na Terra Indígena Xapecó, município de Ipuçu. Carlos cursou o mestrado bilíngue de 1999 a 2002 no Centro de Educação Profissional Caetano Costa, localizado no bairro Itacaré do município de São José do Cerrito/SC.

Atualmente o professor Carlos está vivendo como solteiro, mas já foi casado. Se separou há pouco mais de cinco anos e de seu casamento teve dois filhos, hoje adultos. Carlos mora na aldeia Pinhalzinho, com sua mãe Dona Divaldina Luiz, uma sábia muito conhecida e admirada por seus chás de ervas medicinais e por seus benzimentos, tanto pelo povo indígena como pelo povo não indígena.



**Carlos Alberto Jacinto**

Carlos possui uma grande habilidade na confecção de artesanatos indígenas, sabedoria essa repassada por seu pai José Jacinto, já falecido. Ele conta que há diferenças no artesanato quanto ao que é feito pelo homem e pela mulher, porém um ajuda o outro. A mulher trabalha mais na artesanaria, já o homem faz arco e flecha e também é responsável pela coleta da matéria prima, que está cada vez mais difícil de se encontrar:

*“Desde que a gente era criança ajudava bastante na confecção do artesanato. Toda minha família trabalha com artesanato, por isso tem muito valor para mim. Hoje é difícil, a matéria prima está muito distante, o que dificulta...”*

Carlos também participou de diversos cursos de artes indígenas, para aperfeiçoamento de suas habilidades, deu palestras sobre cultura e arte indígena, com isso ganhou mais conhecimentos e novas ideias. Repassa seu conhecimento e hoje confecciona artesanatos para venda. O seu saber do dia-a-dia, os serviços gerais em casa e também a confecção de artesanatos tem como o objetivo o repasse de seus conhecimentos e habilidades para alunos e professores, e até mesmo resgatar e valorizar mais a cultura e a arte indígena.



**Marines Mendes Soares**

Marines Mendes Soares é uma sábia da aldeia Pinhalzinho, na Terra Indígena Xaçecó. Apesar de ter 46 anos de idade é dona de uma imensa sabedoria sobre ervas medicinais, que ajuda a curar muitas doenças na aldeia.

Marines tem quatro filhos e é viúva. Atualmente trabalha na aldeia Pinhalzinho com ervas medicinais, possui uma grande horta com vários tipos de plantas da medicina indígena. Sempre que pode busca novos conhecimentos, e faz palestras sobre a importância das ervas para a nossa comunidade, em escolas e para grupos de pessoas.

Seu objetivo em relação à Ação Saberes Indígenas na Escola é passar seu conhecimento para alunos e professores, para que os mesmos possam assim resgatar a força e a importância da medicina indígena na comunidade, ou até mesmo passar seu conhecimento para que novos sábios continuem seu trabalho quando não estiver mais em condições de trabalhar.

Adquiriu os seus primeiros conhecimentos de seus pais, Eduvirge Mendes e Vergilina Alves. Seu pai já faleceu, mas como legado deixou seu conhecimento para ela. Sua mãe também mora na aldeia Pinhalzinho. Diz Dona Marines:

*“Sou fitoterapeuta e trabalho na minha comunidade há treze anos com ervas medicinais. Tenho minha cozinha onde atendo e quero agradecer os professores agora por levarem seus alunos para conhecer a terra, os remédios que tem na horta, mostrando que ainda existe nossa cultura. É um trabalho tão lindo, tão maravilhoso! Peço que nunca deixem de incentivar os alunos para que eles não deixem a nossa cultura. Nós nos criamos tomando chá e a gente sabe que deu certo, que dá certo e está dando certo ainda.”*





***Maurícia da Silva Pinheiro***

Maurícia da Silva Pinheiro, filha de Sebastião Machado da Silva e Florentina Mateus de Oliveira, ambos agricultores, é nascida em 09 de janeiro de 1954, na Linha Formiga, no município de Bom Jesus, onde morou com seus pais até os 26 anos de idade.

No ano de 1980, casou-se com Leopoldo Pinheiro, natural do Pinhalzinho, TI Xapecó, local onde passaram a residir, formando uma família com quatro filhos.

Maurícia trabalhou como voluntária por seis anos no posto de saúde do Pinhalzinho. Depois trabalhou como agente de saúde e foi a primeira a trabalhar com a Pastoral da Criança. Há dezoito anos faz cursos e aperfeiçoamentos com plantas medicinais, tendo se qualificado técnica e profissionalmente em plantas medicinais e fitoterápicas.



**Cirino Pinheiro**

Cirino Pinheiro nasceu no dia 30 de agosto de 1957, na Terra Indígena Xapecó, na Aldeia Água Branca. É filho de Adão Pinheiro e Emiliana Pinheiro, ambos pertencentes à etnia Kaingang. É pai de quatro filhos, três do seu primeiro casamento e um do segundo. Tem cinco netos.

Estudou até a quarta série na Escola Indígena São Pedro, Água Branca, sendo seu primeiro professor, o senhor Roberto. Concluiu o ensino fundamental no Rio Grande do Sul. Cirino desde pequeno trabalha na agricultura, atividade na qual continua até os dias atuais:

*“Os índios na época viviam de carne de caça do mato. Na época existia muita caça. Era saúde para o índio. Hoje se você vai matar um bichinho, tá tudo contaminado com veneno. Porque inventaram esses venenos? Para plantarem bastante e secar tudo e colher mais ligeiro, hoje você não tem um produto natural.”*

Seu Cirino cultiva seu próprio feijão de modo natural, e vende na cidade. Na comunidade sempre colaborou com as lideranças nos eventos que eram realizados. Na escola atuou como contador de histórias do passado para os alunos. Sempre batalhou no esporte como incentivador e treinador de grupos de meninos em times de futebol. Seu time de coração é o Grêmio, mas também torce pela Chapecoense.

CIRINO PINHEIRO VỸ ŪRI GA TỸ ORÉ KÃ NĨ, TI VỸ 30 DE AGOSTO DE 1957 KÃ MUR MŪ, TI NĨ VỸ ADÃO PINHEIRO KAR EMILIANA PINHEIRO, KE TĨ, RÉGRE TỸ VENHKEGRA TÓ NĨ, TỸ TÓG KANHGÁG PĒ NĨ, ĒG VĨ KI TÓG VĂMÉN HÁ NĨ. TI GA VỸ TỸ TERRA INDIGENA XAPECÓ KE VĒ. CIRINO VỸ VENHKANKRĂN SĨ KAN MŪ TĨ ISKÓRA VỸ TỸ GOJ KUPRI KE TĨ CIRINO VỸ EKRĂN KAMĂ JĂ NĨ, GĂR, RĒGRÓ, KRĂN KAMĂ NĨ, CIRINO VỸ TỸ PĂ,I NĨ, ŪRI, NÉNĂ KAN HÁ TÓG NĨ, VĒNKYGTĂG TA TĨ. KỸ TAG VĒ TĨ KĂME TAG VĒ SER.

(Tradução para língua Kaingang: Dalgir Pacífico)



*Emiliana Pinheiro*

Dona Emiliana diz estar com quase 100 anos. Conta que sua mãe era do Paraguai, mas que ela nasceu na comunidade Paiol de Barro, TI Xapecó, e se criou ali. Somente uma única vez foi para o Rio Grande do Sul, mas não se acostumou e voltou:

“Não tem que se mudar. A terra é nossa. Onde a gente nasceu tem que ficar! Tem que produzir onde a gente está.”

Emiliana teve nove filhos, mas atualmente apenas três estão vivos. Ela planta ao redor de sua casa, e diz que sempre ensinou os filhos, porém, só Cirino Pinheiro, hoje ancião da aldeia Paiol de Barro, parece ter seguido seus passos. Os outros são carpinteiro e pedreiro. Ela conta que hoje os netos estão indo para a escola e aprendendo a ler e escrever, mas ela não aprendeu. Dona Emiliana se diz triste pelo distanciamento da cultura e lamenta que os indígenas de hoje em dia já não queiram comer nossas comidas tradicionais, pois querem tudo de fora:

*“Hoje mostramos a nossa comida pra essa piaçada aí, e eles: aí que nojo, quem vai comer isso aí?”*





**Irani Guedes**

KOFÁ TỸ IRANI GUEDES, TI JAMÃ TỸ PINHALZINHO TA: NASCIDO EM 19/09/1955. IRANI TỸ KANHGÁG NĨ Ẽ PỸ TỸ VÃSỸ ẼG KANHGÁG TỸ NISSO SI KAMŨ, KRĒGUFÁR KO KE GÉ, MỸG MRÉ JÁR TOTÓG MŨ SĨR KỸTỸ ẼG TỸ KOTI, TÃNH TĨ FEJ MRÉ HÃRỸ AG GĨR TỸ KAG GA MŨ AG TỸ ẼG KUJÁ MÃTI MŨ KỸ AG TỸ VĒNHKGTA AG NĨG NĨ AG TỸ KRÃN TI, HÃRA TỸ PỸN TỸ Ũ PRÁJ MŨ KANHGÁG TỸ VENHKAGTA AG MỸ NĨG TỸ VENHKAGTA AG MỸ NĨG MŨ SIR. HÃRA URI KANHGAG KAR VEJĒN Ũ KATI ORG RĒGRO VĒJĒN Ũ KAR KAMŨ SĨR HAMĒ KỸ GEVĒ SIR KANHGÁG Ũ TO VÃMÉN TI. (Tradução Kaingang: Dalgir Pacífico)

Nascido em 19 de setembro de 1955 no Pinhalzinho, TI Xapecó, hoje o seu estado civil é de união estável e é pai de cinco filhos. Sua profissão sempre foi agricultor. Segundo o Senhor Irani, o que ele mais gosta de fazer é estar trabalhando na roça. Perguntamos como eram seus costumes de antigamente e a sua cultura. Seu Irani nos falou que as pessoas sobreviviam da caça, pesca e do mel de abelha:

*“A gente colhia alimento no mato, como palmito veraneia, mandioca brava, fuá. Era feito o pixé, que as crianças gostavam muito. Também era feito um tipo de alimento com milho seco que era deixado na água por sete dias. Depois esse milho era socado no pilão, e era feito o bolo azedo, e também o beiju. Já nessa época alguns indígenas plantavam alguns tipos de alimentos para o próprio consumo, como milho, feijão, arroz, batata doce ou mandioca. Esses alimentos eram muito bons e não tinham conservantes nem agrotóxicos. As pessoas tinham mais saúde e poucas ficavam doentes. Quando ficávamos doentes nós usávamos os remédios do mato, eram procuradas as benzedadeiras para atender nossas crianças. Se fôssemos picados por cobras, nós usávamos uma planta do mato chamada contra veneno, só levava no posto de saúde se fosse muito grave. A gente curava em casa mesmo. Nossas roupas eram lavadas com cinza. Essas cinzas eram deixadas em uma vasilha com água por três dias. A cinza ficava em*

*baixo da água e as roupas eram lavadas com a água que ficava na parte de cima. Era esse o sabão para lavar as roupas chamado de adequado.”*

Segundo Seu Irani, hoje é normal os indígenas se alimentarem de arroz, feijão, macarrão, carne e outros alimentos, tudo comprado no mercado, porque não existe mais alimento direto da natureza que seja suficiente para a sobrevivência e até mesmo porque os tempos mudaram e os indígenas também mudaram seus costumes.

*“Em nossa comunidade, Paiol de Barro, não são mais feitos os artesanatos para vender, somente algumas pessoas ainda fazem, mas, para seu próprio uso.”*

Seu Irani ainda faz seus artesanatos e suas comidas típicas Kaingang, mas, segundo ele, não é todo dia, porque já todos nos acostumamos a comprar no mercado. Os artesanatos mais feitos são os de taquara mansa e taquaraçu, como peneira, cesto e balaio.

Sobre a língua Kaingang ser falada ou praticada na comunidade, responde:

*“Não, temos muito poucos que falam a língua kaingang e os que falam não ensinam seus filhos a falarem a língua materna, isso é muito triste. Vejo a cultura se perdendo.”*

Sobre como vê a comunidade Paiol de Barro, Seu Irani diz que a vê como:

*“Uma aldeia evoluída. Tem muitas melhorias em nossa comunidade, temos escola, pavilhão comunitário, igrejas e posto de saúde. A nossa comunidade cresceu muito e a maioria dos nossos indígenas tem uma boa moradia, com casa de tijolo, que são bem estruturadas. Estudam em universidades, mas eu sempre digo mudanças podem acontecer, mas nunca podemos deixar de ser índio.”*

Ao ser perguntado sobre o porquê da comunidade Paiol de Barro ter esse nome, responde:

*“Na nossa comunidade existiam índios Kaingang e também Guarani, mas a maioria desses indígenas eram Guarani e foram eles que construíram uma casa de barro. Essa casa era grande e lá os indígenas construíam seus artesanatos, mas com a chegada das pessoas de fora, que começaram a frequentar esse local, os Guarani se afastaram e criaram outra comunidade para eles morarem e ficaram só os Kaingang morando nessa comunidade. Foi por existir essa casa de barro que foi dado o nome da comunidade Paiol de Barro.”*





## *Dirlei Benedito*

Dirlei Belino é natural da Terra Indígena Xaçecó, nascida no dia 27 de agosto de 1964. Reside atualmente na aldeia Paiol de Barro, no município de Entre Rios. Casada com o senhor José Francisco Belino, tem sete filhos, sendo três homens e quatro mulheres. Hoje Dona Dirlei, como é conhecida na comunidade, é agricultora. Ela é uma pessoa que está sempre pronta para ajudar na comunidade e na escola. Gosta muito de fazer artesanatos, como a esteira de taquara e balainhos com palha de milho.

Também prepara alguns alimentos típicos Kaingang ainda feitos na sua família como fuá, serraia, bolo na cinza, canjica e pixé. Mas tem outros alimentos que eram bastante consumidos pela família, como caruru, palmito, varaneira e carne de caça, que hoje é muito difícil encontrar.

Conta Dona Dirlei que antigamente só se alimentavam de comidas naturais, como, por exemplo, arroz socado no pilão, mel de abelha, biju feito em casa, serraia, fuá, canjica e carne de caça. Para conservar a carne por mais tempo, a cortavam em pedaços,



colocavam bastante sal e a estendiam em cima do fogo. Pela ação da fumaça, essa carne era seca e conservada por muitos dias:

*“As roupas eram feitas em casa e costuradas à mão e os calçados feitos de palha amarrada nos pés. A casa era feita de pau a pique e coberta de capim ou folhas de palmeiras. O colchão para dormir era feito de folhas de palmeira ou com palha de milho.”*

*“Naquele tempo não existia energia elétrica, por isso eram feitas velas de cera de abelha, para iluminar a casa nas noites escuras. A escola onde as crianças estudavam era longe da comunidade, então elas iam a pé à comunidade de Linha Guarani.”*

*“Hoje tudo mudou, temos escola em nossa comunidade, tem coisas que mudaram para melhor, mas tem outras que eu acho que não é bom, pois as pessoas de antigamente tinham mais saúde e hoje parece que até o ar está contaminado porque o próprio ser humano está destruindo o meio ambiente. É muita ambição pelo dinheiro e tudo vai se terminando. A nossa comunidade era tudo mato ao redor agora está virando cidade. O passado não volta, mas podemos cultivar nossa cultura, cuidar a natureza, além de preservar nossos costumes e tradições.”*

**DIRLEI BELINO TI JAMÃ TỸ T I XAPECÓ NĨ TI PRYGTỸ  
27/08/1964 HĀRA ŨRI TI JAMÃ TỸ ALDEIA PAIOL DE BARRO TI  
JAMÃ NĨ TI KÓSIM TỸ PĒNKAR KAR RĒGRE NĨ FI MÉN TỸ JOSÉ  
FRANCISCO BELINO NĨ SIR. HĀRA URI AG VĒJĒN KANHGÁG  
KATI HAMĒ KY TỸ ĒG MY HÁNI  
JOVĀ URI EG PI VĒJĒN KOTI ĒG KÓSIN MĀ ĀN MŨ ĒJ VĒJĒN TI  
ĒG KUR AG PI TŨ MŨ SIR ĒG GĪRTI, KY URI TỸ EG MỸ KÓRÉG  
NI KỸ GEVÉ SIR KANHGAG Ũ TA VĀMÉN TI.**

(Tradução para língua Kaingang: Dalgir Pacífico)



## *Carolina Aires*

A Senhora Carolina Aires nasceu no dia 10 de fevereiro de 1939. Atualmente reside na Terra Indígena Xapecó, na Aldeia Paiol de Barro. É filha de Francisco de Paula e Vergina da Silva. É casada com Valderico de Paula e pertence à etnia Kaingang. Tem dez filhos e trinta netos. Estudou até o 4º ano do Ensino Fundamental em uma escola no Rio Grande do Sul. Hoje é aposentada, mas, mesmo com 78 anos de idade, ainda continua com suas atividades de confecção de artesanatos como cestos, tuias, peneiras, balaios, etc.

Ela conta que criou os filhos na aldeia Paiol de Barro, alguns são professores e estão ensinando também. Hoje a Senhora Carolina se preocupa com a saúde indígena, que segundo ela está sendo desprezada:

*“O nosso remédio está sendo desprezado. Eu tinha um genro meu que foi o primeiro que andou cuidando da horta, daí ele plantou as árvores, e quando os remédios estavam lá, vieram e cortaram, plantaram eucaliptos. Não sei o que está acontecendo, apagaram as hortas dos índios. Agora é só remédio... remédio do branco. A gente fica triste por isso, os remédios que a gente usava pros nossos filhos, para as crianças, vão desaparecendo.”*





## *Valdevino de Oliveira Belém*

Kaingang, nascido em 29 de novembro de 1957, filho de José dos Santos Belém e Maria Luiza de Oliveira. Agricultor, sempre teve o sonho de ser enfermeiro. As dificuldades foram muitas. Ainda com 17 anos, casou-se com Salete de Oliveira e logo a família aumentou: as responsabilidades continuaram a vir, mas o sonho prevalecia. Participou no ano de 1985 da liderança da comunidade Paiol de Barro e nesse mesmo ano, juntamente com o Sr. Irani Guedes, ajudou a fundar a Escola Indígena Isolada Paiol de Barro, atual EIEF Paiol de Barro. Como incansável guerreiro Kaingang, o sonho prevalecia nele.

Teve a oportunidade de ingressar em um curso à distância por correspondência. Garantiu sua formação como auxiliar de enfermagem pelo Instituto Universal Brasileiro no ano 1987 e, nesse mesmo ano, já diplomado, além de liderança tradicional passou a ser uma liderança formada. Seu primeiro local de atuação foi em uma casa grande construída pelo Cacique José Domingos Kapóni Palhano. Por um tempo sua contratação foi através da comunidade indígena, que lhe pagava com recursos próprios. Posteriormente, no mesmo ano, foi contratado pela Prefeitura



Municipal de Marema, no período no qual Entre Rios ainda era distrito desse município. O local ficou conhecido como Posto de Saúde Fazenda São José, pois atendia todas as comunidades do entorno. Por seis anos ficou nessa unidade, mas sempre ajudando no atendimento da enfermaria da aldeia Sede, da aldeia Limeira e da aldeia Pinhalzinho, que também possuíam pequenas unidades de atendimento. No ano de 1993 foi contratado pelo município de Ipuacu, que havia se emancipado recentemente, e passou a atuar em tempo integral na enfermaria da aldeia Sede, da Terra Indígena Xapecó. Atendia todas as demais comunidades da TI. Nesse local permaneceu trabalhando por três anos e nesse período ficou longe da família.

Ao longo desse tempo os filhos cresceram, concluíram o ensino fundamental na escola Vitorino Condá, na aldeia Sede, e posteriormente precisaram deixar a Terra Indígena e morar no Toldinho ou Toldo dos Índios, na atual cidade de Entre Rios, para ingressarem no ensino médio, pois mesmo que eles tivessem que ficar distantes da família, Valdevino sempre insistiu em dar estudo aos seus filhos, pois como ele sempre diz: “Podem tirar tudo de você, menos o estudo.”. Em 1996, com o nascimento do último dos seus cinco filhos, Valdevino foi morar com a família no então recém-emancipado município de Entre Rios. Foi quando assinou contrato para passar a atender apenas a parte da TI Xapecó que correspondia ao município. Nos dias de semana trabalhava na Linha Limeira, no município de Entre Rios, e nos fins de semana, por mais ou menos um ano, fez plantão na enfermaria da aldeia Sede, no município de Ipuacu, e quem lhe pagava era a comunidade indígena, com recurso próprio, nessa época conduzida pelo saudoso cacique Valdo Correia da Silva (popularmente conhecido como *Vardão*).

No ano de 2005, em decorrência da paixão e do esforço por dedicar-se às nossas comunidades indígenas, formou-se técnico de enfermagem. Ao longo de sua carreira, sempre com ética, Valdevino acarretou experiência em primeiros socorros e em algumas doenças como tuberculose ou verminose. Em seus relatos diz que as experiências mais marcantes na sua vida foram os inúmeros partos naturais que praticou, fato pelo qual ainda hoje jovens e adultos o cumprimentam e lembram que nasceram pelas mãos do *Vardinho*

*Enfermeiro, como é conhecido por muitas pessoas.*

No ano de 2012, voltou a morar na Aldeia Paiol de Barro com sua família e, mesmo tendo vivido por quinze anos fora da TI, foi muito bem acolhido. Atualmente trabalha como técnico de enfermagem na Unidade Básica de Saúde Gonçalo Roque.

### VALDEVINO DE OLIVEIRA BELÉM JYKRE VÊ

TI KURÃ VỸ TỸ 29 NOVEMBRO KE TĨ, PRỸG TỸ 1957 KETĨ, TĨ NỸ VY TỸ JOSÉ DOS SANTOS BELEM KE TĨ, KAR MARIA LUIZA DE OLIVEIRA KE TĨ. EPY KI TÓG RĀNHRĀJ TĨ MŪ, TĨ VĒNHPE TI VỸ TỸ ENFERMEIRO VĒ, TỸTĀG RA TÓG PRŪG MŪ, SALETE DE OLIVEIRA FI MRÉ, TI KÓ SIN AG VỸ MOGMOG MŪ. JO TÓG RANHRĀJ SÓR TĪG TĨ. PRỸG TỸ 1985 KI, ĪN TỸ ÓRÉ KI, TỸ PĀ-I NĪ IRANI GUEDES MRÉ. HORA TÓG COMUNIDADE VỸ VĒNH EN MŪ, KỸ TÓG GĪR TOG VĒNH EN UN KEGÉ, KỸ VĒNH KANHRĀN FĀ VỸ ENKĀ HĀ NĪ-GÉ HĀRA KEJĒN TÓG VĒNH KANHRĀN MŪ, KỸ PTỸG TỸ 1987 KĀ TÓG RĀNHRĀJ KEMŪ, KANHGÁG AG MỸ. PĀI TỸ JOSE DOMINGOS KAPÓNI PALIANO VỸ TI MỸ ĪN MỸGHAM MŪ SER, TI TỸ VENH KAG TA HỸN HAN JÉ KANHGÁG AG MỸ. TI VỸ KAR FAZENDA SÃO JOSÉ TỸ RĀNHRĀJ MŪ KEG GÉ. EMĀ VỸ TỸ MAREMA KE TĨ. KAR PRỸG TỸ 1993 KĀ TĨ VỸ MUNICÍPIO DE IPUAÇU TỸ RĀNHRĀJ TĨ. TI KÓ SIN AG VỸ MOGMOG MŪ, TI KRĒ AG VỸ ESTUDA KE KAR MŪ, AG VENHKANHRĀN FĀ VỸ TỸ VITORINO KONDÁ KEMŪ HAMĒ. HĀRA KEJĒN TÓG ENTRE RIOS TỸ JAMĀN VYR TI TÓG TỸ RĀNHRĀJ JÉ, KAR TI KÓ SIN AG ESTUDA KEN JÉ, TI KRĒ AG MỸ TOG GEKE KAMĀ JÁ NĪG TI, AG TÓG MŪ HĀ HAN JÉ, AG MŪJA MĪ. KEJĒN TÓG LIMEIRA TỸ RĀNHRĀJ MŪ GÉ, KURĀ KAR MĪ TÓG RA TĪG TĨ. TI XAPECÓ KI TÓG RĀNHRĀJ TI MŪ GÉ, TI RĀNHRĀJ VỸ HAN TỸ VĪ JA NĪ, PĀ-I VALDO CORREIA DA SILVA VỸ TI KAJĀM TĨ. PRỸG TỸ 2005 KĀ TI TỸ VĒNH FORMA KE TĨ, VĒSỸ KYG TĀG FĀ, EM KĀ TÓG TI MA SER TỸVĪ TĨ ŪRI TÓG KANHGÁG AG TÓG TI MỸ GEKE MŪ: Ā HĀ TỸ INH MAR HAN MŪ KỸ AS Ā TO HĀ NĪ. PRỸG TỸ 2012 KA, ĪN TỸ ÓRÉ KĀ JAMĀN KÓTĨ MŪ, TI TỸ VĒNHKYG TĀG FĀ KI RĀNHRĀJ JE, TI SYVY VỸ TỸ GONSALINO ROQUE KE MŪ. KỸ TAG VĒ SER VALDEVINO DE OLIVEIRA BELEM JYKRE VĒ. (Tradução Kaingang: Valdecir Kapur de Paula)





*Evanilde Strummer*

Mais conhecida como Dona Vani, Evanilde Strummer nasceu no ano de 1961. Vive na aldeia Paiol de Barro, na TI Xaçecó. Foi casada durante 18 anos, mas hoje é divorciada, mãe de três filhos, de nome Rose Mari, Ruan Pablo e Rodrigo, sendo esse último filho adotivo. Sua profissão durante boa parte da sua vida foi agricultora e sua religião hoje é evangélica.

Em 1997 começou a trabalhar na Prefeitura Municipal de Entre Rios, como auxiliar de serviços gerais, mas mesmo assim não deixou de plantar suas “miudezas”, como diz ela, que é a mandioca, a batata e outras verduras. Ajudava sua comunidade como podia, e até o ano passado fazia remédios caseiros com as ervas medicinais, umas colhidas nos matos da aldeia e outras plantadas na horta medicinal da comunidade onde vive. Esse trabalho foi possível até o dia 25 de maio de 2016, quando a senhora Evanilde sofreu um AVC que deixou seu lado esquerdo completamente comprometido. Foi obrigada a se afastar de seus trabalhos devido a esses graves comprometimentos, mas relata que sente muita falta do que fazia antes porque era o que gostava e fazia com amor, pois sabia que ajudava muito as pessoas que necessitavam de remédio e não podiam comprar, pois era oferecido sem custo algum.





## ***Valmor Venhrá Mendes de Paula***

Eu, Valmor Venhrá Mendes de Paula, nasci no dia 21 de outubro de 1957, em Palmas/PR. Fui criado apenas por minha mãe: foi ela quem muito trabalhou para me dar estudo, roupa, calçado e comida. Passamos muitas dificuldades, mas, mesmo assim, vencemos.

Estudei até os sete anos em Palmas. Em 1976, fui estudar em Tenente Portela/RS, na Terra Indígena Guarita. Lá concluí o curso de professor bilíngue, pelo Centro de Treinamento Profissional Clara Camarão. Possuo também cinco anos, cinco meses e dez dias de serviço prestado ao magistério público estadual de Santa Catarina. Participei em vários encontros de professores indígenas nesse estado e em Brasília, dentre os quais, a 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, que ocorreu de 16 a 20 de novembro de 2009.

Como líder indígena, fui cacique por nove anos na Terra Indígena de Palmas, onde desenvolvi um projeto de agricultura para a sustentabilidade familiar e contribuí para a melhoria das residências das famílias, que passaram de casas de madeira a casas de alvenaria, existentes até hoje. A partir de uma simples enfermaria, conquistamos um pequeno hospital, com setor odontológico.

Também busquei ajuda junto a ONGs internacionais para investir na pecuária da aldeia. Cultivamos uma invernada de 100 alqueires, cercada de arame farpado, onde colocamos 220 cabeças de gado para uso da comunidade indígena. Sempre procurei representar bem a minha comunidade por todos os lugares que passei.

Entreguei minha função de cacique e comecei a lutar pela retomada de terras indígenas. Estive presente nas lutas do Toldo Chimbanguê e do Toldo Pinhal, em Santa Catarina, e, no Rio Grande do Sul, nas de Monte Caseros, nos municípios de Muliterno e Ibiraiaras, e de Mangueirinha, nos municípios de Chopinzinho, Coronel Vivida e Mangueirinha.

Hoje atuo como professor bilíngue, ministrando aulas de língua Kaingang na Escola Indígena de Ensino Fundamental Cacique Karenh, na Terra Indígena Toldo Imbu, além de integrar a equipe da *Ação Saberes Indígenas na Escola*, na função de orientador de estudos.

Sempre busquei saber os traços da nossa cultura Kaingang, que fazem parte da nossa identidade, pois precisamos nos preocupar com a importância de ensinar às novas gerações os conhecimentos do passado para que eles possam, junto com o conhecimento novo que vão aprendendo na vida, ir também ensinando sobre como era a vida do índio Kaingang e os conhecimentos ancestrais deixados pelos nossos velhos, muitos dos quais já partiram para outra vida. Com muita resistência e trabalho, conseguimos sobreviver a todas as tentativas de extermínio, massacre, doenças e opressões e à perda quase total da nossa identidade.

Também fui pai e mãe dos meus filhos, uma vez que ganhei a guarda total na justiça quando da separação da mãe deles. Criei meus cinco filhos sozinho, dei-lhes educação e lhes ensinei os caminhos da vida para que hoje eles possam continuar de bem com a vida em todos os lugares em que estiverem.

Sempre fui procurado para trabalhar nas outras comunidades indígenas, o que quer dizer que meu trabalho é sempre bem visto por todo o povo Kaingang e pela sociedade dominante. Atualmente repasso para a juventude indígena que podemos ser iguais a qualquer cidadão brasileiro, rico ou milionário, sem deixar de ser o que somos: índios. Ontem, hoje, amanhã e sempre seremos Kaingang e a luta continua!





*Afonso dos Santos*

Afonso dos Santos nasceu no dia 12 de dezembro de 1945, na Terra Indígena Palmas/PR, no antigo posto indígena Fioravante Esperança, no Toldo das Lontras. Ao atingir a maioridade, começou a atuar como liderança indígena na comunidade. Sempre lutou junto às lideranças nos trabalhos de retomadas de terras e outros movimentos em Santa Catarina e no Paraná.

É conhecedor da cultura tradicional Kaingang e grande incentivador da sua transmissão aos mais jovens. Atualmente mora na TI Toldo Imbu, em Abelardo Luz, e é reconhecido como um dos anciões da comunidade, juntamente com a sua esposa Nercinda dos Santos. Juntos participam de todos os trabalhos de fortalecimento da cultura Kaingang na Ação Saberes Indígenas na Escola. Incentivam professores e jovens da comunidade a valorizarem e preservarem a cultura Kaingang, no anseio de que não se apaguem os conhecimentos dos velhos com o passar do tempo.





## *Nercinda dos Santos*

Nercinda dos Santos nasceu no dia 13 de fevereiro de 1956, na Terra Indígena de Palmas/PR. Filha de Mario dos Santos e Maria Brasileira Santos. É casada com o índio Sr. Afonso dos Santos, com o qual tem dois filhos, cinco netos e cinco bisnetos. Hoje vive na TI Toldo Imbu.

Dona Nercinda conta que nunca se adaptou à escola, tinha fama de briguenta e ficou somente dez dias em sala de aula. Por isso, o pai a levou para trabalhar na lavoura. Hoje sente a falta de não ter estudado, por isso incentivou os filhos a irem à escola.

Ela conta que a maioria das coisas que aprendeu na vida foi em casa com os pais e com os mais velhos. Aprendeu a fazer artesanato com a mãe e lembra que esta sempre falava sobre o respeito, sobre o dever de sempre respeitar os mais velhos.

Quando tinha tempo, ela mesma confeccionava seus próprios brinquedos, gostava de fazer bonecas de pano, mas cedo começou a sair com a mãe para vender artesanatos.



*Aldir Alves*

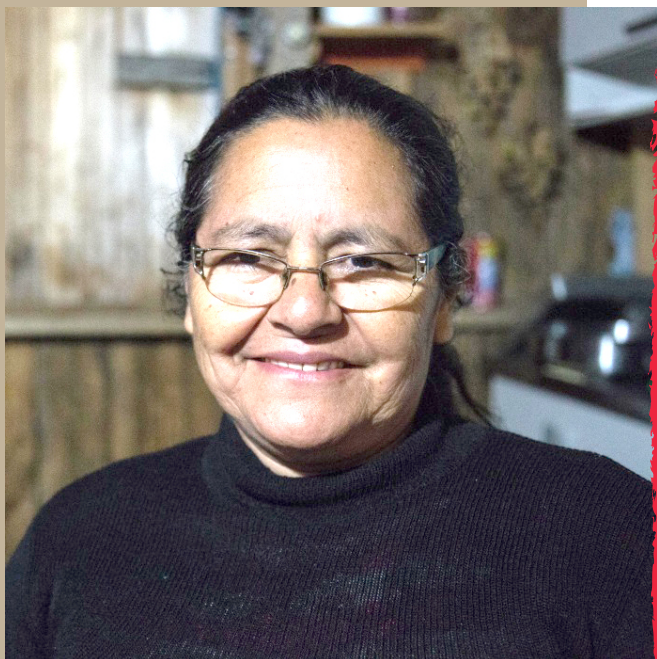
Aldir Alves, nascido em 1972, é natural da Terra Indígena Nonoai/RS. Aos seis anos, junto com a sua família, mudou-se de Nonoai para a aldeia Mangueirinha, no Paraná. É casado com Rosemeri Paliano Alves, com quem tem cinco filhos e um neto.

Aos 32 anos, mudou-se para a Terra Indígena Toldo Imbu, no município de Abelardo Luz, onde mora atualmente e exerce o papel de capitão e artesão da comunidade.

Embora a sua juventude impeça que ele possa ser considerado ancião, a comunidade o considera um sábio, pelo seu profundo conhecimento de artesanato tradicional Kaingang e por transmiti-lo junto à comunidade escolar indígena.

Ele conta que foi discriminado por ser indígena pelo grupo de artesãos da cidade, mas isso lhe deu mais força para lutar pelo seu trabalho. Depois de um lamentável episódio no qual foi impedido de expor seu trabalho, ele entrou na justiça:

*“Isso me deu mais força para lutar. Nós somos discriminados, mas graças a Deus eu vivo hoje de artesanato. Temos que viver nossa realidade. Somos índios a viver da nossa cultura.”*



## *Doraci Loureiro*

Doraci Loureiro, marca *Kamé*, nasceu no dia 11 de dezembro de 1961, na aldeia Bananeira, Terra Indígena Nonoai/RS, filha de Francisco Loureiro e Cezarna Fortes do Nascimento, já falecidos.

Estudou até a 5ª série com um professor não indígena e um monitor/tradutor indígena. Acabou abandonando os estudos por dois motivos: pelo fato da escola ser muito distante, o que fazia necessário acampar com outras famílias em local próximo para poder estudar, e pelo fato de, com a entrada na adolescência, sua mãe ter achado melhor tirá-la da escola. Ela aprendeu um pouco do português principalmente com seu pai, que era filho de um não-indígena com uma índia.

A Sra. Doraci é casada com Seu Vilson de Paula. Juntos têm cinco filhos e dez netos. Atualmente moram na TI Toldo Imbu. Contudo, já moraram na TI Toldo Pinhal, na aldeia Bananeira, na TI Nonoai/RS e na TI Votouro, em Benjamin Constant/RS.





*Vilson de Paula*

Vilson de Paula, nascido no dia 20 de outubro de 1958 e natural da Terra Indígena Votouro/RS, é filho de José de Paula, natural de Rio da Várzea/RS e falecido em 2016, aos 103 anos, e de Maria Pedroso, natural de Serrinha/RS, falecida em 2011, aos 90 anos.

Na escola, como ele só falava Kaingang e a sua professora falava só português, ele sentia vergonha e acabou abandonando os estudos, estudando só até a 2ª série. Outro fator que dificultava a sua frequência escolar era que ele viajava muito com a sua avó materna, Dona Angelina Moreira, para vender artesanato.

O Sr. Vilson conta que na época eles saíam muito de uma aldeia para outra, para trabalhar para os não indígenas, fazer roçadas, empreitadas, e ficavam temporadas fora até terminarem os serviços. Além disso, faziam o artesanato Kaingang para vender e foi devido a essa necessidade de trabalhar para o sustento da família que acabou aprendendo o português.

Ainda hoje ele e a sua esposa conversam em Kaingang. Seus filhos agradecem por eles sempre terem preservado suas crenças, costumes e a língua Kaingang, que até hoje mantém vivas em sua família, apesar de muitos outros Kaingang terem abandonado a cultura por conta do português.



## ***Maria Gerci Alves de Oliveira***

Maria Gerci Alves de Oliveira, Kaingang, nasceu na Terra Indígena de Nonoai/RS no dia 17 de julho de 1965. Filha dos agricultores indígenas João Carlos Alves de Oliveira e Dorcília Alves, tem onze irmãos, sendo seis meninas e cinco meninos. Não teve oportunidade de estudar e também não se interessou muito, pois na época isso não era importante.

Devido a atritos internos de aldeia, quando tinha quatorze anos, concretamente no ano de 1979, ela e sua família tiveram que sair de Nonoai/RS e foram morar na aldeia de Mangueirinha/PR. Participaram da retomada de terras da Fazenda, as quais conseguiram conquistar em 1983, quando ela já era casada com o senhor João Maria dos Santos, com quem teve cinco filhas mulheres, as quais são seu grande orgulho.

Em 1999, ela e sua família foram morar na aldeia de Xapecozinho, no município de Ipuacu. No ano de 2013 se mudaram para a TI Toldo Pinhal (no município de Seara), onde ela reside atualmente. Hoje possui doze netos, que têm idades compreendidas entre um mês e dez anos. Dona Maria percebe como mudou a educação das



crianças e vê com sentimento de tristeza que a cultura Kaingang está cada vez mais fraca. Por isso, acha muito importante que os mais sábios repassem os conhecimentos tradicionais para que não se percam no tempo e acabem sendo esquecidos.

MARIA GERCI ALVES FI VÃ NONOAI RS TY KANHGÁG GA KRI MUR KANĪ. KURĒ TỸ 17 KYSĀ TỸ JURIO, TỸ 1965 KĀ. KANHGÁG TỸ ĀKRĀNKAMĀ KÓ SIN FI, FI PANH VỸ TỸ JOÃO CARLOS NE OLIVEIRA KAR DORCILIA ALVES KEMŪ. FI RÉGRE VỸ 11 KEJĒ, ŨN TĒTY FAG VỸ 7 KE NĪ, JU ŨN GRÉ VỸ 5 KE NĪ. FI PI ESTUNAKEMŪ MỸR TA JAGY TI VĀSA, KAR PI KANHRĀNRĀN SÓR TĪ GÉ VĀSA. FI TỸ PRYG TỸ 14 RA FI NĪ NONOAI RS GA TY KUTĒ JA NĪ, FI KAR FI NỸ FAG, AG JAG TUJŪ TU. ĀN KI FI NĪ GA Ũ RA VYR JANĪ. PRYG TỸ 1979 KĀ, FI NĪ ARNEJA ANGUEIRA PARANỸ TY NĪJ VYR JA NĪ. AG MRÉ FAG TA FASENA TY GA VYN JÉ, 1983 KĀ. HĀRA FI TỸ JOÃO MARIA DOS SANTOS MRÉ NĪ NĪ SER, FI KRĒ FAG VỸ PĒNKAR (5) JĀ SER, FI MỸ HÁ PĒ NE TA TĪG. PRYG TỸ 1999 KĀ FI KAR FI KÓ SIN Ũ FI VĀ, ARNEJA XAPECOZINHO- IPUAÇU SC KĀ NĪJ KÓTIMŪ, HĀRA FI KAR FI NỸ FAG VỸ PRYG TỸ 2013 KĀ TOLDO PINHAL SEARA SC RA KÓMŪ MŪ. FI NĒTO VĀ 12 KE JĀ, Ũ VỸ KYSĀ RÉGRE NỸTĪ, JU Ũ VỸ PRYG TỸ 10 KE NỸ TĪ. KÓFA MARIA FI TUGNỸMỸR GĪR KANHRĀNRĀN TA TỸ ŨNỸ. KA TỸ FI MỸ JAGY TĪ KANHGÁG KURTURA TŪ KENỸN KA. HĀKA KÓFA AG KANHRÓ TỸ JAG KRĀ MỸ TOM NĪ, KE FI TỸ TI, TI TŪ, KEN TŪ NĪN JÉ. KAR ĒG KI KĀJA TŪN TŪ NĪ JÉ.

(Tradução para língua Kaingang: Daniel Cadete)





## *Pedro Padilha Dias*

Pedro Padilha Dias nasceu na Terra Indígena Cacique Doble, no Rio Grande do Sul, no dia 29 de junho de 1962. Filho de Seu Sebastião Dias e Dona Enedina Padilha, indígenas da etnia Kaingang, que tiveram vinte e quatro filhos, sendo sete homens e dezessete mulheres. Pedro foi o 14º filho e desde muito cedo teve que trabalhar na roça para ajudar no sustento da família. Com pouca ou quase nenhuma oportunidade de estudar, frequentou somente até a 4ª série do ensino fundamental. Reprovou na mesma série por cinco anos seguidos, então aos quinze anos decidiu não frequentar mais a escola e somente trabalhar na agricultura.

Aos dezessete anos seu pai se suicidou, deixando sua família à mercê de necessidades básicas para sobrevivência. Sua família acabou por se desintegrar, pois ele e a maioria de seus irmãos saíram de casa à procura de melhores condições de vida.

Foi morar na Terra Indígena Nonoai/RS. Lá se casou, trabalhou muito e conquistou muitas terras de plantio, vivendo melhor financeiramente. Em 1995, nessa mesma TI participou de movimentos para a retomada de uma parte da área, que estava em posse de grandes agricultores da região. Também participou da retomada do Parque Florestal de Nonoai, que se tornou um parque indígena de aproximadamente dezenove mil hectares.

Foi liderança na TI Nonoai por aproximadamente treze anos. Sempre trabalhou muito e com seus próprios recursos conquistou aproximadamente setenta hecta-

res de terra dedicados ao plantio mecanizado. Por motivos particulares, acabou por se separar de sua primeira esposa.

No ano de 2004, ele foi transferido para a aldeia de Palmas, no Paraná, ali ficando por aproximadamente um ano e meio. Em seguida, no ano de 2006, chegou até a TI Toldo Pinhal (no município de Seara) para fazer parte das manifestações de retomada de Terras Indígenas. Gostou muito do lugar e resolveu ficar morando nessa terra. Logo se casou com a Dona Arcelina Mufeida Silva, com quem vive até hoje e com quem tem um filho.

Muito envolvido com a causa indígena, logo se tornou membro da liderança, sendo hoje o capitão, cargo muito importante na comunidade. Pedro acha muito importante o resgate e a preservação da cultura indígena Kaingang, assim como o registro dos saberes dos mais sábios, pois é através dessas ações que poderemos guardar os ensinamentos e poderemos repassá-los para as próximas gerações.

PEDRO PADILHA DIAS VỸ KASIKE NOMRE RS TY MUR KỸNĨ, KURĚ TỸ 29, PRYG TỸ 1962 KÃ. KANHGÁG VÃ, TI KRÃ VỸ 24 KE JÃ, ŨN GRÉ TA 7 KE KAR Ũ TĚTY TA 16 KE. PEDRO VỸ TỸ 14 KÃKE KE NĨ, TI TA GĨR KÃ VỸ RỸGJA KÃMĨ, RÃNH RÃNH KÃ TĨN KA NĨ. TI TỸ TI NỸ FAG KÓM NĒNŨ MÃNJĚ, JAGY VYR TÓG TI ESTUNA KEJĚ, TI KANHRÃN JA VÃ TA 4° SĚRI NĨ, RONA KE TỸ 5 HAN KA NĨ, SĚRI PIR KI. KA VÃ ESTUNA KEMÃN TŪG MŨ, KA VỸ RÁGJA KI RÃNH RÃNH MŨ SER. TI PRYG TỸ 17 KERA TI PANH VỸ VASĚN MŨ, NE TŪ KI. KA TI KRÃ VỸ ASARINHRĚN MŨ, KỸ TI KRÃ VÃ JAG MỸ PIPIR MŨ, NĚ NĒNŨ NÓN. KỸ VỸ NONOAI RS TY NĨJ VYR, TY VỸ PRŪG KA, GA E NĨ, KỸ NĨG HÁ HAN KANĨ NĨ. PRYG TỸ 1995 KÃ AG VÃ ARNEIA KE VYN MŨ, FÓG AG TA KRI NỸTĪ TĪ. ĚMÃ ĀN TY KAR VỸ AG MRĚ NÃN KE VYN MŨ GĚ, NONOAI TY, KANHGÁG AG NÃN MAG VỸ TỸ 19 EKITARI NĨ. TI TỸ NONOAI TY TỸ PÃI NĨN KÃ TI GA VỸ 70 EKITARI NĨG TI TRATOR MỸ KETI, KỸ VÃ NĨG HÁHAN KA NĨG TI. HÃRA TA TI PRŪ FI MRĚ JAG TŪJŪ KA JAGTOGVÃNH MŨ, KỸ TI GA VÃ FI MỸ NỸTĪG KÃN MŨ, TI TỸ RÃNHRÃNH KA VYN JA TI VÃŨ. PRYG TỸ 2004 KÃ AG VỸ PALMAS PR RA TI JĚ NĚG MŨ, HÃRA TY NĨ KI PRYG PIR (1) KAR TI KUJU TĨN HAN MŨ. PRYG TỸ 2006 KÃ VỸ TOLDO PINHAL SEARA SC, RA TĪ MŨ, KANHGÁG AG MRĚ GA VYN JĚ, HÃRA VỸ TY TI MỸ HÁ NĨ, KA VỸ KI KRY KE MŨ SER. KA TỸ KI KANHGÁG FI MRĚ JĚG MŨ, ARCELINA MUFEJ DA SILVA FI. TI KRĚ VỸ PIR JĚ. TI TỸ KANHGÁG AG JAGFŪVĪ KAMÃNKA AG VÃ TI TỸ KAPITŪ HAN MŨ, PÃI HÁ TỸVĪ VÃ. KOMŪNĪNANE KI. PEDRO MỸ HÁ TAVĪ TỸ TĪ, KÓFA AG KANHRO TI: HÁ TAVĪ TỸ NĨ, MỸR ĚG TỸ VIN HAN JĚ, ĚG TỸ ĚG KRÃ MỸ TUGTÓ JĚ KE TA TĪ.

(Tradução para língua Kaingang: Daniel Cadete)





## ***Macimino Mariano de Moraes***

Macimino Mariano de Moraes é índio Guarani, nasceu na Terra Indígena Aracaí, localizada nos municípios de Cunha Porã e Saudades/SC, em 1922. Quando tinha oito anos de idade, os índios foram obrigados a sair dessa área e passaram a morar em Pinhalzinho, no município de Planalto/RS.

No ano de 1999, Macimino juntamente com os demais membros da comunidade Guarani, deslocaram-se para o Toldo Chimbanguê. A aldeia ainda estava em processo de demarcação, então o povo Guarani ajudou os Kaingang na reconquista dessa parte do seu território tradicional e se instalaram provisoriamente em um pequeno espaço dela.

No período de luta pela terra, Macimino não exerceu função na liderança, mas ajudava muito seu povo. Relembra e mantém claros em sua memória os acontecimentos vividos quando foram expulsos de sua terra tradicional.



Aprendeu a manipular ervas medicinais, preparar os chás naturais e ajudar na cura de diversas doenças do seu povo. Pratica as rezas e os rituais da cultura Guarani. Anseia e está se preparando espiritualmente para ser o pajé do seu grupo.

Seu Macimino diz ter aprendido muito na convivência com os mais velhos e hoje é sua a responsabilidade repassar os conhecimentos às gerações presentes. Em seus relatos orais, Macimino diz que hoje é muito difícil transmitir o que aprendeu para as novas gerações. Relata que antigamente, quando os mais velhos contavam histórias ou rezavam, as crianças e jovens prestavam muita atenção, levavam tudo muito a sério. Hoje, os jovens indígenas dão menos importância à sua cultura. Lamentando-se, diz que o que mais lhe entristece é ver o índio perder sua cultura, deixando de viver as suas práticas e costumes. Fica triste devido à discriminação e ao preconceito, e mais ainda por viver fora de sua terra tradicional.

Hoje Macimino está com 94 anos. É viúvo de Maria Cecília Barbosa Kerexu, que desempenhou a função de professora na Escola Fen'nó. Mora na TI Toldo Chimbangue e é a pessoa mais velha da comunidade Guarani. Ainda espera poder retornar para a sua terra tradicional, a TI Araçaí, antes de morrer:

*“Nós temo muito sofrido até hoje, desde 1922 que eu nasci, me conheci por gente, até hoje temo sofrido. Nunca tivemos a nossa terra, pra dizer que temo a nossa terra original é só lá no município de Saudade, que é nosso lugar, onde eu nasci. Lá é minha terra natal! Porque a gente não suporta... O sentimento que a gente tem pelos povos, não é só para um, é para todos. Por isso eu sinto dentro de mim que enquanto tô vivo a gente continua lutando, vai lutar, e quando der certo [a demarcação da TI do Araçaí], nós vamos fazer uma festa muito grande! Nhanderú irá resolver tudo por nós!”*



**Maria Cecília  
Barbosa Kerexu**

*(in memoriam)*

Maria Cecília Barbosa, indígena Guarani de nome Kerexu, nasceu em 1º de maio de 1960 em Planalto/RS. Filha de Carmelinda de Oliveira e Clementino Barbosa, teve nove irmãos e quatro irmãs. Casou-se com o *Karaí* Macimino Mariano de Moraes, com quem teve dois filhos, Marcos e Marciano, sete netos e um bisneto. Juntos moravam na Terra Indígena Guarani do Araçaí, de onde Macimino é natural e de onde foram expulsos, refugiando-se em Capão Alto, na TI Nonoai/RS, sendo que pouco tempo depois foram novamente desalojados.

Depois de algumas conversas com o Cacique da TI Toldo Chimbanque, Idalino Fernandes, conseguiram um lugar para morar provisoriamente enquanto aguardavam a regularização da TI Araçaí.

Maria Cecília fez o mestrado indígena *Kua'a Mboé*, se formando em 2010. Logo em seguida começou o curso de Licenciatura Intercultura Indígena do Sul da Mata Atlântica na Universidade Federal de Santa Catarina, no qual se formou em 8 de abril de 2015. Foi professora por aproximadamente doze anos, lecionando do 1º



ao 5º ano e também nas séries finais da Escola Fen'nó. Ministrava a disciplina Língua Guarani, sua língua materna.

Faleceu em 8 de setembro de 2015, ainda aguardando junto com o povo Guarani a finalização do processo de demarcação da TI Araçaí, tão sonhada e aguardada por ela. Ela esteve presente em todas as lutas desse processo, com seu carisma e sua doçura tão característicos.

Incluímos a seguir a apresentação que a própria Maria Cecília escreveu para o seu TCC no Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC, que intitidou *Vida do pássaro, o canto e a dança do Tangará*:

“Meu nome é Maria Cecília Barbosa Kerexu e há 14 anos trabalho como professora na Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó. Desde 1999, moro na Terra Indígena Toldo Chimbanguê, no Município de Chapecó, na qual vivem Guarani e Kaingang. Todos nós da comunidade vivíamos antes na área indígena Pinhalzinho, no Município de Planalto, no Rio Grande do Sul. Nós Guarani estamos provisoriamente na TI Toldo Chimbanguê aguardando o ministro da justiça definir a demarcação da TI Araçaí, no município de Saudade e Kunha Porã (SC). Nós Guarani vimos sofrendo desde 1996, lutando para que nossa terra mãe seja demarcada e para que os nossos filhos e netos futuramente venham crescer na terra onde nossos avós morreram e a qual deixaram para nossos futuros filhos, netos e bisnetos.

Na época em que Pedro Barbosa era cacique Guarani, ele organizou seu povo para fazer a retomada do Araçaí, que teve lugar na data de 19 de junho de 1999. Porém, no mês de outubro fomos despejados por policiais por ordem de um juiz de Chapecó. Um ônibus no local levou todos nós à TI Nonoai/RS, onde nos soltaram no meio de um potreiro de gado, tratando-nos como se fôssemos animais. Naquele momento tinha até crianças desmaiando de fome, uma das quais era meu filho, que tinha quatro anos de idade. Eu também fui agarrada pelos braços pelos policiais e levada no ônibus à força.



No dia 19 de outubro de 1999, viemos para a TI Toldo Chimbanguê em Chapecó, para que a comunidade pudesse ficar mais junto ao processo da demarcação da TI Araçaí. O cacique Kaingang Idalino da Veiga cedeu um pequeno espaço para nós acamparmos provisoriamente durante dois anos. Aí o tempo foi se passando e chegou esse prazo; novamente as lideranças Kaingang e as Guarani sentaram e fizeram outro contrato para os Guarani permanecerem acampados na TI Toldo Chimbanguê até sair a demarcação da a nossa TI Araçaí.

Hoje temos um espaço pequeno na TI Toldo Chimbanguê para nós da a comunidade Mbya Guarani plantarmos, para nosso consumo, alimentos como mandioca, batata doce, milho ou feijão. Temos casas de madeira cobertas de brasilita, com água encanada e tratada. Criamos galinha, suíno, bovino, gato, cachorro. Na nossa aldeia tem tanto congregação evangélica como Casa de Reza, *Opy* em Guarani. Temos profissionais que trabalham na comunidade, dentre os quais as lideranças, como o cacique ou o capitão, e agentes indígenas de saúde e de saneamento.

Temos uma pequena escola de onze metros de comprimento por oito metros de largura, com uma sala multisseriada de 4º a 5º ano que hoje não está funcionando por a nossa terra não estar demarcada. Esse espaço pertence à terra Kaingang, por isso foi feita uma reunião na qual se entrou no acordo de colocar os alunos Guarani na escola Fen'nó até termos nosso espaço próprio. Assim, desde 2012, nossos alunos estão estudando nessa escola. Nós temos cultura e costumes diferentes. Tem alguns dos nossos alunos Guarani que não se adaptaram ao ambiente da escola. No momento do lanche e em sala de aula, assim como nas brincadeiras, eles são tímidos. Eu falo que temos de respeitar as diferenças culturas de cada povo. Em nosso redor existem muitas coisas diferentes, como a forma de falar as línguas, modo de viver, modo de ser, a alimentação, a forma de trabalhar, a preparação do solo, os rituais, a forma de se respeitar uns aos outros, a forma da organização social da comunidade e a forma de estudar na escola. Nosso território é um lugar de nós indígenas convivermos e a convivência se dá pescando

pelos rios, caçando na mata, confeccionando artesanatos, em danças, cantos e rituais.

Eu nasci em Nonoai/RS. Meus pais foram Clementino Barbosa e Carmelinda de Oliveira. Somos setes irmãos e quatro irmãs do mesmo pai e mãe, além de mais dois irmãos que são filhos do primeiro casamento do meu pai. O nome deles é Antônio Barbosa, Pedro, João, Miguel, Elza, Alcindo, Natalina, Volmir, Neusa, Alevino Barbosa e Albino Barbosa. Eu me casei e tive um filho com o primeiro esposo, Marco Mariano de Moraes. Depois de nos separarmos, me casei com meu segundo marido e tive um filho, que tem o nome de Marciano Mariano de Moraes e é meu caçula. Eu e meus familiares viemos para a TI Toldo Chimbanguê em 1999.

Passei a ser professora para dar aula quando fui indicada pelas lideranças e comunidade Mbya Guarani no ano de 2000. Assim comecei minha carreira em sala de aula. No primeiro ano, tinha 26 alunos na escola Guarani. Nessa época, não tinha prédio escolar: as aulas funcionavam em uma casa coberta de lona preta e as crianças estudavam sentadas no chão batido em cima de uns pedaços de papelão. Começamos do zero, sem material escolar, e enfrentamos muitas dificuldades. Ainda não tinha formação para capacitação de professores indígenas. Foi só no ano de 2003 que fui chamada para o curso de formação para professores indígenas no magistério intercultural bilíngue em Rodeio, no município de Timbó/SC. Depois a formação continuou em Governador Celso Ramos por mais cinco anos e no final foi num hotel de São Francisco do Sul/SC. Em 2010 fiz a prova de vestibular e ingressei no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, que quero finalizar com este Trabalho de Conclusão de Curso que trata da vida do pássaro, do canto e da dança do Tangará.”



## *Rosa de Paula*

Rosa de Paula é filha de Maria de Paula e Manuel de Paula. Nasceu em Alto Recreio, no município de Serrinha/RS, no dia 20 de janeiro de 1950. Por lá as coisas não deram muito certo e, com a sua família, passou então a morar em Nonoai/RS. Posteriormente, Dona Rosa foi morar no Toldo Chimbanguê, somente porque seu esposo resolveu se aventurar e trazer toda a família junto. Eles participaram da retomada da TI Chimbanguê II e, embora ela diz que nunca participou do grupo de lideranças, na sua memória está gravado o período de luta pela terra. Hoje ela é viúva e cuida dos netos.

Conta que sabe fazer peneira, balaio, tuia e cestas, além de outros artesanatos de origem Kaingang. Ela diz que aprendeu com os outros índios da aldeia, especialmente com Seu Augusto Rodrigues e sua esposa, os quais atualmente vivem na TI Kondá e também participam da Ação Saberes Indígenas na Escola. Ela lamenta que muitos dos mais novos hoje em dia já não se interessam em aprender o artesanato.

Ressalta que sua alimentação era ótima em tempos passados, pois comiam somente alimentos extraídos da natureza. Alimentava-se de *kumim* (mandioca braba), fuá, milho assado na folha de caité na companhia de *kumim*. Ainda hoje cozinha muito bem, nas ações da escola sempre é convidada para ajudar no preparo das comidas tradicionais.



Maria Celestrina nasceu no dia 29 de junho de 1929, na Linha Chapada, município de Seara. Ela é filha de Conceição de Souza e de Gregório Rodrigues, porém não chegou a conhecer o seu pai, pois ele foi morto por um trigre antes dela nascer. Assim, ela acabou nascendo fora da aldeia, mas retornou porque as lideranças foram buscar a família na Chapada, que é onde hoje é o Toldo Pinhal. Atualmente vive na TI Toldo Chimbanguê, próxima a seus familiares. É viúva e tem sete filhos, um deles Juvenal Antunes, hoje também ancião do Chimbanguê.



**Maria Celestrina Rodrigues**

Dona Maria Celestrina foi irmã do Cacique Pirã. Ela diz que desde criança ele sempre foi teimoso. Diz também que nunca fez parte da liderança no período de luta, mas se recorda que, no começo, as lideranças avisavam as pessoas para as reuniões, nas quais tinham que se fazer presentes, mesmo com chuva. Conta que voltava das reuniões pela beira do rio para evitar os ataques dos brancos.

Dona Maria Celestrina tem conhecimento no manuseio de ervas medicinais. Também aprendeu diversos tipos de trançado, com seus pais. Relata que no tempo de seus avós não conhecia hospital.

Dona Maria já transmitiu seus conhecimentos para muitos jovens, mas fica muito triste porque a comunidade indígena não vive mais como antes:

*“Antigamente todos se respeitavam. Hoje em dia ninguém respeita ninguém, é cada um por si, não se respeita mais a cultura, somente a dos brancos, e ninguém mais gosta de trabalhar coletivamente.”*

Dona Maria gosta quando os jovens procuram os conhecimentos dos antigos: gosta muito de ver os jovens buscarem saber como foi sofrido para poder ter a terra de volta.



*Juvenal Antunes*

Juvenal Antunes nasceu em 20 de agosto de 1950, onde hoje é a atual Terra Indígena Toldo Pinhal. Filho de Maria Celestrina Rodrigues e Lorenço Antunes, forasteiro vindo de Arabutã/SC. Chegou à TI Toldo Chimbangue I em 1984, com o auxílio da FUNAI e do CIMI, para colaborar com a luta pela terra.

Participou ativamente de todo o processo de reconquista, juntamente com sua esposa Dona Paulina. A partir de 1994, participou ativamente na disputa da terra da antiga Sede Trentin, que hoje é reconhecida como Toldo Chimbangue II. Tudo começou quando juntamente com Seu Juvenal, um grupo de indígenas Kaingang montou um acampamento próximo ao cemitério da Sede Trentin. Depois de muitas negociações entre os Kaingang, a FUNAI, o CIMI, o Ministério Público e também colonos contrários aos indígenas — os conflitos foram intensos—, a terra foi reconhecida como indígena e então legalizada para que os agricultores fossem indenizados e a deixassem.

Juvenal Antunes e sua esposa Paulina possuem grande conhecimento sobre plantas medicinais e são mestres em artesanatos indígenas, que ainda fazem no dia-a-dia e comercializam. Seus conhecimentos são transmitidos para aqueles que os procuram e demonstram interesse em aprender. Hoje o Sr. Juvenal está aposentado, mas ainda realiza atividades de agricultura de subsistência, é conhecido por ser brincalhão e sempre aparece disposto a repassar seus conhecimentos aos mais novos.

Paulina Antunes, que tinha como sobrenome de solteira Fortes Candóí, nasceu em 13 de dezembro de 1958, na Terra Indígena Votouro, no município de Benjamin Constant do Sul, no Rio Grande do Sul. Tem sete filhos naturais e dois adotados, 13 netos e tem até um bisneto.

Tinha apenas três anos de idade quando sua família chegou no Toldo Chimbangue, que na época já havia sido tomado pelos colonos. Durante o período de luta pela reconquista da terra,

Dona Paulina esteve sempre junto, inclusive, acompanhando Dona Ana da Luz, Fen'no, sua tia, nas viagens de reivindicações. Ela conta que foi criada por Dona Fen'no, com quem aprendeu muito. Naquele período, seu pai não era uma liderança de nome, mas posteriormente chegou a exercer a função de vice-cacique. Recorda que, nos tempos de luta, viviam na beira do rio Irani, em casas com cobertura de folhas de palmeira.

Dona Paulina domina diversos tipos de práticas da cultura. Diz ter aprendido com Dona Ana da Luz o manuseio e, hoje, muitas dessas práticas seu filho João Batista Antunes tomou gosto por fazer, se apropriou delas e também as produz. Além de ser artesã, ela também tem grande conhecimento de ervas medicinais.

Dona Paulina diz se entristecer com algumas pessoas que tem tendência a promover a desunião e negam as próprias origens. Muitos não querem trabalhar em grupos, acabando assim a coletividade, que era uma marca forte da cultura Kaingang.

E finalmente fica feliz quando, a partir da escola, os alunos são instigados a buscar o conhecimento das histórias e lutas das pessoas mais velhas:

*“É importante o Kaingang estudar, mas que seja sempre para defender seu povo”.*



***Paulina Antunes***





**Ana da Luz Fortes  
do Nascimento**  
*(in memoriam)*

Dona Ana - UMA GUERREIRA – nasceu em 08 de setembro de 1898, no município de Chapecó. Seu nome Kaingang é Fen'nó, que tem como significado guerreira. Em homenagem, foi esse o nome dado à escola do Toldo Cihimbangue.

Dona Ana teve sete filhos com o seu marido João da

Veiga: Sebastião, Antonio, Maria, Leandra, Iracema, Armerena e Laudelina. Desde o seu nascimento viveu onde é hoje o município de Chapecó. Não estudou, porque durante sua infância não existia escola.

Na época de luta pela demarcação do território do Chimbangue, os Kaingang correram risco de morte pela opressão policial e pela ameaça dos colonos, que chegavam armados às proximidades das aldeias onde os Kaingang viviam antes da demarcação.

Dona Ana viveu com os colonos da região, trabalhando como agregada nas propriedades de Arno Siemer. A sua família foi bem tratada por eles e muitas vezes recebeu mais partes da produção do que o combinado.

Dona Ana foi uma incansável guerreira, a matriarca da comunidade do Toldo Chimbangue, que fez frente a muitas lutas para a reconquista de seu território. Fez greve de fome, praticamente morou em Brasília por três meses para pressionar o governo. O presidente José Sarney foi quem assinou o decreto que garantiu a posse da terra aos parentes de Fen'nó. Hoje todos lembram sua história e consideram-na uma heroína. Ana faleceu no dia 07 de março de 2014.

Sebastião da Veiga é filho de Ana da Luz Fortes do Nascimento e João Maria Justino da Veiga. Nasceu em 17 de novembro de 1950. Seu nome em Kaingang é Kójónh, que significa periquito.

Natural de Toldo Chimbanguê, Sebastião ressalta que nasceu no chamado Toldo dos Índios, porém de acordo com suas recordações, ainda durante sua infância, sua família foi obrigada a morar na barranca do rio Irani.



*Sebastião da Veiga*

Durante o período de luta pela reconquista do território tradicional do Chimbanguê, Seu Sebastião acompanhou todo o processo sem ser uma das lideranças. Porém, após a reconquista, foi cacique por oito anos, deixando o comando da comunidade Kaingang no ano de 1994.

São várias as recordações do período de luta. Uma que é profundamente marcante foi quando os colonos puseram fogo no rancho do cacique Francisco Marcelino, na tentativa de intimidar o povo que estava se reorganizando para a luta.

Com os velhos Kaingang, Seu Sebastião teve muitos aprendizados, dentre eles a confecção de artefatos culturais, bem como as leis e normas da cultura do povo.

Sebastião angustia-se quando fala sobre a escola do período em que a frequentou. Diz que a mesma fez com que muitas vezes negasse sua identidade, porque sofria com discriminação e preconceito.

Atualmente, Sebastião da Veiga sente-se entristecido com a falta de práticas culturais, com a perda dos direitos. Expressa que as lideranças deixaram de seguir as normas culturais, influenciadas pelas leis dos brancos e dessa forma fugiu-se dos costumes tradicionais.





## *Laudelina da Veiga*

Laudelina da Veiga nasceu no ano de 1954. Seus pais são Ana da Luz Fortes do Nascimento e João Maria Justino da Veiga. Conta que nasceu e sempre morou no Toldo Chimbangue, pois gosta de morar nesse lugar.

Uma coisa que gosta de praticar da sua cultura é fazer alimentos típicos como *fuva* (fuá), *kumi* (cumim) ou *pyrfé* (urtigão), dentre outros. Não gosta de comer comida industrializada, come mais os alimentos do mato. Aprendeu com seu pai e sua mãe, pois comiam muito esses alimentos.

Dona Laudelina sempre está tentando resgatar a história da luta pela demarcação da Terra Indígena, que foi sofrida, mas que acabou em conquista. Além disso, ela ensina também os seus netos a preparar comidas saudáveis e remédios caseiros que são típicos da sua cultura.

O que entristece Dona Laudelina é que está tudo muito misturado, índio com não índio, mestiçando a nova geração, e também que ninguém respeita as leis da aldeia. Quando acontecem coisas erradas, as pessoas não são punidas como deviam. As lideranças passam a mão por cima dos erros dos outros.



Dona Laudelina guarda na memória, que se mantém viva, a luta e o sofrimento que sua mãe e família passaram para conquistar as suas terras. Ela diz que foram muito ameaçados, com armas de fogo, por policiais e colonos, mas que eles não tinham medo e enfrentavam a cavalaria da polícia. Diz que, sem lugar para morar, foram para a beira do rio Irani se alojar. Relata que um colono, vendo a situação em que estavam, ofereceu um lugar para eles morarem, um paiol que ficava no potreiro, porém, para sobreviver, tinham que trabalhar para ele. Tudo o que produziam era dividido ao meio. Assim ficaram trabalhando muito tempo.

Contudo, conta Dona Laudelina, passado esse tempo, um dia seu pai pegou sua malinha de roupa e foi até Xapecozinho para procurar abrigo. Então o cacique de lá negou a moradia para ele, pois queria que lutasse pela sua terra. Triste, voltou para casa.

Dona Laudelina lembra que sua mãe, que era muito corajosa, dizia que eles não tinham o conhecimento necessário para ter chance de conquistar oficialmente suas terras. Todos ficaram tristes. Mas um dia, enquanto estavam trabalhando, avistaram ao longe um grupo de pessoas não índias que iam ao seu encontro. Queriam ajudar na luta pela terra. Eles faziam muitas perguntas para sua mãe e anotavam tudo no caderno. Com o auxílio dessas parcerias, após quinze anos de luta, a terra foi reconquistada.

Muitos índios de outras aldeias ajudaram a lutar pelas terras. Vinham muitos ônibus lotados de índios para acampar nas terras dos colonos. A mãe de Dona Laudelina viajou por muitas cidades e estados em busca de apoio. Sempre tomava a frente para conversar com os homens cheios de conhecimentos.

Após anos de luta e sofrimento, nos quais tiveram que passar fome para conseguir os seus direitos que lhes foram tirados, conseguiram a demarcação das terras. Uma coisa importante que Dona Laudelina lembra que sua mãe falava é que todos precisavam das terras para morar, seus filhos, netos, noras, genros, e as gerações futuras. Conta Dona Laudelina que a sua mãe não pensava só no agora, mas sim no futuro, pensava até em quem não tinha nascido.

Dona Laudelina valoriza muito os jovens que buscam resgatar a história dos índios, do que eles passaram, aqueles que sabem valorizar a cultura Kaingang e se orgulham de quem são, pois somos índios guerreiros e não devemos desistir dos nossos direitos.



## *Augusto Rodrigues*

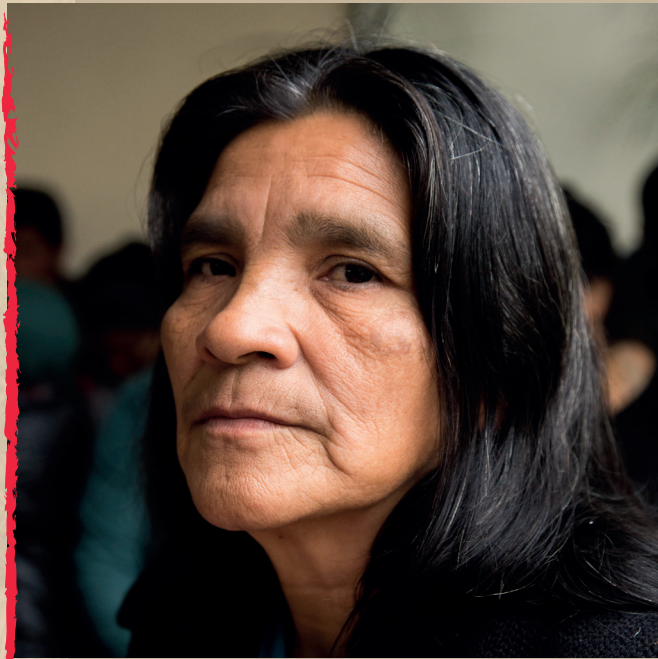
Augusto Rodrigues nasceu no dia 10 de maio de 1946 na aldeia indígena Palmerinha, em Nonoai/RS. Seus pais são Seu Pedro Rodrigues e Dona Giloca Salvador. Em 1998 chegou na Aldeia Kondá, sendo o primeiro vice-cacique da Terra Indígena. Tem oito filhos. Diz Seu Augusto:

“Tudo que a gente fala é para não perder o costume, a tradição. O nosso modo de viver. Nada impede de nós sermos os Kaingang, de nossos parentes serem os Guarani, nada impede. O que impede muitas vezes é a política. A luta é para amar a todos, buscar conquistar um espaço para o povo Kaingang”.

(GUNH TO) VỸ KURĂ TỸ 10 MÊS TỸ MAIO, PRỸG TỸ 1946 KĂ MUR JÉ Nĩ, NONOAI/RS TY ĚMĂ Sĩ TỸ PALMERINHA TY. TI PANH JYJY HĂ VỸ PEDRO RODRIGUES JĂVO TI MỸNH FI JYJY VỸ TỸ GILOCA SALVADOR KE MŨ, PRỸG TỸ 1998 KĂ TÓG KANHGĂG JAMĂ TỸ RA KĂTĩ MŨ, TỸ TÓG PĂ,I MÁG TỸ VICE CACIQUE JÉ Nĩ GA TAG KI. TI KRĚ VỸ 8 KE JĚ, “ Ě G TỸ NÉN TÓJ KĂN HĂ NỸ TỸ VĂSỸ ĚG SIAG TỸ NÉN FĂ ĚN TUVĂJ KE TŨ Nĩ. NE PI ĚG KU TĂN ĚG TỸ KANHGĂG Nĩ SOR KỸ, HĂ RA KEJĚN FÓG JYKRE HĂ TỸ ĚG KUTĂN Tĩ.

(Tradução para língua Kaingang: Celestiel Kri da Silva e Cleia Salvador)





## *Marilene Feliciano*

Marilene Feliciano nasceu no dia 14 de maio de 1964 na cidade de Chapecó, em um pavilhão ao lado da igreja matriz, onde segundo ela foi enterrado seu umbigo. Aos seus nove anos, sua família deixou Chapecó para viver na aldeia de Chapecozinho, no município de Ipuçu. Aos seus doze, sua família voltou para a cidade de Chapecó, trabalhando, sobretudo, com artesanato.

Aos 17 anos, casou-se com Pedro Gará Salvador. Quando tiveram o primeiro filho, Francelio Salvador, se mudaram para a aldeia do Toldo Chimbanguê, onde também trabalharam na roça, plantando e criando animais domésticos. Alguns anos depois, retornaram à cidade de Chapecó e reencontraram as suas famílias, que estavam morando em espaço cedido por Dom José Gomes. Viviam debaixo de barracas de lona no centro da cidade de Chapecó.

Numa das suas palestras durante os Grandes Encontros Kaingang da ASIE SC, Dona Marilene deu o seguinte depoimento\*:

“Nós temos que lutar até morrer! Para resgatar novamente o nosso direito, a nossa cultura! É só nós se unir, porque nós temos uma barreira tão grande para derrubar! Nós temos uma onça tão grande para derrubar! E temos



que lutar, temos que ser um vencedor! O índio nosso ele luta até vencer! Ele luta até morrer! Os índios Kaingang são muito poucos habitantes no Brasil. Eu me lembro dos 500 anos de resistência. Os índios foram massacrados, sofreram, mas até aqui ainda existem índios para lutar pelo seu direito.”

\* Como parte da tese de doutorado *“Se nós não fosse guerreiro, nós não existia mais aqui”*: *Ensino-aprendizagem de línguas para fortalecimento da luta guarani, kaingang e laklãnõ-xokleng*, desenvolvida no âmbito da ASIE SC, e defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, em 2017, por Carlos Maroto Guerola, o registro audiovisual deste depoimento encontra-se disponível em: <<https://vimeo.com/202544939>> (Senha: asiesc)

MARILENE FI VỸ 14 TỸ MAIO KÃ MUR JA NĨ, PRỸG TỸ 1964 KÃ, ĘMÃ TỸ CHAPECÓ KI, ĨN MÁG Ũ KRĚM PĚNÉR TỸ DOM JOSÉ GOMES TỸ NĨGNĨ KÃ, FI TỸ PRỸG 9 RA FI TÓG FI NỸ FAG MRÉ KANHGÁG GA TỸ CHAPECOZINHO RA TĨ MŨ, ĘMÃ TỸ CHAPECÓ TOVÃNH KỸ. FI TỸ PRỸG TỸ 12 RA FI TÓG FI NỸ FAG MRÉ CHAPECÓ RA VỸN KE MÃN MŨ, VÃGFY MRÉ KE JÉ. FI TỸ PRỸG TỸ 17 RA FI TÓG PEDRO MRÉ JĚG MŨ, FAG TỸ JAG MỸ KRĚ VE HAN KAR FAG TÓG KANHGÁG GA TỸ SE MÁG (CHIMBANGUE) RA MŨ MŨ. TÁ FAG TÓG ĀKRĀNKRĀN KAR VÃ'ŶN MŨ. FAG JAGNĚ MỸ KRĚ TỸ 4 KE RA FAG TÓG CHAPECÓ RA KÃ MŨ MÃN MŨ, KI FAG TÓG FAG ANHKÃ KAR VIGVÉG MŨ, PĚNÉR TỸ FAG MỸ GA SĨ VE JA KI FAG TÓG NỸTĨ, ĨN TỸ RŨNỸ KRĚM.

(Tradução para língua Kaingang: Celestiel Kri da Silva e Cleia Salvador)





## *Pedro Gará Salvador*

Pedro Salvador, de marca *Kamé* e nome indígena Gará, que significa terra demarcada, nasceu em 28 de setembro de 1960 na Aldeia de Bananeira/RS. Com dez anos deixou sua família para conviver com os fazendeiros no interior do município de Trindade do Sul, para trabalhar nas lavouras em troca de alimento para se sustentar.

Trabalhava para o fazendeiro Danilo Piti em Colonia Nova, no Rio Grande do Sul. Aos 16 anos voltou para a casa onde os pais moravam, começou a trabalhar com artesanato e, aos 20 anos, chegou à cidade de Chapecó. À sua chegada encontrou algumas famílias Kaingang e conheceu uma moça, Marilene Feliciano, com quem logo se casou para construir uma família.

Junto com outras famílias, começaram a procurar os direitos para adquirir um espaço em Chapecó onde poderiam viver, porque sabiam que antes da formação da cidade já existiam índios Kaingang lá. Ele lembra que aprendeu a fazer artesanato com sua avó e diz:

“Naquele tempo atrás, nós não sabia o que era documento. A minha vó vendia os balaios dela e perguntavam pra ela: ‘Tem documento? Eu não tinha documento, o meu documento era meu balaio.’ Para Seu

Pedro, hoje os povos indígenas não têm valor para a sociedade. Ele diz estar sentido por isso e diz que agora tem documento, que foi dado a ele pelos brancos porque querem que os índios vivam como eles: “Eles não entendem... Mas não somos capazes de viver como eles.”

PEDRO VỸ 28 TỸ SETEMBRO KĀ MUR JA NĪ, PRỸG TỸ 1960 KĀ,  
GA TỸ BANANEIRA TÁ, ĚMĀ TỸ NONOAI TÁ KE VĚ (RS), TI TỸ  
PRỸG 10 RA TÓG ĚMĀ SĪ TỸ TRIDADE DO SUL TÁ RĀNHRĀJ  
VYR MŪ, FÓG AG MỸ VĚJĚN KATO. FÓG TỸ DANILO MỸ TÓG  
RĀNHRĀJ MŪ, TI TỸ PRỸG TỸ 16 RA TÓG VĚSI KĀ VỸN KE MŪ,  
TI NỸ FAG TO, VĀGFY JÉ, TI TỸ PRỸG TỸ 20 RA TÓG ĚMĀ TỸ  
CHAPECÓ RA KĀTĪ MŪ SER, HĀ RA TÓG KI KANHGÁG JA NĪ, HĀ  
KI TÓG SER TYTĀG Ū FI VE KỸ FI MRÉ JĀG MŪ. KI KANHGÁG Ū  
AG MRÉ TÓG ĚG GA KUNŪNH TO VĀSĀN MŪ, AG TỸ KI NỸTĪG  
PĚ HAN JÉ, MỸR TI KANHKĀ E VỸ MĪ MŪ JA NĪGTĪ SER.

(Tradução para língua Kaingang: Celestiel Kri da Silva e Cleia Salvador)

SÉRĪNH TY TÓG MUR KỸ NĪ, TY NĪ KI TÓG 8 ANO HAN JÉ NĪ,  
KRĚKUFĀR KAR SĚ KO TĪ KI; KAR TÓG ĪN PÉNĪN NÉN Ū KRĀN  
KRĀN TĪ GÉ; GĀR, PÉHO, MATATA KAR MỸN'JÓKA KEGÉ.  
KANHGÁG TỸ TI JYJY VỸ TỸ GARŪ NĪ, PRÉJ KĀMĀ JÉ TŪ TI NĪ  
VER; NĀN KĀMĪ VĚNH KAGTA TỸ VĪN KRON KRON TI TĪ VER TI  
KAGA KỸ; ESCOLA KI TÓG PROFESSOR AG MRÉ RĀNHRĀJ TĪ  
GÉ, “VỸSỸ TÓG; SỸ INH MỸNH FI MRÉ TAG MĪ TĪG NĪ KĀ TỸ NĀN  
TỸVĪ JÉ TĪ, FÁG TỸ SĪNVĪ TĪG NĪ, NÉN Ū KAR TÓG TĪG NĪ; SĚ  
TÓG TŪG VĀNH TỸVĪ TĪG, MỸG MRÉ HĀ, JĀN HÁ HAN ĚG TÓG  
TĪ, HĀRA ĚG TÓG TAKI KIRĪR NỸTĪ, ĚG KRĚ MỸ; KAR SỸ KÓFA  
NỸ KEGÉ, KỸ TAG TU GĪR MỸ GE KE TĪ TI TỸ NĀN TARĪR JÉ.

(Tradução para língua Kaingang: Celestiel Kri da Silva e Cleia Salvador)





## *João Luis Vêngre da Silva*

João Luis da Silva, de nome indígena *Vêngre*, que significa dança dos povos, é da marca *Kanhrú* e nasceu em Tope da Serra/RS, por volta de 1935. No entanto, foi registrado como nascido em fevereiro de 1942. Ele viveu até os oito anos de idade sobrevivendo de pesca e caça. Durante sua vida, teve quatro esposas. Conheceu a última, Dona Maria Sales, na aldeia Kondá, e com ela tem um filho.

Seu João conta que nunca tomou injeção, vacina ou comprimido na vida e só usa remédio do mato para curar doenças. Ele cultivava seu próprio alimento: feijão, milho e mandioca, que planta ao redor da sua casa. Ele participa ativamente das atividades da escola Sape Ty Kó, e também é convidado por outras escolas indígenas para contar suas experiências e repassar seus saberes. Nas suas visitas às escolas, ele conta:

“Naquele tempo que nós vivia com a mãe aqui era tudo mato, que lindo que era! Era pinhão, pinheiro, nós comia tudo bem: mel, caça do mato, e hoje não tem. Tem pouco! A gente fica sentido. As nossas riquezas já foram embora e fi quemso vivendo sofrendo... Vamo ver se nós consegue criar de novo, pros meus netos. Eu já tô de idade, perto da morte, aí tenho que ensinar minha pi lazada, meus netos.”





## ***Maria Sales***

Maria Sales, de nome Kaingang *Po Mág*, que significa pedra grande, é da marca *Kamé*. Nasceu no dia 12 de agosto de 1943, na aldeia Iraí/SC. Teve cinco filhos e duas filhas, quase todos eles com parto natural em casa. O filho mais velho tem mais de 50 anos, mais novo apenas 13. Esse último resultou do seu casamento com João Luis *Vẽngre* da Silva e foi o único a nascer no hospital: “Cortaram minha barriga e nunca mais engravidei”, diz Dona Maria.

Ela é anciã da aldeia Kondá e conhece muito bem os remédios do mato. Ela mesma prepara ervas medicinais. Além disso, ensina sobre as marcas *Kamé* e *Kanhrú* e ajuda as lideranças a planejar o futuro das crianças. Foi uma das participantes da última cerimônia do *Kiki*, em 2008, e diz que agora está muito difícil continuar fazendo: “Agora não tem mais mel, não tem mais mato. Então como que vai fazer?”.

Muitos dos seus conhecimentos ela diz ter aprendido com sua mãe e agora tenta passar para os netos, mas muitas vezes eles já não aprendem:

*“Aprendi tudo com a finada mãe e a vó. A gente aprendeu como cozinhar o remédio do mato, raiz do mato, mostrar como faz, cozinhar e dar para o filho doente. Mas agora, por causa do estudo, eles não compreendem mais, eles saem de manhã, vão estudar e não aprendem mais”.*

A partir da Ação Sabres Indígenas na Escola, Dona Maria participou dos encontros com os alunos contando histórias e repassando seus saberes aos mais jovens.

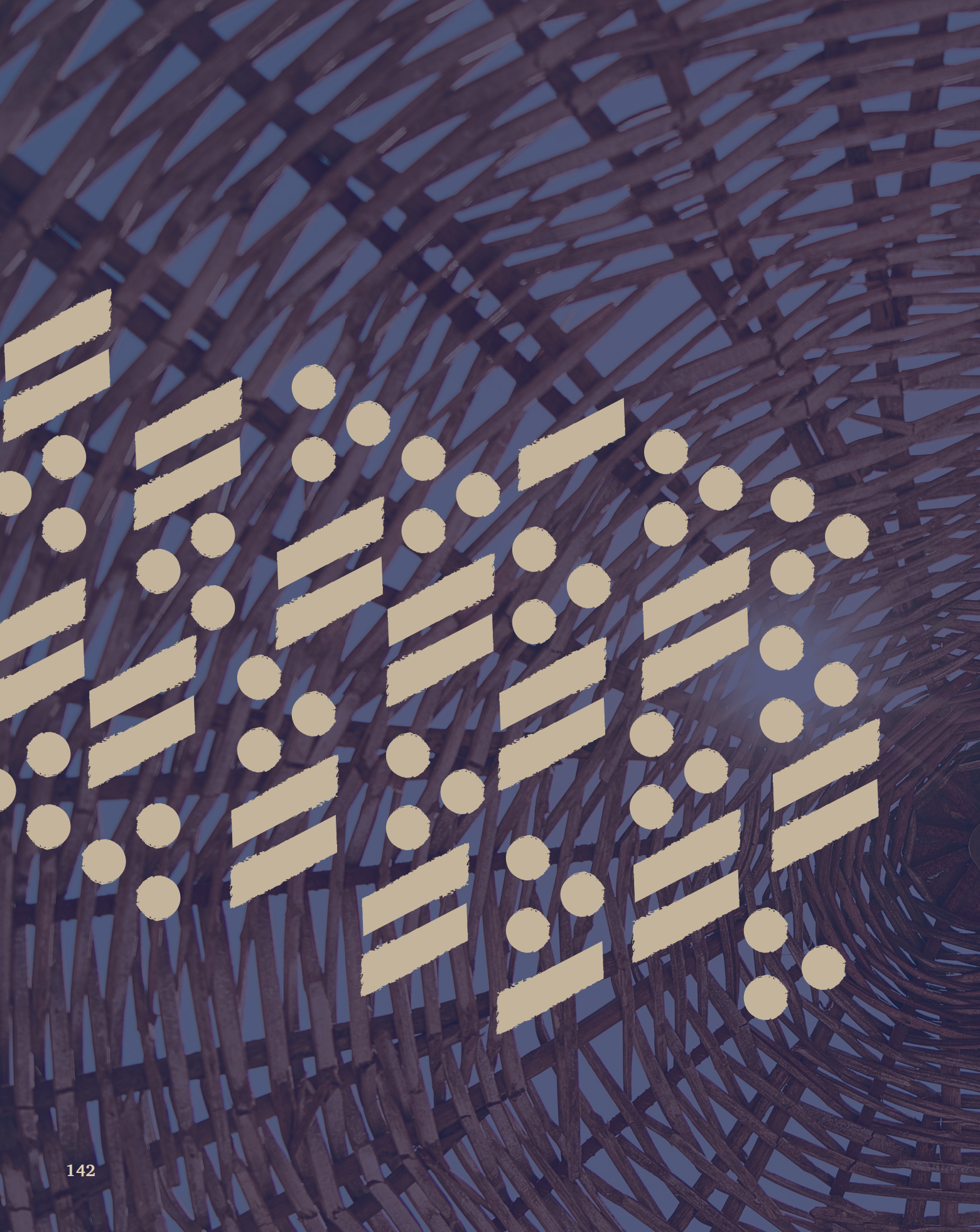
MARIA FI VỸ KURĂ TỸ 12 MÊS TỸ AGOSTO KAR PRỸG TỸ 1943  
KĂ MUR JÉ NĪ IRAI/RS TY FI KRĚ VỸ 5 KEJĚ ŪN TĚTĂ FAG  
RĚGRE KE NĪ, FI ĪN KI FI TÓG KAGA JÉ NĪ FI KRĚ TU. ŪN SAN  
VỸ 50 ANO NĪ, JĂVO ŪN TỸ GĪR TỸ 13 ANO JĂ HĂ; FI TỸ GARŪ  
MRÉ HAN JÉ HĂ VĚ SER. MARIA FI KONDĂ KI TỸ ŪN SAN HĂ NĪ,  
VĚNHKAGTA KAR KINH RA FI NĪ KAR FI TÓG PĂ'I AG JU'NA KE  
TĪ GÉ; GĪR TYTĂG KAR KYRŪ AG GE KEN JÉ. 2011 KĂ FI TÓG  
KUJĂ Ū AG MRÉ KIKI HAN GÉ KONDĂ KI. KANHGĂG JYKRE  
KINH RA MÁG FI TÓG NĪ HĂ KỸ FI TÓG URI FI KRĚ KAR GĪR KAR  
MỸ GE KE TĪ AG KANHGĂG JYKRE SI ĚN TUVĂNH TŪ NĪ JÉ.

(Tradução Kaingang: Celestiel Kri da Silva e Cleia Salvador)



Maria Sales e suas netas, fotografadas por Juliana Okawati.









# REFLEXÕES



“ O desenvolvimento dos trabalhos sobre as ervas medicinais tem sido de grande importância para nós professores e para as escolas indígenas nas quais foi realizada a ASIE. Sabemos que a educação escolar indígena passou por etapas em que nós nos questionávamos “que educação é essa?”, “que escola queremos?”, “que educação queremos?”. No decorrer do processo da escolarização, a escola nunca foi pensada e realizada conforme a realidade e mentalidade indígena Kaingang, pois sempre foi uma educação imposta!

Na Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê e nas demais escolas da Terra Indígena Xapecó, na grande luta pelo respeito e reconhecimento de uma educação específica, bilíngue, diferenciada e comunitária, lideranças e professores sempre trabalharam através de projetos, igual se fez na ASIE. A educação específica bilíngue e diferenciada acontece conforme a realidade de cada povo, com a filosofia de saber, buscar e construir os conhecimentos próprios de cada povo e os universais, e com o objetivo de reconhecer, valorizar e fortalecer cada vez mais a história, cultura e identidade Kaingang. Porém, essa educação ficou restrita à escola e à comunidade, nunca se teve uma proposta, uma política para as escolas indígenas, de produzir e divulgar materiais pedagógicos.

A ASIE para nós professores Kaingang é para nos motivar e dar continuidade aos trabalhos que já eram produzidos nas escolas. Através da ação nos fortalecemos ainda mais, valorizamos ainda mais os conhecimentos de nossos anciões, que precisam ser valorizados. Eles são nossos verdadeiros professores. Um dia não estarão mais entre nós, mas os conhecimentos e a história permanecerá viva para nosso povo. Através desses conhecimentos, continuaremos vivos, fortes, na luta por conquistas, direitos e pelo reconhecimento como um povo com história, cultura e língua próprias que não perdemos nem esquecemos a nossa identidade Kaingang.

Nós, professores Kaingang da Terra Indígena Xapecó, vamos continuar com nossos trabalhos específicos de valorização, resgate e fortalecimento de uma educação bilíngue indígena que quer construir indígenas com mentalidade Kaingang. Que a ASIE possa ser exemplo para os órgãos responsáveis pela educação escolar indígena, para que reconheçam e respeitem a educação própria específica Kaingang, pois somos um povo diferente mas com direito de viver!”

*(Arnaldo Alves de Assis)*



“ A ASIE na escola nos oportuniza poder implementar o que a legislação educacional prevê para nós enquanto povos indígenas. Numa educação específica e diferenciada, as práticas educacionais herdadas de gerações anteriores são de fundamental importância para que nossas crianças indígenas saibam respeitar e valorizar o que os nossos velhos deixam de legado. A confecção e publicação de materiais específicos e diferenciados dessas ações fortalecem e qualificam o sistema educacional único e exclusivo dos povos indígenas Kaingang, assim como sustenta a produção de conhecimento, a leitura e a escrita em diferentes formatos, tanto na língua indígena quanto na língua portuguesa, isto é, em acordo com a realidade da comunidade indígena.”

*(Adroaldo Antonio Fidelis)*

“ Nós queremos com esse projeto que os nossos alunos percebam os mais velhos da comunidade, percebam a riqueza da história, percebam a riqueza da cultura que ainda existe no nosso povo através da contação de história. Porque nós, enquanto professores, nós sabemos que não é fácil fazer um aluno sentar e escutar. Nessa correria do dia a dia, nós sofremos muito com isso. É só assim, através do diálogo, através da experiência, que nós vamos conseguir de fato aprender mais e mais sobre a nossa cultura, que muitas das vezes passa despercebida nessa correria do dia a dia, nessa correria que nós enfrentamos.”

\* Como parte da tese de doutorado “*Se nós não fosse guerreiro, nós não existia mais aqui*”: *Ensino-aprendizagem de línguas para fortalecimento da luta guarani, kaingang e laklãnō-xokleng*, desenvolvida no âmbito da ASIE SC, e defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, em 2017, por Carlos Maroto Guerola, o registro audiovisual deste depoimento encontra-se disponível em: <<https://vimeo.com/202544939>> (Senha: asiesc)

*(Ana Paula Narsizo)*

“ Para mim, educação indígena é tudo o que a criança e o jovem indígena aprendem na comunidade, não se restringindo ao ambiente escolar. Para ser claro, eu vejo a educação indígena como algo que nós indígenas pertencentes a um grupo étnico vivenciamos todos os dias, aprendendo com as crianças, com a juventude, com as mulheres, com os anciãos, com nossas lideranças indígenas e com a natureza, pois desde pequenos somos levados a reconhecer o ciclo da vida, que não deixa de ser um eterno aprendizado. Em vários momentos em que até agora tive oportunidade, tenho falado que a Ação Saberes Indígenas na Escola é mais que uma ação, pois além de proporcionar aos professores indígenas a possibilidade de refletir sobre o

•••

que é e como é a educação na comunidade, deu também a oportunidade de continuarmos reconhecendo o valor do ancião indígena para a educação. Vi nesses momentos todos os envolvidos na educação indígena terem um crescimento muito grande, vi sair da escola a educação, vi a comunidade se aproximar da escola. Espero que continue.”

*(Getúlio Narsizo)*

“

A educação indígena se entendia apenas como educação escolar na visão de muitos especialistas, mas com o decorrer do tempo e de muitos estudos, entendeu-se que a educação indígena acontece desde o nascimento da criança, que traz junto da família conhecimentos de vivência e respeito à sua cultura e à sua organização social. Mas, atualmente, com o contato com o não índio, essa educação está se deixando, as famílias estão se limitando apenas a uma educação universal que para a educação indígena é prejudicial, porque muitos estão deixando de praticar e valorizar a sua cultura e seus costumes. O papel da educação indígena é garantir a valorização da cultura e o acesso às informações da própria história da criança e da história do seu povo. A educação diferenciada é pensada através do Projeto Político Pedagógico, que define que escola se quer e quais os instrumentos que possibilitam atender os interesses da comunidade. Existem diversos fatores que identificam uma educação diferenciada nas comunidades indígenas, como o já citado PPP, que é um dos instrumentos onde colocamos os desejos da comunidade. Fazemos a educação escolar de acordo com a realidade de cada comunidade, direito que se encontra garantido na Constituição de 1988 e na LDB, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Garantindo todo o processo pedagógico da escola, o currículo compõe o todo do fazer escolar e não apenas a organização da matriz onde se abrigam as disciplinas. Do mesmo modo, o PPP se constitui em elemento estruturante da vida escolar e expressa a identidade e o projeto societários. A escola indígena deve refletir o modo de vida a concepção cultural e política de cada povo indígena e as relações sociais que mantém. Composto todos esses requisitos podemos dizer que fazemos da educação escolar indígena uma educação diferenciada e de qualidade. A ASIE vem atender as demandas da escola colocadas e pensadas pela comunidade escolar no Projeto Político da Escola, ajudar a desenvolver ações voltadas à educação escolar diferenciada, valorizando as práticas culturais do povo Kaingang. Nesse projeto dos saberes, os professores e os alunos desenvolvem atividades diferentes que ajudam a melhorar a aprendizagem dos alunos. Oferece aos alunos subsídios de pesquisa que resultem em materiais didáticos em diversas línguas, conforme a situação linguística de cada povo indígena.”

*(Ronelsson Luiz, Clarice Paliano e Roseni dos Santos)*

“ A Ação Saberes Indígenas na Escola proporcionou romper com muros, reconhecendo que as aprendizagens ocorridas fora do prédio escolar não se encontram em livro algum. Possibilitou que os alunos, junto com os sábios da nossa comunidade, construíssem conhecimentos que muitos deles nem imaginavam que existiam, revitalizando a cultura. Um dos pontos mais importantes ocorrido na Ação Saberes Indígenas foi o conhecimento de novas comunidades, o contato, a troca de experiências e a valorização dos nossos sábios dentro e fora da escola.”

*(Daine Lemos)*

“ A educação indígena começa desde o nascimento da criança, na convivência com a família, junto da comunidade: cultura, tradições, costumes e conhecimentos dos mais velhos. É assim que praticamos a valorização da própria cultura. A educação diferenciada ocorre através do projeto pedagógico, onde a escola define os instrumentos que possibilitam atender os interesses da escola e da comunidade. Com a ASIE foi muito bom porque muitos alunos se destacaram nos trabalhos, uns alunos que às vezes não se envolviam nas aulas começaram a se interessar. Os alunos gostaram muito do trabalho com os anciões e dos trabalhos feitos com eles já que muitos não sabiam de todas essas histórias interessantes. Além disso, pudemos fazer muitos trabalhos com saída de campo e aprender na prática.”

*(Elizane Ferreira Doble e Edimara Alves)*

“ A educação indígena diferenciada de que tanto falamos e que tanto queremos é a que nos dá passe livre para trabalhar a nossa cultura dentro da sala de aula com nossos alunos. Porém, hoje ela não está acontecendo de fato da forma que queremos, pois o nosso calendário indígena escolar não é respeitado. Eu me pergunto: como é que uma escola indígena vai ser diferenciada se de fato o diferente é só no papel? Nós professores fazemos a nossa parte na escola, como, por exemplo, trabalhar as nossas danças, a língua Kaingang, os cantos, os artesanatos e as histórias, sempre adaptando os conteúdos curriculares para nossa realidade indígena. O projeto Ação Saberes Indígenas, durante esses dois anos que está na escola, nos aproximou cada vez mais da comunidade, fez com que escola e comunidade trabalhassem juntas, envolvendo os sábios. Com isso aprendemos várias coisas da nossa cultura que já estavam ficando no esquecimento: somos um povo cheio de riqueza e conhecimento. Vai depender de nós, enquanto professores e membros da comunidade, que esse conhecimento passe adiante para as futuras gerações. O sentimento que fica é de missão cumprida, mais uma etapa finalizada com muito êxito, mas não é o final da caminhada e sim o seu começo.”

*(Elisandra Pedroso)*



“ Dentro de uma perspectiva de educação que valoriza a cultura própria de cada povo, que apoia e incentiva os costumes indígenas, como a língua materna, o artesanato e as comidas típicas, aquela que faz com que o indivíduo se orgulhe de sua etnia e queira preservá-la e mostrá-la ao restante da sociedade; aquela que é o reflexo das aspirações de cada povo e tem autonomia em relação ao regimento das escolas não-indígenas, mas que não se isola do saber universal, instiga o aluno a buscar mais conhecimento e o torna um cidadão consciente de seus direitos, deveres e de seu papel diante da sociedade, a ASIE foi muito importante para nós. Obtivemos muitos conhecimentos. O contato com os anciões da comunidade trazendo sua sabedoria muito nos auxiliou e nos motivou a aprimorar as atividades na escola. A ação despertou em nós professores indígenas um protagonismo latente, um desejo de lutar por mais autonomia e fazer uma educação menos teórica e mais concreta.”

*(Maura Fumagalli, Roselei Barbosa e João Batista Antunes)*

“ Educação indígena diferenciada é uma educação como direito que leva em consideração todos os anseios, necessidades específicas sociais e culturais do povo indígena Kaingang, respeita a tradição e as formas de manifestação próprias. Nela, se ensina e se aprende dentro da especificidade do povo, adaptando os ensinamentos às suas necessidades. A escola indígena deve ser conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios. Isso diz respeito tanto ao currículo quanto aos modos de administrá-la. Inclui liberdade de decisão quanto ao calendário escolar, à pedagogia, aos objetivos, aos conteúdos, aos espaços e aos momentos utilizados para a educação escolarizada. A ASIE nos proporcionou momentos de reflexão sobre a educação indígena e sobre práticas pedagógicas diferenciadas. O resgate da sabedoria dos anciões foi importante para nosso trabalho pedagógico. Através dos projetos desenvolvidos dentro da escola adquirimos novas perspectivas para melhor desenvolver os trabalhos com nossos educandos.”

*(Felipe Luiz Montemezzo, Janice Domingos e Vanisse Domingos)*

“ Na educação indígena não existe uma figura única de professor, pois são vários os professores da criança: a mãe ensina, o pai é professor, o mais velho é professor, o tio é professor, o irmão mais velho é professor, e todo mundo é aluno, não há em nossa sociedade um único detentor do saber. Essa prática de socialização com os professores traz para a comunidade uma diversidade de conhecimentos tradicionais na educação, e constitui uma proposta e uma estratégia no processo de aprendizagem e formação do educador e do aluno.”

*(Celestiel da Silva, Ederson Nascimento e Eliel Inácio)*

“ A educação voltada para os povos indígenas, que respeite suas especificidades culturais e procure preservar suas culturas tradicionais deve ser intercultural, bilíngue, específica e diferenciada. A educação *diferenciada* possibilita que o ensino trabalhado em cada escola preserve os universos sócio-culturais específicos de cada etnia; a educação *bilíngue*, que seja ministrada por professores indígenas em escolas indígenas nas aldeias e com programas curriculares definidos pelas próprias comunidades. O uso da língua materna é indispensável para a aprendizagem inicial e a alfabetização. Nós, Adriana, Michele e Marcia, professores da Escola Sape Ty Kó, da Aldeia Kondá, achamos que a Ação Saberes Indígenas na Escola foi muito proveitosa, pois possibilitou a interação entre as escolas e, assim, a troca dos conhecimentos e experiências que foram trabalhadas em sala de aula com os alunos. Outro ponto positivo foi a utilização do conhecimento dos anciãos em sala de aula, com isso quem ganhou foram os alunos e os professores. Através dos conhecimentos transmitidos por eles, achamos que a Ação Saberes indígenas deve continuar, pois, além de ajudar os professores em sala de aula, ela uniu mais as comunidades e aldeias na troca de conhecimento.”

*(Adriana L. Rodrigues, Michele C. dos Santos Borba, Marcia C. N. Rodrigues)*

“ A educação escolar diferenciada consiste em uma educação voltada especialmente para os povos indígenas, valorizando as nossas crenças, a nossa história e a nossa língua. Isso não implica deixar de lado a cultura não indígena, que hoje está muito presente no nosso dia-a-dia, mas ter como base a educação indígena, que deve ser diferenciada e valorizada não só por nós, mas por toda a sociedade em geral. Na ASIE, pudemos notar que a relação entre os nossos povos ficou mais forte, mais próxima e mais unida. Estamos tendo a oportunidade não só de compartilhar nossas dificuldades em relação à educação diferenciada, mas principalmente formas de enfrentá-las fazendo com que ela seja melhor para todos nós. E precisamos continuar unidos dando mais valor à nossa história, aos nossos anciãos que são os principais personagens dela e que representam etnohistoricamente o povo Kaingang. O que é educação indígena diferenciada? É um conjunto orgânico de saberes, valores, hábitos e jeitos que as famílias ainda cultivam como única forma de reafirmar e transmitir a cada geração que reinicia o ciclo de vida nos núcleos familiares a identidade das populações indígenas. A família é o berço da educação, onde se aprende a respeitar os mais velhos, as lideranças, o respeito mútuo e o respeito tradicional pela família, pelo pajé ou *Kujá* e pela comunidade em geral. A educação indígena refere-se ao modo em que ocorre a mediação entre conhecimento, educando e educador, pois nela o conhecimento procede de ambas as partes, o planejamento é feito a



partir dos conhecimentos e necessidades particulares de cada povo e se leva em consideração o funcionamento e orientações de cada escola indígena. A escola deve estar sempre atenta às formas familiares de educar, sendo imprescindível a oferta nos espaços escolares de uma educação diferenciada, comunitária, intercultural e bilíngue para que os valores indígenas jamais sejam esquecidos. Só assim conseguiremos êxitos na busca constante por uma educação única e de acordo com as especificidades das populações indígenas. Em meio desse sistema de opressão em que nós indígenas vivemos ainda na atualidade, embora seja muito complicado, ainda conseguimos cultivar nossos costumes, saberes e valores, que foram herdados dos nossos ancestrais. Na escola foram muito importantes as duas edições da Ação Saberes Indígenas, pois vieram somar ainda mais para o fortalecimento de nossos princípios, crenças, costumes, valores e direitos. Hoje fica um sentimento muito bom, de dever cumprido: Foi proveitoso tanto para o educando quanto para o educador. Através desse trabalho foi possível despertar uma curiosidade e interesse cada vez maiores pelo cultivo dos saberes que os mais velhos guardam consigo. O professor buscou pesquisar e aprofundar-se nesses saberes, nos conhecimentos culturais que, apesar de tão ricos, estavam no esquecimento. A ASIE é um projeto que contribuiu muito para a revitalização dos conhecimentos dos mais velhos e para fazer com que eles voltem a fazer parte do nosso cotidiano.”

*(Adroaldo Antonio Fidelis, Daniel Cadete, Geziane dos Santos e Cristiane Noeli Pinheiro).*

“ Sentimos grande apreço pelo fato de saber que o dever foi cumprido. Temos a impressão de que temos muitas descobertas ainda a colocar em ação. Então podemos dizer que a ASIE foi de grande valia, pois assim podemos valorizar nossos costumes, nossa cultura e principalmente nossos anciões, que de toda maneira contribuíram para esse projeto ser concretizado. Esperamos ter mais oportunidades de continuidade.”

*(Juliana Oliveira, Edinete Mendes e Alciane de Almeida)*

“ A educação indígena é diferenciada, pois, além de revitalizar a cultura indígena de cada povo, interage com outras culturas e relaciona o conhecimento cultural com o conhecimento universal. A educação acontece com a participação de alunos, professores e pais nas atividades escolares, em parceria com outros setores da comunidade, como saúde e agricultura.”

*(Nilton Belino e Anisia Belino)*



“ A ASIE para nós foi muito importante, porque nos motivou a sair um pouco mais da sala de aula em busca dos saberes dos anciões, o que veio a contribuir muito com nossos trabalhos. Esperamos que com isso os alunos possam cada vez mais valorizar os saberes dos mais velhos.”

*(Fátima Belino, Librantina Belino e Solange Loreiro)*

“ A educação indígena diferenciada acontece quando todos se unem para fazer a diferença, seja na escrita, na fala, no respeito ou no encorajamento de fazer a cada dia uma educação voltada à cultura, à crença e aos costumes de cada povo. É saber que nosso calendário é respeitado, que nós temos voz e vez nos órgãos competentes. É termos disponíveis materiais didáticos de acordo com nossa realidade e criados com e para nossos alunos.”

*(Ivania Mendes e Sirlene Néris)*

“ A educação indígena acontece desde quando a criança nasce, pois é tudo que aprendemos na comunidade, com nossas famílias. Devemos buscar uma educação indígena diferenciada e trabalhar o diferenciado em todos os âmbitos, tanto na escola quanto na comunidade, pois devemos respeitar a educação que nossas crianças trazem de casa. A ASIE vem ajudando a desenvolver todas as ações voltadas à educação escolar diferenciada, dando ênfase às práticas culturais de nosso povo, desenvolvendo, com professores e alunos, ações que oferecem subsídios para fazer materiais didáticos.”

*(Ezoneide Alípio, Rute Barbosa de Paula e Lírio Costa dos Santos)*

“ A educação indígena diferenciada parte do princípio de educar de acordo com os ideais de cada povo e comunidade indígena. A educação indígena é aquela que adquirimos durante a vida em sociedade, já a educação escolar indígena é aquela que segue os princípios da educação escolar, aquela que batalhamos para que seja diferenciada e para a qual muitas vezes temos que nos impor diante do sistema educacional atual. De certa forma a ASIE nos dá o norte de como trabalhar a educação escolar indígena, pois nela confirmamos mais uma vez que é possível aprendermos fora das quatro paredes valorizando os conhecimentos e crenças dos sábios. Além disso, nela conseguimos produzir materiais de acordo com nosso pensamento. Temos certeza de que tudo o que foi vivido no projeto fará parte das lembranças dos nossos alunos. Iremos continuar.”

*(Valdemir Pinheiro e Adriana Padilha)*

“ A ASIE fortaleceu nossa educação e ampliou o acesso a ela por parte da comunidade escolar, sendo assim, valorizou termos conhecimentos tradicionais, deu-se a saber que tudo foi graças aos anciões. Principalmente o grupo da ASIE se desempenhou para que tudo fosse realizado da melhor forma possível e adquiríssemos mais conhecimentos. Fortaleceu ainda mais a nossa cultura e tradição. Gostaríamos que fosse além dos projetos e se ampliasse ainda mais esse trabalho”

*(Valdelir Pinheiro e Luciano Fernandes)*







MINISTÉRIO DA  
**EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE  
**EDUCAÇÃO CONTINUADA,  
ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

